

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2022

R\$ 5,00



perspectiva ilustrativa

SABINO

Quando a gente encontra o lugar

Condições especiais de lançamento neste final de semana

3 suítes, **194m²** em Pinheiros

Conheça nossas opções de plantas e descubra uma que se adapta ao seu estilo de vida.



Visite o apartamento decorado de 194m²
Rua Alves Guimarães, 1.322 — Pinheiros — São Paulo — SP

11 2110-3096

INCORPORAÇÃO

MOS

SABINO

Quando a gente encontra o lugar

Existe horizonte em São Paulo. E, do Sabino, dá para ver e sentir.

Vista real do 22º andar.



Do 25º andar à beira da piscina, é horizonte que se abre. Academia, sauna seca, terraço de descanso com uma vista linda. E no térreo salão de festas para comemorar momentos especiais e brinquedoteca para as crianças.



Visite o apartamento decorado de 194m² - Rua Alves Guimarães, 1.322 - Pinheiros - São Paulo - SP

11 2110-3096

INCORPORAÇÃO

PROJETO ARQUITETÔNICO

INTERMEDIÇÃO

PARTICIPAÇÃO

MOS

MOS +

Matheus Farah
Manoel Maia

Lopes

BRIC
INVESTIMENTOS

mosincorporadora.com

Siga a MOS nas redes sociais

/mosincorporadora

MME2 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. - CNPJ nº 34.597.958/0001-23 - R. Francisco Leitão, 653 - sala 42 - Pinheiros - São Paulo, SP - CEP: 05414-025. Intermediação: LPS São Paulo - Consultoria de Imóveis Ltda. - CRECI/SP 24.073-J. Incorporação registrada sob nº R. 2 da Matrícula 106.338, em 11/02/2022, no 13º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações, inclusive quanto à forma, cor, textura e tamanho. A vegetação que aparece nas imagens está com o porte adulto, que será atingido após alguns anos da entrega do empreendimento.



José Lucena/TheNews/Folhapress

FOGO ATINGE HOSPITAL NO RIO, E PACIENTES SÃO RETIRADOS

Equipe do hospital São Lucas, em Copacabana, remove paciente às pressas durante incêndio que começou por volta das 9h de ontem; o fogo foi controlado às 10h e não houve feridos

Subsídio a combustíveis deve custar até R\$ 46,4 bi

A ofensiva de Jair Bolsonaro (PL) contra a alta dos combustíveis deve custar R\$ 46,4 bilhões à União em subsídios, com promessa de baixar em R\$ 1,65 o litro da gasolina e R\$ 0,76 o do diesel. O pacote inclui PEC que repassaria R\$ 29,6 bilhões a estados para compensar redução de impostos. Corte de tributos federais significaria outros R\$ 16,8 bilhões. Mercado A15

Amazonas não vê sinal de crime em desaparecimento

O secretário da Segurança Pública do Amazonas, Carlos Alberto Mansur, disse não haver indício forte de crime no desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips no Vale do Javari (AM). A Polícia Federal não descarta hipóteses, inclusive homicídio. Política A8

Biden deve falar de clima e eleição com Bolsonaro nos EUA

Jair Bolsonaro (PL) havia aceitado reunião com o presidente americano hoje, em Los Angeles, com a condição de que não fosse constrangido sobre a pauta climática e as eleições no Brasil. Este é o primeiro encontro entre eles. Mundo A12



Em Los Angeles (EUA), onde ocorre a Cúpula das Américas, protesto com as mensagens 'Ameaçados. Agora desaparecidos. Onde estão Dom e Bruno?' e 'Dom Phillips e Bruno Pereira receberam ameaças devido a seu trabalho para proteger a Amazônia' cobra respostas pelo sumiço do jornalista e do indigenista Divulgação



Judy Garland em "Ídolo em Do-Re-Mi" (1942) Divulgação

STJ libera planos de saúde para recusarem cobertura fora de lista

Decisão que desobriga operadoras de custear tratamento não previsto pela ANS afeta milhões; tribunal vê exceções

Decisão do Superior Tribunal de Justiça libera as operadoras de plano de saúde para recusar a cobertura de procedimentos que não constem da lista da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). O parecer favorece as empresas e deve afetar milhões de usuários.

São previstas exceções caso falte substituto terapêutico no rol, quando o custeio do item indicado pode ocorrer.

A determinação, que resulta de um julgamento iniciado em setembro e concluído ontem após adiamentos, altera um entendimento que por mais de duas décadas predomina no Judiciário quando são analisadas demandas individuais contra recusas dos planos.

Dos 9 magistrados, 6 votaram a favor e 3 votaram contra a tese defendida pelas operadoras de saúde.

A lista da ANS fixa a cobertura mínima que os planos privados devem garantir. Novos itens são analisados e eventualmente incluídos em um prazo de 180 dias, prorrogáveis em mais 90.

Desde março, o Supremo Tribunal Federal também avalia o tema. Saúde B1

São Paulo confirma primeiro caso de varíola dos macacos no país B1

Procura por ação da Eletrobras pode chegar a 4 vezes a oferta, estima setor

A procura pelas ações da Eletrobras pode chegar a quatro vezes o montante ofertado, estimam operadores do mercado consultados pela Folha. O valor de cada papel comprado será divulgado nesta quinta-feira.

A oferta de ações, no âmbito do processo de privatização, pode gerar até R\$ 35 bilhões. Entre os grandes investidores envolvidos estão o GIC, fundo soberano de Singapura, e o fundo de pensão canadense CPPIB.

Com o ganho de eficiência que pode vir da venda da estatal, analistas projetam valorização dos papéis na Bolsa de até 85% nos próximos meses. A fatia do governo na empresa deve ir de 70% para cerca de 45%. Mercado A18

EDITORIAIS A2

Reforço à defesa
Sobre cassação de Bolsonaro mantida pelo STF.

Endereço degradado
Acerca de propostas para recuperar o centro de SP.

Ilustrada C1

Nascida há 100 anos, Judy Garland sofreu com abuso e ainda hoje brilha como diva

Turismo C8

Ilha da Madeira propõe descanso à base de vinho, peixe e visita a canais

Guia C7

Saiba o que fazer na Feira do Livro no Pacaembu, em SP, de hoje até domingo

Esporte B7

Fim da Lei de Incentivo ao Esporte preocupa atletas e mobiliza políticos

Demitir em massa exigirá negociação, decide Supremo

O Supremo decidiu ontem que é obrigatório haver negociação do empregador com sindicatos antes da dispensa em massa de trabalhadores. O entendimento do tribunal fixa jurisprudência sobre o tema, que vinha causando vácuo jurídico. Mercado A19

Fernanda Torres Sucumbi à quarta onda da Covid

Padecer de Covid é como estar vivo nos dias de hoje, você se sente mal o tempo todo. Sem meios para barrar Putin, demover um terço do Brasil da sua intenção de voto e impedir pragas, acomode-me. Fui levando, até perceber que não sonhava mais. Ilustrada C3

MÔNICA BERGAMO

Após pressão bolsonarista, XP desiste de pesquisa

AXP cancelou divulgação da pesquisa do Instituto Ipespe, que havia mostrado o ex-presidente Lula (PT) à frente de Jair Bolsonaro (PL) em atribuição de honestidade. Houve pressão de bolsonaristas. C2

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Luiza Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA EXECUTIVA Paulo Nacêlio Simões Amaral (financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benéz (comercial), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais) e Everton Fonseca (tecnologia)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Reforço à defesa

STF reafirma cassação que serviu como resposta a investidas bolsonaristas contra as urnas

Foram efêmeros os resultados alcançados pelos ministros indicados por Jair Bolsonaro (PL) ao Supremo Tribunal Federal na tentativa de restituir o mandato a um aliado do presidente cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A agitação teve início na quinta (2), quando Kassio Nunes Marques suspendeu a punição ao deputado estadual Fernando Francischini (União Brasil-PR), condenado em outubro por divulgar notícias falsas sobre as urnas eletrônicas.

Na terça (7), a Segunda Turma do STF derrubou a liminar concedida pelo ministro e reafirmou a decisão do TSE. O único que ficou ao lado de Nunes Marques foi André Mendonça, o outro magistrado escolhido por Bolsonaro.

Nas eleições de 2018, Francischini espalhou a suspeita de que algumas urnas impediam o voto em Bolsonaro. O boato não tinha nenhum fundamento e foi desmentido após análise dos vídeos que alimentavam a patranha.

O episódio poderia merecer esquentamento em outros tempos, mas recebeu resposta duríssima porque o TSE encontrou nele elementos para reforçar as defesas contra as constantes ataques bolsonaristas à ordem democrática.

O tribunal indicou que passaria a ser intolerante com atos do gênero. Firmou-se o entendimento de que eles devem ser tratados como

uso indevido dos meios de comunicação e fixaram-se critérios para avaliar a gravidade de cada caso.

Se o efeito dissuasório da medida ainda está por ser demonstrado na campanha eleitoral deste ano, é certo que um dos seus alvos principais se comporta como se não fosse com ele, impunemente.

Bolsonaro continua fazendo de tudo para tumultuar o processo eleitoral, lançando dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas e insistindo na fantasia de que uma fraude teria impedido sua vitória no primeiro turno do pleito de 2018.

Na mesma terça-feira, o mandatório voltou a falar no assunto ao criticar a decisão que manteve a cassação do aliado e disse concordar com Francischini, como se estivessem em questão suas opiniões, não uma rematada mentira.

Os ministros do Supremo Edson Fachin e Gilmar Mendes argumentaram que há limites ao exercício da liberdade de expressão, e a corte considera inaceitável seu uso para difamar o sistema eleitoral e outros pilares da democracia. É lamentável, de todo modo, que o confronto tenha chegado a tal ponto.

À minar os esforços que o Judiciário tem feito para defender a lisura das urnas, Nunes Marques e Mendonça contrariaram o entendimento da maioria do tribunal que integram. Não havia mesmo como seu intento prosperar.

Endereço degradado

Centro da cidade de SP tem sido objeto de planos frustrados de recuperação; é preciso repovoá-lo

Em maior ou menor grau, a degradação de áreas centrais é um fenômeno urbano que atinge boa parte das metrópoles do planeta. Esvaziamento do uso residencial, estrutura obsoleta para automóveis e o deslocamento de eixos financeiros para outros bairros explicam, em parte, o problema.

Observada há décadas, a deterioração do centro de São Paulo tornou-se mais aparente com o crescimento expressivo da população de rua e, mais recentemente, em razão das operações policiais que tentam neutralizar a criminalidade.

Nesse contexto, a ideia de transferir a sede do governo paulista do Morumbi, bairro nobre da zona sul, para próximo do agorá itinerante feirão de drogas suscitou debates entre políticos e urbanistas.

A proposta foi aventada pelo pré-candidato Tarcísio de Freitas (Repúblicas). Para o ex-ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL), trazer "o centro do poder" ajudaria na revitalização da região e até a acabar com a criminalidade.

O plano não constitui novidade: em 2008, o então governador José Serra (PSDB) cogitou trocar o Bandeirantes pelo Palácio dos Campos Elíseos, ideia abandonada pelos seus sucessores.

Joaquim Pinheiro, a sede do comando do estado de 1912 a 1965

foi restaurada duas vezes — a última delas por R\$ 20 milhões — e está sem uso. A promessa é que venha a abrigar o Museu das Favelas.

Muitos outros projetos ficaram pelo caminho. O mais ambicioso deles, o Nova Luz, previa uma revolução urbanística em 44 quarteirões, inclusive na área onde atuava o tráfico de crack. Concebido no começo da década passada pelo ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD), também acabou engavetado.

As intervenções frustradas somam-se a uma derrubada ou transformação em parque do Minhocão, via elevada na região degradada, e a Renova Centro, programa que pretendia desapropriar prédios para transformá-los em habitações populares, mas que pouco avançou.

A depender do plano, a transferência de edifícios públicos para a zona central pode ser bem-vinda, como já ocorreu com a prefeitura paulistana, em 1992, e agora com o hospital da mulher Pérola Byington, que deve começar a atender no segundo semestre.

Entretanto, faz-se necessário também um amplo programa de repovoamento, que aproveite prédios sem uso e vislumbre investimentos em espaços de uso comunitário, como parques e equipamentos culturais e esportivos. Mais do que ocupar o centro, é preciso vivê-lo.



Os muitos Brunos e Doms

Thiago Amparo

"Pode ser acidente, pode ser que eles tenham sido executados", disse Bolsonaro nesta terça-feira (7) sobre o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, no Amazonas, no último domingo. "Duas pessoas apenas num barco, numa região daquela e completamente selvagem, é uma aventura que não é recomendável que se faça".

A execução, que friamente Bolsonaro cogita como uma platitude, e a selvageria da região, que sorrateiramente Bolsonaro menciona, são fenômenos que seu governo não só tolerou, mas incentivou — pelo discurso contra ativistas, jornalistas e povos indígenas e quilombolas e por falhar em prevenir e punir privados. A selvageria a que Bolsonaro se refere é a barbárie construída nas salas com ar-condicionado do Palácio do Planalto.

Que o desprezo pela vida humana é tão idiossincrásico ao Bolsonaro ao ponto de defini-lo politicamente disso já sabemos; o que fica evidente agora é mais diabólico. Bolsonaro

colhe os frutos de anos de desgoverno na Amazônia. O atraso em emitir qualquer declaração (no terceiro dia, veio a dizer asneiras) e a lentidão em mobilizar as Forças Armadas (em contradição ao discurso militar de guardiões da Amazônia) revelam

um descuido, mas um projeto. O Brasil é o quarto país do mundo que mais mata ativistas ambientais, segundo a Global Witness em 2021; e o segundo país da América Latina com mais jornalistas mortos, entre 2016 e 2017, de acordo com a Repórteres Sem Fronteiras (RSF); é o país do genocídio indígena e da falta de fiscalização e alternativa ao garimpo ilegal. Apontar que o desaparecimento de Bruno e de Dom se insere num contexto maior é demandar que tanto este quanto as causas que geram outros iguais sejam solucionadas.

"Amazônia é do Brasil, não é de vocês", esbravejou Jair Bolsonaro ao mesmo jornalista Dom Phillips em 2019. Se é nossa, presidente, onde estão Bruno e Dom, estes e tantos outros?

O golpe do baixo clero

Bruno Boghossian

Os apuros de Jair Bolsonaro provocaram ajustes na órbita política de Brasília. Líderes importantes do centrão continuam bem perto dos cofres do governo, mas adotaram uma visão realista sobre o futuro do presidente. Em conversas reservadas, eles reconhecem o caminho difícil até a reeleição e decidiram aumentar a distância em relação às obsessões golpistas do presidente.

Os sócios da aliança governista enxergaram péssimos sinais nas pesquisas que mostraram uma estagnação do presidente atrás de Lula. Esses políticos perceberam que o Planalto tem pouca força para reagir a fatores negativos, como os preços em disparada, e temem que os ataques ao processo eleitoral se tornem a única arma de Bolsonaro.

O próprio presidente deu pistas do que vem ocorrendo. Na terça (7), Bolsonaro contou que auxiliares tentaram movê-lo de fazer novos ataques ao Supremo. "Podia ter ficado quieto, como quase todos os meus ministros me aconselham: 'fique quieto, fique na tua calma'", disse.

Os ministros que cumprem esse papel são, quase sempre, políticos do centrão, mas a recomendação da turma não funcionou. Bolsonaro se referiu a integrantes do STF como canchais, disse que eles querem uma ruptura e insinuou que a corte trabalha pela reeleição de Lula.

Nos trechos mais inflamados do discurso, o presidente não fez menção a nenhum aliado poderoso do bloco que garantiu sua permanência no cargo até aqui. Só dois deputados foram citados: Ottoni de Paula e Carla Zambelli. Os dois são conhecidos propagadores de informações falsas e ataques ao STF.

A tropa política reunida em torno dos preparativos conspiratórios de Bolsonaro está cada vez mais restrita a uma nova linhagem do baixo clero — que faz barulho, mas não tem poder suficiente para respaldar nenhuma aventura autoritária. Nesta quarta (8), o presidente voltou a atacar os tribunais durante um evento com empresários. Na plateia, estavam os insuspetos Onyx Lorenzoni, Eduardo Pazuello e Daniel Silveira.

Onde estão eles, Bolsonaro?

Ruy Castro

Parabéns, Bolsonaro, você conseguiu. Depois de três anos dedicado a entregar a Amazônia aos barões do desmatamento, garimpo, caça e pesca ilegais; aos invasores de terras, envenenadores de rios, algozes dos indígenas e abusadores de suas mulheres, pistoleiros profissionais e traficantes de ouro, madeira, animais e, agora, cocaina; a desmantelar a fiscalização que impedia a destruição da floresta; e a prostituir os ramos locais do Ibama, da Funai, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Exército, sua obra atingiu um novo clímax: o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.

Que, à espera só da confirmação, já podem estar mortos desde domingo. Tudo leva a essa conclusão: seus celulares não conseguiram ser rastreados; o barco também desapareceu; e o sumiço se deu numa área limitada e familiar. Sou a isso o histórico de ameaças a Pereira e a pata da desfechada por ele no próprio Phillips, numa entrevista em 2019,

lembra-se? "A Amazônia é do Brasil, não é de vocês". Mas a Amazônia não é mais do Brasil — Bruno, por exemplo, é brasileiro.

Os assassinos de Bruno e Dom, se já estavam certos da impunidade, viram-se ainda mais seguros diante do corpo mole das autoridades e do seu desprezo presidencial pelo caso, ao culpar os dois pela "aventura" e emitir um diagnóstico que nos envergonha como nação: "Eles podem ter sido executados", disse você, com notável tranquilidade.

O apagamento de brasileiros como Bruno Pereira é regra nessa Amazônia sem lei. Mas Dom Phillips é um cidadão britânico, credenciado por organizações internacionais de proteção ao meio ambiente e jornalista ligado a dois veículos poderosos: o inglês The Guardian e o americano The New York Times. Eles não deixarão barato e, de repente, você periga ter de engolir mais do que poderá mastigar.

O mundo já quer saber, Bolsonaro: onde estão Bruno e Dom?

Convite às escritoras

Giovana Madalosso

Autora de "Tudo Pode Ser Rubinho" e "Suite Tópica", é colunista da plataforma de mudanças climáticas Fervura

Escrevo com os dedos eletrizados. Tudo indica que o próximo final de semana será grandioso para a literatura, quando centenas de escritoras tomarão espaços públicos, em diversas cidades do Brasil e do mundo, para fazer fotos celebrando a escrita feita por mulheres.

É difícil acreditar que tudo começou há apenas duas semanas. A inspiração veio de uma foto feita em 1958, no Harlem, quando Art Kane resolveu registrar a cena efêmera do jazz estadunidense, chamando músicos para uma foto que se tornou histórica e ganhou até nome: A Great Day in Harlem.

Nós também estamos vivendo um momento histórico. Nunca tantas escritoras produziram e publicaram no Brasil. E essa não é uma conquista pequena, já que, desde que o mundo patriarcal é mundo, as mulheres foram mais incentivadas a escrever listas de supermercado do que livros. O resultado de tantos séculos de invisibilidade não tanto me deixa mentir. Segundo pesquisa publicada por Regina Dalcagante, em 2005, 72,7% dos autores brasileiros eram homens. Pouquíssimos deles negros ou indígenas.

Estamos muito longe de onde queremos chegar, mas quem está no meio editorial sabe: de cerca de dez anos para cá, uma mudança vem acontecendo. Cresce o número de mulheres nos catálogos das editoras. Cresce o número de mulheres nas feiras literárias e premiações. E não só para atender a uma demanda (legítima) de representatividade, mas porque o público quer isso. Quer novas protagonistas e temáticas. Quer a escrita feita com a beleza e a fúria de quem finalmente encontra voz e ouvidos para suas narrativas.

Depois que surgiu a ideia de fazer a foto em São Paulo, na Feira do Livro, no Pacaembu, sentimo-nos uma porta fechada, como chegar a tantas escritoras, a negras, indígenas e periféricas? Como representar pelo menos uma pequena parte desse movimento tão vasto e diverso? E foi então que algo mágico aconteceu. Em poucos dias e quase sem nenhuma divulgação, elas foram aparecendo, de todos os lugares. Não é preciso explicar nada. De alguma maneira, todas viveram a mesma coisa: um manuscrito recusado, uma porta fechada, uma voz silenciada.

Como que convocadas por um chamado inaudível, mas que ressoava em cada peito, elas vieram: coletivos de Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, Macapá, Cuiabá, Porto Alegre, Porto Velho, Belo Horizonte, Boa Vista, Florianópolis, Vitória, Natal, Londrina, Lisboa, Londres e outras cidades que estão chegando e confirmando que também farão a foto.

Escritoras, juntas-se a nós! Ocupar páginas e espaços públicos também é uma forma de abrir parágrafo para reescrever uma história que precisa urgentemente ser reescrita.

Informações: www.quatrocincoem.br

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A quem interessa não tributar dividendos?

Discussão não pode ser ignorada num país com extrema desigualdade social

Manoel Pires, Rodrigo Orair e Sérgio Wulff Gobetti

Coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e pesquisador da UnB (Universidade de Brasília)

Pesquisador do Mide/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades/Universidade de São Paulo)

Pesquisador e doutor em economia pela UnB

Em recente artigo nesta **Folha** ("Tributação de dividendos é má ideia", 31/5), três ex-secretários da Receita Federal criticam o fim da isenção do Imposto de Renda sobre dividendos, lançando no ar uma pergunta: "Enfim, a quem interessa essa má ideia?"

Além de provocativo, o texto chama a atenção por não fazer qualquer menção à relação entre tributação e distribuição de renda. Como se essa discussão no Brasil, um país de extrema desigualdade, pudesse passar alheia ao movimento mundial de resgate da progressividade tributária, princípio segundo o qual a renda dos ricos deve ser mais tributada que a dos pobres. Esse movimento ganhou ainda mais vigor desde a Covid-19, quando mais países passaram a adotar ações para eliminar as distorções criadas por benefícios tributários e brechas que permitem aos muito ricos escaparem do pagamento de imposto.

Partindo do pressuposto de que o resgate da progressividade (e equidade) é central, faz mais sentido re-fazer a pergunta inicial: a quem interessa não tributar os dividendos?

Em 2015, após duas décadas de apagão estatístico, a Receita Federal voltou a divulgar dados detalhados do Imposto de Renda. Os dados são reveladores. Os rendimentos isentos, principalmente os dividendos, são tão concentrados no topo da pirâmide social que chegam a representar quase dois terços do que ganha o 0,1% mais rico. No ano de 2019, por exemplo, um brasileiro auferiu a renda de R\$ 1,4 bilhão, de quais R\$ 1,3 bilhão em dividendos livres de imposto.

Pode-se argumentar que a conta deve considerar o imposto já pago sobre o lucro da empresa. Mas a preceito cuidado para não confundir as

aliquotas nominais do imposto com suas aliquotas efetivas. No papel, a alíquota de até 34% do IRPJ/CSLL está entre as mais altas do mundo, mas na prática a alíquota média se situa próxima de 23% devido a benefícios fiscais e brechas para planejamento tributário.

As evidências internacionais também mostram que, quando a tributação incide sobre lucros da empresa, há mais chance de ser repassada para consumidores ou trabalhadores, via aumento de preços ou redução de salários. Quando a tributação incide sobre lucros da empresa, em média, abaixo dos 23% no Brasil, porque é mais fácil para a empresa

repassar o imposto para terceiros.

Outra descoberta das pesquisas recentes é que, ao contrário do que os ex-secretários supõem, a retenção de lucros pelas empresas — induzida pela tributação dos dividendos — aumenta a poupança das mesmas e tende a gerar mais investimento e crescimento econômico do que no modelo com isenção.

Por fim, existe um imperativo colocado pela concorrência internacional que tem estimulado os países a aumentar a tributação sobre a pessoa dos acionistas como forma de compensar a redução parcial do imposto sobre o lucro das empresas transnacionais e, assim, evitar o seu deslocamento para paraísos fiscais.

Logo, por diversas razões, vemos a retomada da tributação dos dividendos e a simultânea redução do IRPJ/CSLL como uma boa ideia. A má ideia é insistir na aprovação do projeto de lei 2.337, que passou pela Câmara e está no Senado. Embora preveja a volta da tributação dos dividendos, ele cria exceções que podem agravar as distorções atuais. Como no caso da previsão de que sócios de empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões anuais continuem livres de imposto sobre dividendos e ainda se beneficiem de um IRPJ/CSLL menor.

Hoje, um economista, médico ou advogado de alta renda que crie uma empresa paga entre 6% e 17% de imposto. Se estiver prestando serviço como empregado estaria submetido a 27,5% do IRPJ, mais contribuição previdenciária. Com a aprovação do PL 2.337, essa diferença pode aumentar em vez de reduzir, tornando nosso sistema ainda mais injusto, por tratar os semelhantes de forma desigual.

Portanto, o melhor debate não é sobre se devemos ou não tributar dividendos, mas sobre como fazê-lo.

[...]

Evidências internacionais mostram que, quando a tributação incide sobre lucros da empresa, há mais chance de ser repassada para consumidores ou trabalhadores, via aumento de preços ou redução de salários. Quando a tributação se dá diretamente sobre dividendos, ao contrário, há mais chance de sair do bolso do acionista

Combate ao racismo deve ser prioridade de todos

Investimento privado pode construir pacto intersetorial de enfrentamento

Maria Alice Setubal (Neca), Pedro de Lima Marin e Viviane Soranzo dos Santos

Doutora em psicologia da educação (PUC-SP), socióloga e presidente do Conselho da Fundação Tide Setubal

Doutor em administração pública e governo (FGV-SP) e coordenador do programa Planejamento e Orçamento Público da Fundação Tide Setubal

Psicóloga (Unicamp), ministrando em ciências sociais (EACH-USP) e coordenadora do programa Raça e Gênero da Fundação Tide Setubal

Mais uma vez o país se vê diante de dois tristes e inaceitáveis episódios de violência policial contra a população negra. O massacre na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, e o assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, em Sergipe, obrigam a sociedade brasileira a confrontar-se novamente com a brutalidade e onipresença do racismo em nossas instituições.

Quando intelectuais como Silvio Almeida afirmam que o racismo é estrutural, isso significa que o preconceito e a discriminação alicerçam toda a ideia de raça permeiam todos os aspectos de nossa vida social. Encarar o racismo exige que todos os setores se empenhem em reconhecer e reparar os mecanismos, comportamentos e atitudes que perpetuam desigualdades raciais. Precisamos enfrentá-lo em todos os campos, como fizemos de forma muito assertiva ao implantar as cotas nas universidades públicas.

O investimento social privado, composto pelos institutos, fundações e setores de responsabilidade social de empresas, tem papel importante nesse pacto coletivo. (...) Há caminhos que partem do apoio direto a lideranças negras, com plataformas de ações colaborativas, à criação de metodologias para influenciar a atuação do Estado.

Sabemos que há forte sub-representação de pessoas negras em posi-

ções de liderança, seja no setor público ou privado. Reverter esse quadro requer o investimento nas trajetórias de indivíduos negros, garantindo acesso à formação de qualidade ao longo de suas carreiras. A Plataforma Alas, lançada em 2021, busca alavancar recursos continuamente para financiar esses investimentos e já aportou mais de R\$ 5 milhões na formação de quase 300 lideranças negras.

Também podemos apoiar o Estado para que incorpore de forma mais

intensa a agenda da igualdade racial como eixo transversal nas políticas públicas. Os países da OCDE já trabalham com orçamentos sensíveis a gênero, indicando como a vida das mulheres será impactada pelas várias políticas previstas no orçamento público. A mesma metodologia pode ser estendida às questões raciais. O "Guia para Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça" traz ferramentas práticas para gestores públicos identificar e rotular o orçamento os aspectos relevantes do ponto de vista racial e de gênero.

Ao adotarmos essa metodologia, os governos devem prever ações direcionadas para corrigir desigualdades de raça, mas também se tornam mais capazes de refletir sobre como as políticas públicas tidas como universais impactam de forma diferenciada brancos e negros. A política de segurança pública, por exemplo, existe para garantir a proteção de todos os cidadãos. Mas é inegável que esse não tem sido seu resultado para a população negra e periférica deste país.

Esses são exemplos de ações que o investimento social privado pode adotar na construção de um pacto intersetorial de enfrentamento do racismo. Fundamental destacar que esse deve ser um processo coletivo e colaborativo e não pode desconstruir o percurso histórico do movimento negro. É nosso papel ser aliado nessa luta.

[...]

O investimento social privado, composto pelos institutos, fundações e setores de responsabilidade social de empresas, tem papel importante nesse pacto coletivo. (...) Há caminhos que partem do apoio direto a lideranças negras, com plataformas de ações colaborativas, à criação de metodologias para influenciar a atuação do Estado

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Painel do Leitor, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Marcha da Panela Vazia, em Heliópolis, em dezembro do ano passado

Rivaldo Gomes - 21-dez/2021/Folhapress

Fome

Trinta e três milhões de brasileiros passam fome. Enquanto 14% da nossa população não tem o que comer, os políticos ganham R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral. A miséria dos brasileiros não é percebida pelos vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e muito menos pelo presidente da República. Bolsonaro cria uma nova polêmica a cada dia, para desviar a atenção do fracasso de seu governo nas políticas sociais, na educação e, principalmente, na saúde.

José Carlos Saravia da Costa
(Belo Horizonte, MG)

"33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, diz pesquisa". É o principal assunto em Cotidiano nesta quarta-feira (8/6). Entretanto não foi a principal manchete da Folha. Sintomático, já que essa fome é o que explica a insustentabilidade da sonhada terceira via. Basta andar no centro de São Paulo para observar que o povo brasileiro está mal nutrido, mal vestido, mal educado e sem perspectiva. Estou curioso para saber como a tal terceira via vai explicar e defender o liberalismo para conseguir votos com essa multidão de famélicos.

Valter Luiz Peluche (São Paulo, SP)

A notícia sem mensageiro

"Sob pressão, XP cancela divulgação de pesquisa que dá vantagem de Lula sobre Bolsonaro" (Mônica Bergamo, 8/6). Os bolsonaristas acham que coagindo e calando a XP irão mudar o resultado das urnas? E as pesquisas dos outros institutos?

Carlos Vastare (Rio Grande, RS)

O cancelamento da divulgação da pesquisa mostra o grau de confiabilidade da empresa. Imagino como também não manipula informações privilegiadas do mercado, favorecendo os clientes vip em detrimento dos menos abastados.

Valéria Neves Camargo
(São Paulo, SP)

Mas os bozoides não dizem que todas as pesquisas são mentirosas? Por que o medo então? Por que a pressão? É a liberdade de expressão de quem encomendou a pesquisa?

Ana Ferraz (São Paulo, SP)

Aborto

Como médica pediatra, quase setenta, quero informar que presença o aborto praticado por homens há muito tempo, quando abandonam seus filhos gerados em relacionamentos mal resolvidos. Não se responsabilizam pela criação das crianças, que ficam sem o convívio com a figura paterna, tão importante para um crescimento emocional saudável. Homens abortam há muito tempo. Não só de embriões, mas de crianças em diversas faixas etárias.

Jussara Helena Beltracchi
(São Paulo, SP)

Para nosso governo

Flávia Boggio, como sempre, nos trazendo pérolas do humor ("No Brasil de Bolsonaro, dizer 'para seu governo' não faz mais sentido", 8/6). Só rindo, para não sofrer demais e para nos conscientizarmos, a nós próprios e aos outros. É assim que tiramos governos desgovernados.

José Antonio Garbino
(Bauri, SP)

Kassio Nunes e André Mendonça

Bolsonaro executou a ameaça de seu filho: colocou um cabo e um soldado para acabar com o STF ("STF derruba decisão de Kassio e retoma cassação de bolsonarista pelo TSE, Política, 7/6).

Cyrol Leão (São Paulo, SP)

É muita cara de pau o ministro do STF, apoiador do presidente, achar que iria tornar definitiva a liminar para não cassar o deputado condenado por um conjunto de juízes do TRE. Tentou ganhar na Segunda Turma para fugir do plenário. Não perdeu de 9 a 2, mas levou de 3 a 2. O fato de acreditar que sua jogada iria dar certo já mostra a sua total falta de preparo para a função.

Manoel Messias Borges de Araújo Filho (Rio de Janeiro, RJ)

Janio de Freitas

Não é mera coincidência que os 90 anos de Janio de Freitas, comemorados nesta quarta-feira (9/6), ocorram bem próximos ao Dia Nacional da Liberdade de Imprensa. A longa carreira de Janio de Freitas é uma homenagem à independência jornalística, à integridade moral e à escrita refinada.

Matinas Suzuki Jr. (São Paulo, SP)

Eletobras e combustíveis

Como se não bastassem os desastres na saúde, no meio ambiente e na economia, o maluco do nosso presidente, juntamente com o pateta do Guedes, se apoderaram da Eletrobras para queimá-la, juntamente os combustíveis, nessa renúncia fiscal criminosos e eleitoreira. É o fim da picada.

Rui Versiani (São Paulo, SP)

Itamaraty

Como profissional da área do direito e como cidadão, fiquei absolutamente indignado e perplexo com tantas e tamanhas arbitrariedades processuais e legais que vem sofrendo o diplomata Sérgio Couri ("Itamaraty comete irregularidades em processo investigatório", Tendências / Debates, 8/6). O relato, além dos precisos fundamentos jurídicos alinhavados, merece crédito. Que país é este?

Antonio Carlos Augusto Gama, promotor de Justiça aposentado (Ribeirão Preto, SP)

Não consegui compreender — ou não me esforcei o suficiente para fazê-lo. Qual razão ou razões levaram a Folha a abrir espaço para as lamúrias do senhor Sérgio Couri na edição desta quarta-feira? O que temos a ver com isso?

Carlos Alberto Bellozi (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA E COTIDIANO (8. JUN., PÁG. B1) Diferentemente do publicado no reportagem "33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, diz pesquisa", a população brasileira em 1993 era 27% menor do que a atual, não 35%.

POLÍTICA (6. JUN., PÁG. A8) Diferentemente do publicado na reportagem "História da 3ª via mostra fracassos, chances perdidas e limites eleitorais", o resultado correto das eleições de 1994 foi: FHC, 54,3%; Lula, 27,1%; Eneaz, 7,4%.

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Respaldo

Embora tenham se articulado para salvar a jurisprudência definida pela cassação do deputado estadual Fernando Francischini (União-PR), ministros de cortes superiores preveem que não haverá indeferimento de registro de chapas por divulgação de notícias falsas antes das eleições. A avaliação é de que não há clima político para impedir que candidatos à Presidência concorram. Qualquer decisão nesse sentido aumentaria a crise entre Poderes e só deve ser tomada após o resultado das urnas.

VIGILÂNCIA Até lá, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuará para cobrir a desinformação com outros mecanismos. Nesta semana, por exemplo, assinou acordo com religiosos de combate às fake news.

LIMONADA Com o registro de domicílio eleitoral indeferido pela Justiça em São Paulo, o ex-juiz Sérgio Moro (União) pode lançar sua mulher, Rosângela, candidata à Câmara dos Deputados pelo estado.

SOMA Ele concorreria como deputado no Paraná e ambos poderiam servir como puxadores de votos. Caso disputassem no mesmo estado, apenas dividiriam o eleitorado. A ideia é defendida pelo deputado Júnior Bozzella (União-SP), seu maior aliado no partido.

TIRONOPÉ Embora seu substituto, Caio Paes de Andrade, já tenha sido indicado pelo governo federal, o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, não desistiu de convencer parlamentares de que qualquer mudança na política de paridade de preços da estatal pode sair pela culatra.

EXEMPLO Ele compartilhou nesta semana com deputados uma matéria do jornal Valor Econômico que relata a disparada de preço e o racionamento de diesel na Argentina, onde não há paridade com os valores internacionais.

NO COLDRE A bancada ambientalista conseguiu retirar da pauta da Comissão de Meio Ambiente o projeto que libera a caça esportiva no país. O presidente do colegiado, Covatti Filho (PP-RS), não desistiu de votar, mas reconheceu que não teria apoio suficiente.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★ ★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

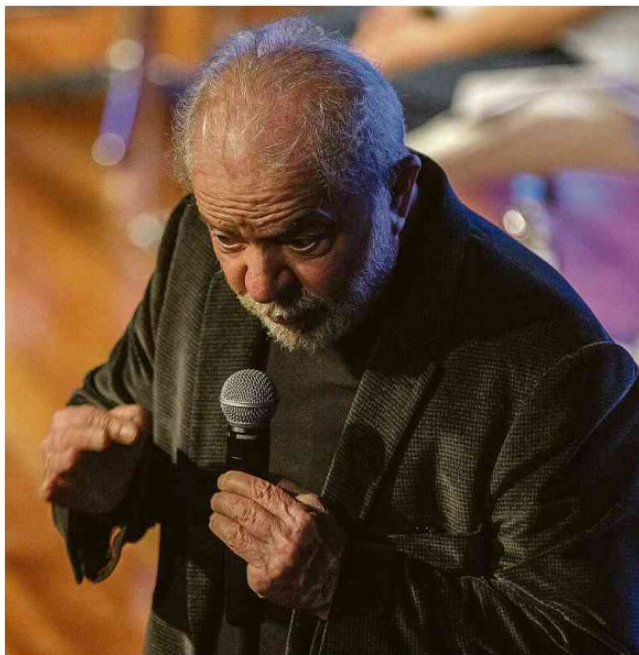
Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP	R\$ 5	R\$ 7	Todos os dias
DF, SC	R\$ 5,50	R\$ 8	R\$ 827,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 6	R\$ 8,50	R\$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R\$ 9,25	R\$ 11	R\$ 1.420,90
Outros estados	R\$ 10	R\$ 11,50	R\$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.872 exemplares (abril de 2022)



Ex-presidente Lula dá palestra a sindicalistas sobre o futuro do trabalho Marlene Bergamo - 12.mai.22/Folhapress

PT usa eufemismos para suavizar as propostas de Lula em plano de governo

Assuntos como reforma do Judiciário, direito ao aborto e taxação de dividendos foram sutilmente mencionados em texto prévio

Cátia Seabra e
Victoria Azevedo

SÃO PAULO Em um aceno aos setores mais conservadores da sociedade e potenciais aliados ao centro, a prévia do plano de governo da chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu vice, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), suaviza propostas controversas já defendidas pelo próprio petista e seus aliados.

Assuntos como reforma do Judiciário, aborto e taxação de dividendos foram sutilmente mencionados nas diretrizes divulgadas na segunda (6). Algumas dessas propostas constavam, inclusive, no programa de governo apresentado pelo ex-prefeito Fernando Haddad, também do PT, em 2018 — mas que levavam a assinatura de Lula.

Com 90 parágrafos, o documento define os governos petistas como inovadores no combate à corrupção, reforça o papel do Estado na economia, enaltece o Bolsa Família e propõe a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista implementada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), além da revisão do regime fiscal.

O texto defende ainda o fortalecimento dos sindicatos sem a volta do imposto sindical, a construção de um novo sistema de negociação coletiva e uma "especial atenção aos trabalhadores informais e de aplicativos".

Como mostrou a Folha, a veiculação do texto preliminar do plano de governo causou mal-estar entre aliados de sua pré-campanha ao Planalto.

A começar pelo PSB, do ex-governador Alckmin, dirigentes de partidos que integram a aliança se queixaram da exclusão de propostas encaminhas e do vazamento do documento sem prévio debate.

Veja abaixo os eufemismos usados na redação do

documento. Ele ainda será submetido a contribuições dos partidos aliados, movimentos sociais, entidades e sociedade civil.

Aborto

"O Estado deve coordenar uma política pública de cuidados e assegurar às mulheres o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, políticas essenciais para a construção de uma sociedade mais igual". No trecho destacado, o documento não cita a palavra "aborto", tema considerado polêmico em campanhas.

No início de abril, o ex-presidente Lula afirmou que o aborto deveria ser um "direito de todo mundo". Diante da repercussão e das críticas, no dia seguinte, o petista tentou contornar as declarações, posicionou-se pessoalmente contra o aborto e defendeu o tratamento para mulheres que realizarem o procedimento na rede pública de saúde.

A professora Debora Diniz, da UnB (Universidade de Brasília), afirma que o conceito de direitos sexuais e reprodutivos é amplo e não pode ser interpretado restritivamente — ou seja, não faz referência somente ao aborto.

Ela diz que ele não representa "só um fragmento da proteção à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos", mas sim "um ecossistema de necessidades e proteções" que vão desde a educação sexual nas escolas e violência contra a mulher até o acesso a contraceptivos, ao aborto e ao cuidado pós-aborto.

"Esse não é um conceito que se permite ser lido restritivamente. Tem que ser lido de uma maneira holística e compreensiva, tocando diferentes facetas da vida das mulheres", diz ela.

Diniz afirma ainda que acrescentaria ao plano o con-

QUEST
MOSTRA LULA
COM 46% CON-
TRA 30% DE
BOLSONARO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com vantagem sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL) em pesquisa Genial/Quaest publicada nesta quarta-feira (8). Em um dos cenários pesquisados, o petista tem 46% das intenções de voto contra 30% do atual mandatário.

Ciro Gomes (PDT) aparece em terceiro, com 7%, seguido por André Janones (Avante), com 2%, Simone Tebet (MDB), com 1%, e Pablo Marçal (Pros), com 1%. Os demais pré-candidatos não pontuaram. A pesquisa foi feita entre os dias 2 e 5 de junho com 2.000 pessoas e a margem de erro é de dois pontos percentuais.

A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob o número BR-03552/2022.

ceito de racismo. "Ao se falar de machismo e sexismo é muito importante se falar sobre o racismo, que são atravessadores da vida das mulheres."

Ricos

"Proporemos uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique tributos e distribua renda. Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, "simplificando" e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça tributária ao elevar a taxação de renda sobre os muito ricos, preservando o financiamento do Estado de bem-estar social."

O esqueleto do programa de Lula fala em correção de injustiça tributária, mas não detalha pontos de sua reforma.

O plano de governo apresentado em 2018 pelo então candidato Fernando Haddad previa, entre as medidas, a tributação direta sobre lucros e dividendos e a criação e implementação gradual de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição à atual estrutura de impostos indiretos.

"No âmbito da reforma tributária, o governo Haddad via criar implantar o imposto de renda justo, que prevê a reestruturação da tabela do imposto de pessoa física, para isentar quem ganha até cinco salários mínimos, condicionado ao aumento das alíquotas para os super ricos", dizia.

Forças Armadas

"Cumprindo estritamente o que está definido pela Constituição, as Forças Armadas atuarão na defesa do território nacional, do espaço aéreo e do mar territorial. A partir de diretrizes dos Poderes da República, colaborarão na cooperação com organismos multilaterais e na modernização do complexo industrial e tecnológico da defesa."

Continua na pág. A5

PSDB e MDB avançam em acordo e cúpula tucana decide apoiar Tebet

Endosso do partido vem após consenso sobre aliança no RS; decisão será votada na executiva

Julia Chaib

BRASÍLIA Após avançar em tratativas em torno da disputa pelo Governo do Rio Grande do Sul, a cúpula do PSDB decidiu chancelar o apoio do partido à candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-RS) à Presidência da República.

A aliança com o MDB será discutida e votada em reunião da executiva tucana marcada para esta quinta-feira (9).

“Nesse importante momento da história do país será encaminhado, nesta quinta-feira, na Executiva Nacional do PSDB a proposta de coligação com o MDB para eleição de presidente de República com o nome da senadora Simone Tebet”, afirma a mensagem publicada no perfil do PSDB no Twitter.

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG) tem defendido que o partido discuta uma candidatura própria à Presidência e pode expressar essa posição no encontro tucano.

O presidente do PSDB, Bruno Araújo, porém, diz esperar que a maioria da executiva chancela o apoio a Tebet. O dirigente ainda afirma que, confirmada a aliança, é natural que o candidato a vice da chapa seja tucano.

O nome mais cotado para essa posição é o de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Publicamente, o parlamentar nega a intenção de ser vice-presidente, mas a aliados indicam que, se assim o partido decidir, pode topor compor a chapa nacional com Tebet.

O nome do vice, porém, não será definido na reunião da executiva desta quinta-feira (9). “No momento certo, depois, vamos discutir [a candidatura a vice-presidente]”, explica Araújo.

O anúncio desta quarta-feira (8) ocorreu após uma série de reuniões de emedebistas e tucanos do Rio Grande do Sul.

Nesta terça-feira (7), o ex-governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB-RS) reuniu-



A senadora Simone Tebet durante coletiva de imprensa em Brasília. Pedro Ladeira - 25.mai.22/Folhapress

“Nesse importante momento da história do país será encaminhado, nesta quinta-feira, na Executiva Nacional do PSDB a proposta de coligação com o MDB para eleição de presidente de República com o nome da senadora Simone Tebet

PSDB em postagem em rede social

se com dirigentes do MDB do Sul. O PSDB quer que ele seja o candidato ao governo do estado e que Gabriel Souza, atual pré-candidato pelo MDB, esteja na chapa como candidato a vice.

Leite disputou as prévias do PSDB para ser candidato ao Palácio do Planalto, mas foi derrotado pelo ex-governador de São Paulo João Doria — que desistiu da disputa neste ano, por não ter o apoio da cúpula tucana.

Na esteira da saída de Doria da disputa, Bruno Araújo havia sido taxativo ao afirmar que uma candidatura presidencial própria do partido era um “assunto veneno”, no sentido de que a aliança [com MDB e Cidadania] é absolutamente fundamental.

Na semana passada, porém, em nova pressão sobre o MDB, Araújo ameaçou voltar a discutir uma candidatura do PSDB caso os emedebistas não destruassem acordos em estados nos quais os tucanos pediram apoio.

No encontro, ficou resolvido que o PSDB daria ao MDB um prazo até a esta semana para destravar os palanques de Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

Embora os tucanos tenham pedido apoio em três estados, só o Rio Grande do Sul era considerado decisivo para o rumo da aliança.

Os partidos ainda não bateram martelo e Leite será o candidato ao governo gaúcho e Souza, a vice-governadora, mas a cúpula considera que as conversas avançaram para que as siglas estejam unidas nos estados.

“Temos a segurança que há um conjunto de atores na história do Rio Grande do Sul que entendem que replicar essa aliança nacional vai fazer bem a um projeto responsável no estado”, afirmou Bruno Araújo.

O ex-governador gaúcho Germano Rigotto, um dos principais líderes emedebis-

tas no Rio Grande do Sul, afirmou em mensagem nas redes sociais que a reunião com Leite foi “excelente” e que ouvirá as bases do partido para construir um “caminho”, indicando que MDB e PSDB devem se unir no estado.

“O Rio Grande do Sul sabe do seu papel nos momentos decisivos da história. Precisamos pacificar o país, e isso só será possível com candidatura alternativa aos polos, e, em especial, sem divisão do centro democrático”, escreveu Rigotto em seu perfil nas redes sociais.

Parte da velha guarda do MDB gaúcho resistia ao acordo com os tucanos. Um dos argumentos é o de que o partido tem tradição na política do Rio Grande do Sul, tendo eleito quatro dos últimos dez governadores.

Nesta terça-feira (9), Leite indicou aos emedebistas que estaria disposto a se candidatar ao governo gaúcho novamente. Segundo relatos, Ri-

gotto e o presidente do MDB do estado, Fábio Branco, ficaram de conversar com líderes locais do partido para avaliar se retirariam a candidatura de Souza e apoiariam o tucano, se ele anunciar que de fato se candidatará.

Tebet se tornou a candidata da chamada terceira via para tentar se colocar como alternativa à polarização entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além do próprio Doria, já ficaram pelo caminho nesse grupo nomes como o ex-juiz Sérgio Moro (União Brasil) e o do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A própria cúpula do MDB reconhece que a candidatura de Tebet ainda precisa se mostrar competitiva — em pesquisa Genial/Quaest publicada nesta quarta-feira (8), ela atingia só 1% das intenções de voto na disputa ao Planalto.

Simone Tebet nasceu em Três Lagoas, cidade do interior de Mato Grosso do Sul. A veia política veio através de seu pai, Ramez Tebet (1936-2006), que foi governador de Mato Grosso do Sul, ministro e presidente do Senado.

Foi pelas mãos dele que ela disputou seus primeiros cargos públicos. Advogada e professora universitária, preferia manter a sua carreira e trabalhar nos bastidores das campanhas do pai, mas foi convencida a se lançar ao cargo de deputada estadual.

Foi também prefeita da cidade natal do clã, tornou-se vice-governadora, elegeu-se em 2014 para o cargo de assessora do comando da prestigiosa CCI (Comissão de Constituição e Justiça) e chegou a disputar a presidência da Casa.

Apesar da sua projeção, Tebet não tem boa relação com o MDB de seu estado natal. A senadora também bateu de frente com caciques do partido no Senado quando decidiu se lançar candidato à presidência da Casa em 2019, mas retirou seu nome.

Disputou o cargo em 2021 e acabou abandonada pela maior parte da bancada emedebista e derrotada.

Depois ganhou destaque na CPI da Covid, ao arrancar informações de depoentes e por enfrentar uma declaração machista do ministro Wagner Rosário (Controladoria Geral da União), que a chamou de descontrolada.

Proposta que veta aposentadoria compulsória para juiz avança

Danielle Brant

BRASÍLIA A principal comissão da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) relatório favorável à proposta que proíbe a aposentadoria compulsória como forma de punição a magistrados que tenham conduta incompatível com a função.

O parecer favorável à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) foi aprovado por 39 votos a 2 na CCI (Comissão de Constituição e Justiça). Agora, o texto será encaminhado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), responsável por criar a comissão especial que vai analisar o mérito da PEC.

A proposta, de 2012 e de autoria do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) e do ex-deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), altera capítulo na Constituição que trata do Poder Judiciário.

O projeto determina que a aposentadoria dos magistrados “em nenhuma hipótese terá caráter disciplinar”.

O texto endurece dispositivo para estipular perda de cargo caso o juiz viole qualquer das cinco vedações já previstas na Constituição — como dedicação à atividade político-partidária ou receber participação em processo.

Além disso, a PEC inclui como nova vedação “atentar contra a dignidade, a honra e o decoro de suas funções” e



O deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP). Elaine Menck - 2.jun.22/Câmara dos Deputados

atribui ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a competência de decretar a perda do cargo de membros do Judiciário.

Na justificativa, os autores dizem que a PEC busca “extinguir a pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, aplicável aos magistrados aos quais for imputada a prática de atos de corrupção ou ofensivos à moralidade administrativa”.

Eles citam o “enorme desgaste” provocado pelas de-

núncias envolvendo magistrados. Os autores lembram que a aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço é aplicável a quem for negligente no cumprimento dos deveres e a quem teve conduta incompatível com a função.

Também é prevista a quem demonstrar insuficiente capacidade de trabalho. A pena pode ser imposta administrativamente, por decisão da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do Órgão Es-

pecial e pelo CNJ.

“Propomos impedir a concessão de aposentadoria como pena disciplinar e incluir entre as causas suficientes para ensejar a perda do cargo a conduta incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções”, afirmam.

Os autores dizem que a conduta imprópria ou ilícita “exige o afastamento definitivo do magistrado, por ato do próprio tribunal ao qual é vinculado, em sede correlacional”. O CNJ informou que, até

“O que nós estamos determinando aqui é que o próprio Judiciário, via CNJ, possa punir os juizes, os maus juizes, com a perda do cargo e perda da aposentadoria e de seu salário

Kim Kataguiri deputado (União Brasil-SP)

“Uma aposentadoria que é dada logo após um PAD [processo administrativo] com o benefício para a pessoa continuar recebendo o seu salário é um direito ou um privilégio? É claro que é um privilégio

José Guimarães deputado (PT-CE)

novembro do ano passado, já aposentou 69 magistrados. No entanto, disse não ser possível “precisar quantos magistrados estão aposentados compulsoriamente, visto que eles podem questionar judicialmente decisões do Conselho Nacional de Justiça”.

Na CCI, o relator, Kim Kataguiri (União Brasil-SP), citou casos de aposentadoria compulsória disciplinar a juizes, como o de um magistrado no Rio de Janeiro que supostamente nomeava peritos em troca de percentual dos honorários e que teve pena de aposentadoria compulsória determinada pelo Tribunal de Justiça do estado.

“O que nós estamos determinando aqui é que o próprio Judiciário, via CNJ, instância administrativa do Poder Judiciário, possa punir os juizes, os maus juizes — os bons juizes não perdem nada com isso — com a perda do cargo e perda da aposentadoria e de seu salário”, disse o relator.

O deputado José Guimarães (PT-CE) defendeu a proposta e disse que a PEC não contraria a Constituição. “Uma aposentadoria que é dada logo após um PAD [processo administrativo] com o benefício para a pessoa continuar recebendo o seu salário é um direito ou um privilégio? É claro que é um privilégio. E isso contraria o princípio da moralidade da nossa Constituição.”

DM9

SU



Uma das agências mais
criativas do mundo, pronta
pra ser uma das agências
mais criativas do **novo** mundo.



Equipe do Comando Militar da Amazônia (CMA) conversa com moradores de São Gabriel, na região do desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira CMA/APP

Secretário do AM diz não haver indício forte de crime em desaparecimentos

Investigação evita, por ora, estabelecer elo entre homem preso e sumiço de jornalista e indigenista

Ricardo Della Coletta
e João Gabriel

BRASÍLIA Enquanto o secretário da Segurança Pública do Amazonas, general Carlos Alberto Mansur, afirmou nesta quarta-feira (8) que não há "indícios fortes de crimes" no caso do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, o superintendente regional da Polícia Federal disse que nenhuma hipótese está descartada —inclusive a de que ambos tenham sido vítimas de homicídio.

As declarações ocorreram em entrevista coletiva com diferentes órgãos envolvidos nas buscas por Pereira e Phillips, desaparecidos na região do Vale do Javari (AM) desde domingo passado (5).

"Ainda não temos indícios fortes de crime, estamos investigando", declarou Mansur. O superintendente da PF, Eduardo Fontes, por sua vez, declarou: "Temos um inquérito policial instaurado para apurar a organização criminosa ou organizações que atuam nessa região, dedicadas ao tráfico de drogas e crimes transfronteiriços. Claro, paralelo a isso, sem prejuízo dessa investigação, nós também vamos apurar eventual homicídio caso tenha ocorrido. Não descartamos nenhuma linha investigativa".

Durante a coletiva, Mansur afirmou que foi apreendido material "com suspeita de ter alguma ligação com o fato do desaparecimento, mas não forneceu detalhes". Participaram da apresentação à imprensa a Polícia Federal, as Forças Armadas e as autoridades policiais no estado.

De acordo com Mansur, até o momento seis pessoas foram ouvidas nas investigações, sendo cinco testemunhas e um suspeito.

O suspeito, no entanto, foi preso em flagrante por causa de suposto porte de munição restrita e drogas.

"Ele por enquanto não tem nada a ver ainda, está em investigação. Não fizemos a ligação dele com o fato do desaparecimento", disse Mansur.

Porém, mais cedo nesta quarta (8), a Polícia Militar



Amarildo, 41, conhecido como Pelado, é detido em meio às buscas por Dom Phillips e Bruno Pereira Reprodução/TV Globo

do Amazonas disse ter obtido indicações de que o homem preso sob suspeita de porte de munição proibida seguiu Pereira e Phillips pelo rio Itacoai na manhã em que eles desapareceram.

Segundo divulgou a PM, testemunhas que viram a lancha de Pereira e Phillips descer o rio rumo a Atalaia do Norte no domingo "avistaram também uma outra lancha de cor verde, com o slogan da Nike bem visível, que trafegava no rio, logo após passar a lancha dos desaparecidos".

O barco foi rastreado até ser identificado com Amarildo, 41, conhecido como Pelado e que estava na comunidade de São Gabriel —a mesma onde a dupla desaparecida foi vista pela última vez.

Com o pescador, os policiais encontraram também munições de uso restrito, de rifle 762, e um cartucho calibre 16, além de 16 chumbinhos. A polícia diz ainda que apreendeu pequena porção de entorpecente.

Dentre as outras pessoas ouvidas estão os também pescadores Jâneo e Churrasco —ambos foram liberados na noite da última segunda-feira (6), após o depoimento.

Churrasco, inclusive, é quem Pereira e Phillips iriam encontrar na manhã de domingo (5), quando retornavam de uma viagem. Eles chegaram a passar pela comunidade de São Rafael, onde ele vivia, mas não o encontraram. Na coletiva desta quarta (8), os representantes dos diferentes órgãos argumentaram que atuam nas buscas desde o comunicado do desaparecimento. Segundo Fontes, o efetivo das buscas é formado por 250 agentes das diferentes estruturas.

Dom Phillips, 57, e Bruno Pereira, 41, desapareceram quando viajavam de barco da Terra Indígena Vale do Javari para o município de Atalaia do Norte. O desaparecimento foi divulgado na segunda (6) por ONGs que atuam junto aos indígenas da região.



1 Partida: Comunidade São Rafael, último local onde estiveram no domingo (5)

2 Destino: Atalaia do Norte (AM)

Q Distância: cerca de 70 km

Tempo estimado de chegada: 2h a 3h de barco

O caso tem provocado repercussão internacional, como em manifestação do assessor especial da Casa Branca John Kerry.

A demora nos operativos despertou críticas ao governo de Jair Bolsonaro (PL), e a Justiça Federal determinou que fossem imediatamente disponibilizados helicópteros, embarcações e equipes de buscas, da Polícia Federal, das forças de segurança ou das Forças Armadas.

Segundo a ONG Univajá (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari), o último local onde eles foram avistados foi passando pela comunidade de São Gabriel, onde Pelado foi encontrado.

Segundo Eliéser Marubó, advogado da Univajá, Pelado "fez algumas ameaças contra a equipe" da entidade no fim de semana. O grupo era acompanhado por Pereira e Phillips. Nenhum advogado do homem preso foi localizado para comentar o caso. Bruno Pereira é servidor li-

Ministro da Defesa diz não ter noção do que aconteceu

O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, afirmou nesta quarta-feira (8) que não houve atraso das Forças Armadas para atuar na busca do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, desaparecidos desde domingo (5) na região do Vale do Javari (AM).

"Tão logo surgiu a notícia, passei uma mensagem ao grupo dos comandantes das Forças [Armadas] e mandei imediatamente colocar o que tinha de perto à disposição".

O ministro disse que 150 militares estão atuando nas buscas dos desaparecidos. "[O Vale do Javari] é uma área crítica, muito sensível, tem muito problema na área. A gente não tem a noção do que pode ter acontecido", disse.

"A gente torce e reza para que sejam encontrados os dois com vida, sãos e salvos".

As declarações ocorreram durante uma audiência na Câmara dos Deputados. O ministro foi convidado para dar esclarecimentos sobre a compra pela Força de 35.320 comprimidos de Viagra, medicamento usado para o tratamento de disfunção erétil.

Segundo Paulo Sérgio, a intenção de que houve atraso para o trabalho de buscas das Forças Armadas é resultado da dificuldade de acesso ao Vale do Javari. "O helicóptero mais próximo é de Manaus, e ele estava pronto, na manhã de ontem (7), para levantar voo e atuar na área. A Marinha da mesma forma. Não houve retardo, e considerando as distâncias e o tamanho da Amazônia, pode parecer que houve retardo". Phillips e Pereira desapareceram enquanto viajavam da comunidade de São Rafael para a cidade de Atalaia do Norte.

cenciado da Funai e chefia-va a Coordenação de Índios Isolados da fundação até ser exonerado, em 2019. Phillips vive no Brasil há 15 anos e colabora para o jornal britânico The Guardian. Ele escreve um livro sobre a preservação da floresta amazônica.

As autoridades criaram um comitê de crise para acompanhar o caso e disseram que informações serão prestadas diariamente. Questionados, eles disseram que no momento as buscas não têm prazo determinado para acabar.

O superintendente da PF foi questionado sobre ameaças sofridas por Pereira e relatadas às autoridades.

"Nós temos um documento enviado há questão de um mês relatando ameaças, mas sem apresentar suspeitos", disse Eduardo Fontes. Ele também informou que um inquérito foi instaurado a partir da denúncia e que as investigações estão em andamento.

Segundo a Univajá, dias antes da viagem, Marubó, Pereira e outros membros da instituição haviam recebido uma carta com ameaças de morte.

O documento fala em acordo de contas: "Sei que quem é contra nós é o Beto Índio e Bruno da Funai, quem manda os índios irem para área prender nossos motores e tomar nossos peixe". A carta continha ainda ameaçando que "se continuar desse jeito vai ser pior" e disse esse é o único aviso que os pescadores deram.

Como revelou a Folha, membros da Univajá relataram às autoridades policiais ameaças sofridas em uma praça pública em Atalaia do Norte, em abril. Segundo um boletim de ocorrência ao qual a reportagem teve acesso, três integrantes da instituição foram confrontados por dois pescadores na noite do dia 19 de abril, na cidade no interior do Amazonas.

De acordo com o boletim, um dos pescadores tentou agredir um indigenista com um soco. Na sequência, outro se aproximou dizendo para "não chamar a polícia, pois se o mesmo chamasse a polícia, ele iria pegá-lo, pois ele sabia onde o mesmo morava". O documento foi registrado na 5ª delegacia da Polícia Civil do Amazonas.

O relato continua afirmando que o primeiro pescador "estava ameaçando dar um tiro na cara" de um membro da Univajá e que "iria acontecer [...] o mesmo que aconteceu com o falecido Max", referência ao colaborador da Funai Márcio Pereira dos Santos, morto com tiros na cabeça em Tabatinga, em 2019.

Corrupção bolsonarista, capítulo 1

Quem não vota no PT pela corrupção faz o que com essa?

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP; é doutor em direito e ciência política e embaixador científico da Fundação Alexander von Humboldt

Acabou a mamata do grito "acabou a mamata". Robotizado, voluntariamente desinformado e memeficado, o fiscal de mamata foi traído. Aquilo que foi vendido como governo sem corrupção se confirmou, para surpresa da velhinha de Taubaté, o seu contrário. Com estereótipos.

Muitos dos que votam em Bolsonaro a contragosto e de nariz tapado, como dizem, organizam os polos da seguinte maneira: de um lado, a delinquência política de Bolsonaro e a ameaça à democracia; de outro, a corrupção encontrada durante o governo Lula. Supõem que a prática de corrupção se assementou desse governo. Que votar em Bolsonaro apesar da incivilidade, da vio-

lência e da ameaça holística, previne a corrupção do outro lado. Optariam pelo mal menor. Nessa equação marota, a corrupção bolsonarista não entra na conta. Fica escondida dentro do armário.

Entre democracia lulista com corrupção e autocracia bolsonarista sem corrupção, ficariam a segunda. O único problema é que esse dilema não tem nenhuma conexão com os fatos. E para perceber o falso dilema você não precisa se convencer de que governos petistas foram impolutos. Precisa só de um pouco de curiosidade e honestidade. Se também tiver interesse pela democracia e pelo próprio combate à corrupção, ajuda. Independentemente do que

vocês sabe e pensa sobre práticas de corrupção de gestões passadas, ou de como avaliam provas apresentadas e responsabilidades atribuídas, não se pode esconder o que já se sabe sobre a gestão Bolsonaro.

E o que já se sabe atravessa todo o espectro desse conceito abrangente chamado corrupção. Se corrupção importa no seu voto, vale entender melhor do que se trata. Na acepção que mais toca o fígado e desperta fúria e ódio, corrupção significa enriquecer ilegalmente com dinheiro público. Essa corrupção é crime.

Em nossa acepção reducionista e popular do conceito, há evidências espalhadas pelas gavetas do sistema de justiça de como a carreira eleito-

ral bolsonarista se catapultou a partir dela. As rachadinhas, os assessores-fantasma, as compras de imóveis com mala de dinheiro, as franquias de chocolate.

Mas se quisermos superar a primeira infância do debate político e fazer justiça ao conceito de corrupção, entendido como sequestro da coisa pública pelo interesse privado, temos que ir muito além.

Nessa série da corrupção bolsonarista, os capítulos não podem deixar de abordar uma infinidade de práticas de corrupção institucional.

A normalização das decretadas de sigilo até para cartão corporativo e matrícula escolar da filha do presidente; o apagamento secreto; o apagamento

dados; o desvirtuamento ilegal de políticas públicas de educação, saúde, ambiente, cultura e direitos humanos.

Ou a inviabilização da investigação de corrupção; as práticas de captura e assédio; mercedores da cloroquina, tráfico de madeira, Bíblia do MEC, kits robótica; a omissão de autoridades em área do crime organizado onde sumiram Dom Phillips e Bruno Araújo.

A corrupção, curiosamente, às vezes sequer viola a lei. Ocorre quando o próprio texto legal traz regra reprodutiva de estruturas de dominação econômica. A espoliação se legaliza. Ou quando interpretações da lei contrabandeiam interpretação trunche em benefício próprio. Que nome tem a interpretação que o STF faz da Lei da Magistratura, das vedações a juízes, das regras de ética judicial ou do teto constitucional?

Quem não vota no PT pela corrupção, faz o que com a corrupção bolsonarista?

Pode descobrir, gritando "acabou a mamata" ou "nunca vou esquecer da Petrobras" ao

infinito; pode dizer que a corrupção do PT foi a maior da história democrática universal, tese empiricamente não demonstrável (seja de quem for a corrupção alegada); pode falar que Bolsonaro nunca soube nem mesmo das práticas de sua própria família no passado e no presente; pode salientar que Bolsonaro fez concessões inescapáveis para governar.

Ou pode reconhecer que corrupção era o pretexto, o ódio era o subtexto, a irracionalidade coletiva era o contexto do que nos trouxe aqui. E aí descobrir que corrupção não se combate com messias nem com juiz herói, dubiê de homem de bem e praticante do "fiat lex" (faça-se a lei). Que corrupção se enfrenta com esforço contínuo, dependente de instituições transparentes, autônomas e competentes, para começar.

Inspire. Pense em transparência, autonomia institucional e competência técnica. Expire. Agora pense em governo Bolsonaro. Aguarde os próximos capítulos.

[DOM, Elío Gaspari, Janio de Freitas] SEC. Celso R. de Barros] TER. Joel P. da Fonseca] QUA. Elío Gaspari] QUI. Conrado H. Mendes] SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Sílvia Almeida] SÁB. Demétrio Magnoli

Dom Phillips é jornalista talentoso apaixonado pelo Brasil, dizem amigos

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO Quando partiu em direção à Amazônia, nas últimas semanas, o jornalista britânico Dom Phillips, 57, enviou uma foto para a família no Reino Unido. Do avião, acima das nuvens, um arco-íris atravessava o céu sobre a floresta. Esta foi a última vez em que ele fez contato com a sua irmã, Sian Phillips, e seu cunhado, Paul Sherwood.

Experiente correspondente, há 15 anos no Brasil, Phillips está pesquisando e escrevendo um livro "Como Salvar a Amazônia". Para viabilizar esse trabalho, foi selecionado para uma bolsa da Alicia Patterson Foundation.

Em mensagem à Folha, seu cunhado afirmou que Phillips está dedicado a completar a pesquisa para o livro.

"Gostaríamos de enfatizar o quanto ele ama o Brasil e a importância da pesquisa que está fazendo sobre a Amazônia e como preservá-la, tanto como uma região selvagem quanto uma esperança para os povos indígenas", escreveu Sherwood.

Phillips cresceu em Bellington, cidade 8 km ao sul de Liverpool, na Inglaterra. Quando jovem, tocava nas ruas em busca de dinheiro. Começou sua carreira cobrindo o cenário da música eletrônica e foi editor da revista Mixmag.

O britânico escreveu um livro sobre o nascimento da cultura dos DJs e, em 2007, viajou ao Brasil atraído por colegas da área musical. Se-

gundo carta escrita por amigos jornalistas, Phillips planejava ficar alguns meses em São Paulo, mas se sentiu tão em casa no país que decidiu se mudar de vez.

Ele também morou no Rio de Janeiro, onde gostava de andar de bicicleta e de fazer stand-up paddle, e, nos últimos meses, se mudou para Salvador, na Bahia, estado de sua mulher, Alessandra Sampaio.

Ela escreveu uma carta e gravou um vídeo no qual fez um apelo para que o governo intensifique as buscas.

"Quero dizer a vocês que Dom Phillips, meu marido, ama o Brasil e ama a Amazônia. Ele poderia viver em qualquer lugar do mundo, mas escolheu viver aqui."

No Brasil, Phillips trabalhou muitos anos como freelancer para o jornal britânico The Guardian. Também escreveu para Washington Post, New York Times, Financial Times e The Intercept.

Ele conhece bem a Amazônia e se dedicou a essa cobertura praticamente desde que chegou ao Brasil.

O jornalista Andrew Fishman diz que Phillips fez diversas viagens perigosas e que tem uma grande experiência de trabalho junto aos povos indígenas.

"Ele se tornou muito apaixonado pela luta para defender a Amazônia, mas sempre mantém uma visão muito sutil da situação complicada em questão — nunca é preto no

branco para ele."

"Ele decidiu escrever esse livro justamente para se aprofundar e ir mais longe na cobertura que mais lhe interessa", escreveu em mensagem encaminhada à Folha.

Fishman diz que o amigo é "extremamente talentoso", respeitado por muitos jornalistas e ambientalistas brasileiros e internacionais. Afirma, ainda, que Phillips "recusou repetidamente empregos muito prestigiosos e lucrativos para fazer o que ama".

"Dom é um dos jornalistas mais éticos e corajosos que conheço. Sempre foi extremamente rigoroso em seu trabalho e incisivo nas análises."

Em 2019, Phillips se tornou alvo de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro após questioná-lo em um evento a respeito da escalada do desmatamento na Amazônia. O vídeo foi replicado nas redes sociais e ganhou milhares de visualizações.

"Primeiro, vocês têm que entender que a Amazônia é do Brasil, não é de vocês. A primeira resposta é essa daí", respondeu Bolsonaro.

"Dom ficou muito abalado com esse vídeo. Ele sentiu que isso colocava um alvo em suas costas e dificultava seu trabalho. Foi reconhecido em toda a Amazônia e em seu cotidiano por todos os tipos de pessoas como 'o jornalista que levou um esporro do Bolsonaro'", afirma Fishman.

Ele diz que o amigo manifestou preocupação com os rumos da política no Brasil, no Reino Unido e nos Estados Unidos, e que ama falar sobre o tema.

Segundo Fishman, Phillips é muito generoso "tem fontes incríveis e não é mesquinho em compartilhá-las".

"Ele ajudou muitos jornalistas a entenderem o Brasil, se ofereceu como voluntário para ensinar inglês em favelas do Rio e quando se mudou para Salvador rapidamente encontrou uma ONG [Jovens Inovadores] onde também dava aulas, apesar dos riscos da Covid-19", diz.

A jornalista Cecília Oliveira, fundadora da plataforma Fogo Cruzado, visitou Phillips em fevereiro. Ela o descreve como "um amigo cuidadoso, gentil e muito solícito".

"Fomos à praia, jantamos e passeamos pela Salvador que ele já conhecia como conhecia o Rio: o melhor acarajé, a cerveja mais gelada", diz.

Indigenista Bruno Pereira acumula anos de trabalho e ameaças no AM

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA Desaparecido desde o último domingo (5) durante viagem ao Vale do Javari, no Amazonas, ao lado do jornalista Dom Phillips, o indigenista Bruno Pereira, 41, acumula anos de trabalho junto aos povos indígenas e foi alvo de ameaças em razão de sua atuação.

Servidor de carreira da Funai (Fundação Nacional do Índio) desde 2010, Pereira pediu licença depois de ter sido exonerado do Coordenador Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados, na qual esteve por 14 meses.

Ele foi dispensado em outubro de 2019, no governo de Jair Bolsonaro (PL), e passou a trabalhar na ONG Uníviva (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari).

Conforme noticiou a Folha à época, o ato de exoneração foi assinado pelo secretário-geral do ministério então comandado pelo ex-juiz federal Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública).

Sua saída não foi explicada internamente sob nenhum aspecto técnico e acompanhou outras exonerações que ocorreram depois que o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier Silva, apoiado pela bancada ruralista, assumiu a presidência da fundação.

Antes de liderar a Coordenação de Índios Isolados, Pereira esteve por anos à frente da Coordenação Regional do Vale do Javari, terra indígena frequentemente invadida por garimpeiros, madeireiros, caçadores e pescadores, onde ele foi visto pela última vez.

"Bruno é uma figura pública na região, tem uma capacidade muito forte de mobilizar os órgãos públicos para fazer as operações. Está há muito tempo atuando", diz Fábio Ribeiro, coordenador executivo do Opi (Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato).

Em 2019, Pereira chefiou a maior expedição para contato com os isolados em 20 anos. Seus colegas dizem que ele estava insatisfeito com as dificuldades que tinha para atuar na Funai, que sofria pressão de superiores e que, por isso, decidiu trabalhar diretamente com a Uníviva.

O Opi e a Uníviva afirmam que o indigenista já vinha sofrendo ameaças.

"Enfatizamos que na semana do desaparecimento, conforme relatos dos colabora-

dores da Uníviva, a equipe recebeu ameaças em campo. A ameaça não foi a primeira, outras já vinham sendo feitas a demais membros da equipe técnica da Uníviva", disseram as entidades em comunicado.

Forças Armadas e polícia do Amazonas seguem nas buscas pelos desaparecidos.

Há cerca de um mês, a instituição recebeu uma carta enviada por pescadores com ameaças de morte nominais contra Pereira.

O documento, revelado pelo jornal O Globo e confirmado pela Folha, fala em acerto de contas.

"Sei que quem é contra nós é o Beto Índio e Bruno da Funai, quem manda os índios irem para área prender nossos motores e tomar nos olhos", afirma o texto, citando também Beto Marubá, um dos coordenadores do grupo.

A carta segue com as ameaças e diz que, "se continuar desse jeito vai ser pior", afirma ainda que esse é o único aviso que os pescadores dão.

Pereira é pai de três filhos —duas crianças de 2 e 3 anos e uma adolescente de 16. Em entrevista à reportagem na segunda-feira (6), sua mulher, a antropóloga Beatriz de Almeida Mendes, pediu rapidez nas buscas pelo companheiro.

"Eu conheço bem a região, sei que podem acontecer vários acidentes, mas estou apreensiva por causa das ameaças que ele sofria. Que-

ro que todo o esforço possível seja feito para encontrar ele e o Dom [Phillips]", disse.

As ameaças que o indigenista sofreu recentemente não são novidades, segundo pessoas que o conhecem. Ele sempre atuou em ações de fiscalização e repressão a atividades ilegais nas terras indígenas da região.

A Base de Proteção Itui-Itacoí, próxima ao local de desaparecimento, foi atacada recentemente em oito episódios de violência armada contra indígenas e funcionários da Funai, segundo carta divulgada nesta terça-feira (7) por entidades de defesa dos povos indígenas.

Em 2019, o colaborador da Funai Maxciel Pereira dos Santos, da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, foi assassinado a tiros em sua residência na cidade de Tabatinga, localizada no estado do Amazonas.

"Diante desse panorama, torna-se necessária de maneira urgente uma ação eficaz de apuração dos fatos e de busca imediata: cada hora que passa coloca em risco definitivo a possibilidade de sobrevivência dos dois desaparecidos, ao mesmo tempo em que faz crescer a consolidação de um território sem lei, nas mãos de criminosos confiantes nos seus plenos poderes perante a incapacidade de atuação dos representantes legítimos do Estado de Direito", afirma a nota divulgada pelas instituições. ALA e JG



O jornalista inglês Dom Phillips, de 57 anos, vive no Brasil há 15 anos, atualmente em Salvador (BA) Paul Sherwood/Reuters



O indigenista Bruno Pereira, servidor de carreira da Funai com anos de trabalho na Amazônia Daniel Marocco/Agência O Globo

Plano de Tarcísio é simbólico, mas poderia reforçar conflitos

Mudar a sede do governo de SP para o centro exigiria novas políticas públicas

Bruno B. Soraggi

SÃO PAULO Mudar a sede do Governo de São Paulo para o centro da capital paulista pode ter efeito simbólico na reorganização da região, mas poderia até agravar os conflitos naquela área se o plano não for acompanhado de políticas públicas em diferentes frentes e de uma mentalidade de menos políaca.

Essa é a avaliação de especialistas consultados pela Folha sobre a proposta cogitada pelo pré-candidato Tarcísio de Freitas (Republicanos) de trazer a base do Executivo paulista para perto da cracolândia.

A atual sede do governo, o Palácio dos Bandeirantes, fica no bairro do Morumbi, na zona oeste da cidade, a cerca de 15 km do centro.

A ideia do candidato do presidente Jair Bolsonaro (PL) foi criticada por seus principais rivais na disputa — Fernando Haddad (PT), Márcio França (PSB) e Rodrigo Garcia (PSDB).

O ex-ministro da Infraestrut

tura anunciou recentemente que, se eleito, avalia mudar a sede do governo.

“É uma possibilidade concreta, porque beneficia o centro todo se o centro do poder estiver lá”, disse ele na semana passada. “A cracolândia só vai acabar no dia em que as pessoas estiverem circulando no centro”, disse Tarcísio.

De acordo com a equipe do pré-candidato bolsonarista, o projeto é incipiente e está sendo desenhado pela coordenação do projeto de governo, encabeçada pelo economista Guilherme Afif Domingos.

Ainda não há detalhes de um local para a nova sede. Tarcísio citou a praça Princesa Isabel, na qual “caberia perfeitamente um centro administrativo de São Paulo”.

Para seus adversários, a ideia é ineficaz e mostra desconhecimento de Tarcísio, nascido no Rio de Janeiro, sobre questões paulistas.

“O centro precisa de uma ação sistêmica”, avalia o professor Valter Caldana, coordenador do Laboratório de Po

líticas Públicas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie.

“Começa tendo que derrubar o Minhocão, tirar os terminais de ônibus [de terrenos grandes, para dar lugar a outros equipamentos públicos], passa por muita habitação com diversidade socioeconômica de gênero, cor, raça e faixa etária. Recuperar a pedestrianização [priorizar pedestres]”, segue.

“E pode passar, sim, pela transferência da sede do poder estadual para o centro. Por que não? Principalmente essa sede simbólica que é a residência do governador”.

Para Caldana, a ideia é boa, só que obviamente, sozinha, não é solução. “O pesquisador Renato Cymbalista, professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, segue raciocínio semelhante.

“Dependendo da maneira como é feito, pode até revitalizar o centro. Mas acho que é importante para revitalizar o governo, estando o poder pú

blico acessível”, avalia.

“É, sim, um elemento de aproximação com a cidade. Tem uma coisa simbólica de o poder estar no centro e não em um bairro de elite, num jardim enorme, cercado por grades”, afirma.

“Há uns 22 anos o governo tem feito esse movimento de trazer esses escritórios pro centro. Considero bem sucedido”, diz Cymbalista. A região central já abriga sedes de diversas secretarias municipais e estaduais, além da própria sede da Prefeitura de São Paulo.

“Eu gosto de pensar, atravessando o viaduto do Chá, que ele [prefeito] governa de lá, e não de algum lugar mais de elite”. Mas ele pondera que só a mudança para o centro “não garante a democratização” do acesso ao espaço público.

“Pelo contrário. Se ele [centro do governo paulista] for instalado lá como uma medida de saneamento, de segurança, para aumentar o controle daquelas pessoas que já são controladas de alguma

forma, isso é ruim”, diz.

“O projeto” não pode ser pensado como uma alternativa de tirar a cracolândia. Se ele [pré-candidato] pensa assim, pensa com perversidade”.

Na avaliação do pesquisador, há dois problemas separados. “Juntar vai dar errado. Um movimento é levar o governo para o centro, que é legal, tem boas possibilidades. Outro movimento é resolver o problema da cracolândia. Juntar os dois como solução para o mesmo problema é péssimo”, afirma.

O presidente do departamento paulista do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), Fernando Tullio, também tem receio do reassentamento de ações policiais e de monitoramento na região caso o governador passe a morar e a despachar do centro paulistano.

“Um prédio poderia aprofundar os conflitos, porque, no fundo, ele levaria a um conjunto de políticas governamentais que vão na contramão da pacificação”, diz.

“A campanha do Tarcísio aponta na contramão dessas políticas integradas de cuidado, da reinserção das pessoas na sociedade. Vai na linha da coerção”, aponta Tullio. Tarcísio é crítico do uso de câmeras por policiais e tem repetido em eventos que “quer monitorar bandido” e que está “preocupado com a letalidade do bandido, não do policial”.

“Um estado presente lá no centro que reitera essa política

do descuido vai tornar a cidade mais conflituosa. A presença de um governo do estado que vá na linha da promoção da violência e da ausência das políticas de inserção não vai cuidar do câncer e vai alastrar ainda mais. O lugar da administração do governo do estado independe nesse caso”, avalia.

“Levar a sede [do governo de SP para o centro] só vai acabar com a cracolândia se encher de policiamento. A solução não é isso”, diz o arquiteto Marcelo Mota, fundador da empresa de urbanismo ID-Territorial.

“O centro é muito pouco explorado. Isso aconteceu durante muito tempo, pelos mutanos de abandono”, aponta Mota. “O pensamento do empresário não consegue valorizar o centro. As grandes empresas não estão lá”.

A urbanista Camila Malemon, pesquisadora do Lincoln Institute of Land Policy e consultora para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), diz que a renovação urbana pelo uso de equipamentos institucionais é uma ideia antiga. “O uso dos escritórios da administração pública como uma estratégia de ocupação do centro foi um movimento em São Paulo aproximadamente da década de 1990”, diz. “Foi bom, não é uma furada”, segue ela. “Mas a gente já viu um pouco essa página”, afirma.



O pré-candidato do União Brasil ao governo de PE, Miguel Coelho

Reprodução/UOL



O candidato do PSB ao governo de Pernambuco, Danilo Cabral

Reprodução/UOL

Para Miguel Coelho, o PSB de PE está esfacelado e apoio a Lula é oportunismo

João Pedro Pitombo

SALVADOR O pré-candidato ao governo de Pernambuco, Miguel Coelho (União Brasil), disse que o PSB está esfacelado e o órfão de líderes desde a morte do ex-governador Eduardo Campos, vitimado por um acidente aéreo em 2014.

Em sábado à noite, o UOL, o ex-prefeito de Petrolina defendeu a eleição de um nome da oposição ao governo no ciclo de 16 anos do PSB.

“[O PSB tem] um projeto que, a meu ver, está esgotado, e não oferece mais nada ao povo pernambucano que não seja o desesperança [...]. A gente vê um PSB esfacelado, sem rumo, sem liderança, sem iniciativa, sem ação e que quem paga o preço é o povo pernambucano”, afirmou o pré-candidato.

Coelho foi do PSB de 2012 a 2019, pelo qual se elegeu prefeito de Petrolina (75 km do Recife) em 2016. Reeleito em 2020 pelo MDB, migrou para a União Brasil e renunciou para concorrer ao governo.

Ele chamou de oportunista o apoio do PSB de Pernambuco ao ex-presidente Lula (PT), disse que sua parceria com o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi administrativa e defendeu a candidatura de Luciano Bivar (União Brasil) ao Planalto. “Não acredito na política do oportunismo. Hoje quem defende Lula é o mesmo que dois

anos atrás chamou o PT e Lula de quadrilha”, disse, sobre o discurso antipetista do então candidato e hoje prefeito do Recife, João Campos (PSB).

Também explicou a declaração de que Lula é um “patrimônio do PT”. Evitou sinalizar apoio ao petista e disse que foi deferência a um ex-dono de uma empresa que falaria o nome dos demais.

Defendeu a candidatura de Bivar e disse que fará campanha para ele, “até para oferecer caminho alternativo ao país e não ficar nesse pingue-ponque, nessa polarização que se retroalimenta”.

Filho do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB), buscou se livrar da ação política do pai, ex-líder do governo do Brasil, ao exilado do governo Bolsonaro no Senado e um dos seus principais defensores na CPI da Covid no Senado.

“Cada um tem seu próprio CPF, sua própria história e biografia. O senador Fernando tem a dele e eu tenho a minha”, afirmou o pré-candidato.

Mas, defendeu o pai no uso de emendas do relator da Codavaf, órgão do Ministério do Desenvolvimento Regional, cujas obras em Petrolina têm muitas irregularidades. Destacou que as parcerias com o presidente aconteceram no campo administrativo e que, como prefeito de Petrolina, tinha obrigação de buscar recursos no governo federal.

Disse que Pernambuco tem desafios no combate às des

igualdades sociais, em saúde e segurança pública. E que o estado precisa de um governador com habilidade política para conseguir recursos federais e da iniciativa privada.

Sobre as chuvas que deixaram 129 mortos nas últimas semanas em Pernambuco, disse que o governo Paulo Câmara (PSB) foi oníscio nas políticas de prevenção a desastres, e que, nos últimos oito anos, Pernambuco gastou R\$ 550 milhões em propaganda, mas R\$ 40 milhões em drenagem e R\$ 130 milhões em habitação.

O cancelamento das festas juninas no Recife por causa das chuvas também foi criticado, que disse que a decisão do prefeito João Campos foi um erro que vai gerar impactos no setor cultural da cidade.

Sobre a violência em Pernambuco, destacou que o Pacto pela Vida, política de segurança pública da gestão de Eduardo Campos (2007-2014), está falido e só é propaganda.

Disse que as polícias precisam de valorização salarial e de condições de trabalho. E destacou que é preciso criar políticas de prevenção, incluindo melhoria da iluminação pública e ações sociais em parcerias com igrejas, e políticas de repressão.

A sabatina foi conduzida por Fabíola Cidral e pelos jornalistas Carlos Madeiro, do UOL, e José Matheus Santos, da Folha.

Danilo Cabral minimiza dissidências e afirma que vai liderar o time lulista

SALVADOR O deputado federal Danilo Cabral (PSB) afirmou nesta quarta-feira (8) que as divergências entre o PT e o PSB de Pernambuco estão superadas, minimizou as dissidências internas e disse que irá liderar o palanque do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no estado.

“Não vou estar aqui disputando narrativas, esse fato já é superado. O próprio Lula já anunciou publicamente que eu serei o candidato dele a governador no estado de Pernambuco”, afirmou Cabral em sábado da Folha e do UOL.

Cabral disputa com a deputada federal Marília Arraes (Solidariedade), para o Governo de Pernambuco, o eleitorado mais identificado com o ex-presidente, que tem alta popularidade no estado. Ambos vão apoiar Lula, mas o petista declarou que irá trabalhar pelo nome de Cabral.

Ele disse que o eleitorado saberá identificar quem é “o time de Lula”, destacou a “aliança estratégica” com o PT e a parceria com a deputada estadual petista Teresa Leitão, candidata ao Senado.

“A campanha serve para isso, para que a população tome conhecimento. Cada um vai apresentar seu time. O meu time é o time da Frente Popular de Pernambuco e é o time do [ex] presidente Lula”. Aliados em Pernambuco desde 2007, o PT e o PSB tomaram rumos diferentes no

estado a partir de 2014 e retomaram a parceria localmente em 2018 e nacionalmente em 2022. Neste período de afastamento, o PSB apoiou o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016.

Cabral, um dos deputados que votaram a favor do afastamento, classificou o voto como erro histórico e disse que o PSB já se retratou.

“É uma questão completamente superada. O PSB já extenuou que houve, sim, um erro, um equívoco histórico do PSB na condução do processo do impeachment”, afirmou. Ele afirmou que o momento histórico demanda uma frente ampla contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e que o passo mais importante para a formação dessa frente foi do PSB ao filiar o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

Cabral disse ainda que vai defender o legado dos governos do PSB no estado, exaltou o ex-governador Eduardo Campos (1965-2014) e disse que não irá esconder em sua campanha o governador Paulo Câmara (PSB), que enfrenta baixa popularidade neste final de segundo mandato.

“Tenho orgulho do meu time [...]. Tem gente que esconde o palanque, eu não escondo o palanque”, disse o pré-candidato.

Disse ainda que Câmara prestou um grande trabalho a Pernambuco, mas que, nos últimos oito anos, vivenciou as crises hídrica e da pandemia.

Também criticou adversários que “trocam de partido como trocam de camisa”, disse não estar preocupado com pesquisas eleitorais e que vai crescer na campanha.

“É primeira vez que disputa eleição majoritária. Antes, foi vereador no Recife e é deputado federal há três mandatos.

Sobre o legado dos 16 anos de governos do PSB em Pernambuco, destacou a área da educação como uma das principais vitórias, com a ampliação da rede de ensino integral.

“A gente conseguiu dar uma virada de página na educação de Pernambuco, hoje referência nacional”, disse ele, que prometeu expandir a educação profissionalizante para todas as cidades do estado.

Sobre as chuvas que deixaram 129 mortos nas últimas semanas em Pernambuco, disse que o fenômeno climático extremo não ficou restrito ao estado, lembrou das tragédias recentes na Bahia e no Rio de Janeiro e destacou que há um descalço histórico do Estado brasileiro para com as populações que vivem em áreas de risco. Também culpou o governo de Jair Bolsonaro pela falta de uma política de habitação no país e defendeu o programa Minha Casa, Minha Vida.

A sabatina foi conduzida por Diego Sarza e pelos jornalistas Carlos Madeiro, do UOL, e José Matheus Santos, da Folha. JPP

Evangélicos que se dizem de esquerda e direita se equivalem, diz Datafolha

Menos progressista que a média nacional, grupo não repudia a esquerda como afirmam pastores

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Igrejas do calibre da Universal do Reino de Deus podem até dizer que o cristão progressista é uma anomalia que não deveria existir. Mas, considerando visões de mundo que abrangem tanto temas comportamentais quanto econômicos, há uma divisão entre evangélicos identificados como de esquerda e aqueles que tendem para a direita.

É o que aponta a mais recente pesquisa Datafolha, que perguntou sobre temas como drogas, homossexualidade, impostos e armas para decifrar o mosaico ideológico do país.

Considerando só entrevistados que se disseram evangélicos, 41% deram respostas mais inclinadas à esquerda. Desconsiderando o filtro religioso, a média sobe para 49% de brasileiros escolhendo posições mais esquerdistas.

Entre os que se chamam de crentes, 37% têm perfil de direita (empate técnico com de esquerda), e 22%, de centro. No quadro geral, descontando filiações de fé, são 34% e 17%, respectivamente.

Ou seja: sim, o evangélico é menos progressista que a média nacional, mas nem de longe é a figura alegórica à esquerda que muitos pastores pintam.

O levantamento, que ouviu 2.556 pessoas em 181 cidades nos dias 25 e 26 de maio, também detectou empate técnico

entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) nesse grupo de fé.

A margem de erro do recorte religioso (27% dos entrevistados eram evangélicos) é de quatro pontos percentuais — no geral a margem é de dois pontos, para mais ou para menos.

Análise da Folha sobre o resultado irritou o presidente, que reagiu numa live: "O lado de cá fala da boca pra fora, fala com o coração, Deus, pátria, família. O lado de lá, não. O lado de lá defende ideologia de gênero. Vai falar que os evangélicos estão divididos?"

Quem diz são os números. Em temas econômicos, por exemplo, 47% do segmento revelaram preferências à esquerda, colados nos 50% do quadro geral. Em questões de ordem moral, o jogo inverte: 47% dos evangélicos têm posições direitistas e a média nacional é de 39%.

Mas nem sempre a resposta mais conservadora vem desse campo cristão.

Exemplo: pena de morte. Entre os crentes, 64% rechaça a ideia de que cabe à justiça matar uma pessoa, mesmo que tenha cometido um crime grave. No país todo, 61% dizem o mesmo, mas a proporção cai para 57% quando só católicos (metade dos entrevistados) são considerados.

Evangélicos, por outro lado, estão mais predispostos



Culto comandado por Anderson e Luciene Camargo em São Paulo

Bruno Santos - 17.mai.20/Folhapress

a colocar a criminalidade na conta da maldade, e não na falta de oportunidades iguais: 64% x 56% do todo. Achar que posse de armas é direito do cidadão 39%, contra uma média de 35%.

A população em peso (83%) vai à direita quando a pergunta é se o uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade enfrenta as consequências, e evangélicos ainda mais (90%). A opção minoritária defende que narcóticos não sejam vetados, porque é o usuário que paga o pato.

Na dupla de pautas aborto e comunidade LGBTQIA+, que

inflama a bancada evangélica no Congresso, a base religiosa é mais conservadora em geral. Mas isso não quer dizer que ela vai se posicionar majoritariamente contra as visões mais progressistas.

Oito em cada 10 (79%) dizem que a homossexualidade deve ser aceita. Evangélicos não demonstram maioria tão ampla, mas os 64% que ratificam a ideia não são desprezíveis. Só 27% do grupo dizem que a orientação homossexual deve ser desencorajada.

Sobre a questão do aborto: no Brasil, o procedimento só

é permitido em casos de estupro, risco de morte materna ou anencefalia.

Pois 42% dos evangélicos querem que continue assim, perto dos 39% do total populacional. Em compensação, 37% dos evangélicos preferem que a interrupção da gravidez seja banida em qualquer situação, contra 32% do país como um todo.

O resto do bloco religioso se divide entre quem quer ampliar parcial (15%) ou irrestritamente (4%) as possibilidades de uma mulher recorrer ao aborto. Há ainda 3% que não souberam responder ou

responderam outra coisa.

No espectro econômico, há algumas agendas que ajudam a entender se uma pessoa compartilha uma visão de mundo mais à esquerda ou mais à direita. Aqui, a identidade religiosa — ser evangélico ou não — parece fazer pouca diferença.

A população se divide sobre pagar mais impostos para receber serviços gratuitos de educação e saúde, ou ter menos carga tributária e contratar serviços particulares.

Sete em cada dez brasileiros acham que o governo tem o dever de ajudar grandes empresas que podem ir à falência, ou que o governo precisa ser o maior responsável por investir no país, perspectivas mais esquerdistas.

Metade dos evangélicos, quando questionados sobre leis trabalhistas, dizem que elas mais ajudam do que atrapalham, enquanto 41% gostariam que parte delas fosse eliminada por perturbarem o crescimento das empresas.

A média nacional é mais generosa com os trabalhadores: 56% apoiam o pacote legislativo, e 37% preferiam que ele fosse mais amigável ao empresariado.

Esses são alguns dos pontos apresentados pelo Datafolha para traçar o perfil ideológico do país, e também de parcelas específicas dele — como fizemos aqui com o segmento evangélico, um ativo eleitoral que vem mobilizando os pré-candidatos à Presidência.

Uma questão incluída na série mostra a dimensão da fé para o Brasil: acreditar em Deus torna as pessoas melhores? A maioria (79%) assina abaixo dessa hipótese. Entre os evangélicos, a ideia tem ainda mais ibope: 88% concordam que a crença enaltece o homem.

SU

semináriosfolha

Saúde dos olhos

Um assunto tão importante merece toda visibilidade

15h

Olhos que envelhecem

BRUNO MACHADO FONTES

diretor da Associação Brasileira de Catarata e Cirurgia Refrativa

ELLEN POUSEIRO

paciente com baixa visão

ROBERTO VESSANI

chefe da divisão de glaucoma do Departamento de Oftalmologia da Unifesp

SÉRGIO PIMENTEL

chefe do Serviço de Retina do Hospital das Clínicas da USP

16h

Acessos e desafios na saúde ocular

CRISTIANO CAIXETA UMBELINO

presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

JACOB COHEN

oftalmologista e vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas

MIRKO BABIC

gerente médico de glaucoma e superfície ocular da Allergan, uma empresa AbbVie

RALF TOENJES

fundador da ONG Renovatio, que promove ações de saúde visual

14 DE JUNHO

Assista ao vivo em folha.com/sauredosolhos



Patrocínio:

Allergan
uma empresa AbbVie

Realização:

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER

mundo

Biden deve ignorar trato e falar de clima e eleições em reunião com Bolsonaro

Mandatário concordou em ir aos EUA após receber sinais de que não seria pressionado por democrata

Rafael Balago

LOS ANGELES O presidente dos EUA, Joe Biden, deve ignorar as exigências do líder brasileiro, Jair Bolsonaro, e falar sobre ambiente e eleições livres, reanunciando a reunião bilateral que os dois mandatários terão nesta quinta (9), em Los Angeles, disse o conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan, a jornalistas americanos.

De acordo com o assessor do democrata, a pauta climática será "um tema importante da conversa" para avançar "na relação entre Brasil e EUA, especialmente em ações tangíveis para proteger a Amazônia".

Além disso, os líderes devem abordar as "eleições livres, transparentes e democráticas" que o brasileiro enfrentará em outubro. Segundo Sullivan, não haverá temas proibidos na conversa entre os presidentes.

Era tudo o que Bolsonaro quer ouvir. A mensagem do conselheiro contradiz o acordo feito por emissários do presidente americano com o brasileiro, que es-

tava reticente em participar da Cúpula das Américas por não querer ser pressionado pelo democrata, com o qual não tem afinidade política.

Bolsonaro só aceitou viajar a Los Angeles após um emissário que Biden enviou a Brasília o convencer de que ele não seria constrangido justamente com assuntos relacionados a ambiente e aos ataques ao sistema eleitoral. O encontro está marcado para as 15h15 (9h15 em Brasília) desta quinta. Será a primeira conversa entre os dois presidentes desde que o americano tomou posse, há um ano e meio.

Mesmo com a mensagem de Sullivan, dada nesta quarta (8), a bordo do Air Force One, o avião presidencial americano, diplomatas brasileiros afirmaram, sob condição de anonimato, que mantêm a expectativa de que Biden evite atritos com Bolsonaro e que a reunião sirva para avançar algumas pautas de interesse brasileiro, como a retirada de barreiras à importação do aço. Da mesma forma, haveria avanços em prioridades ame-

ricanas, como o reforço no combate a redes de tráfico de pessoas e de imigração ilegal.

Mas o democrata tem sofrido pressão de ativistas e de aliados para cobrar Bolsonaro. O pleito ganhou força após o desaparecimento do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira na Amazônia.

Apoiador do ex-presidente republicano Donald Trump, que perdeu a reeleição para o democrata, Bolsonaro disse várias vezes que havia suspeitas de fraude na eleição americana. Na terça (7), em entrevista ao SBT, voltou a questionar o resultado da eleição nos EUA. "Quem diz [sobre fraude] é o povo americano. Não vou entrar em detalhes na soberania de um outro país. Agora, o Trump estava muito bem, e muita coisa chegou para a gente que a gente fica com o pé atrás. A gente não quer que aconteça isso no Brasil".

A embaixada nos Estados Unidos reagiu e respondeu nesta quarta. "As eleições são a expressão mais visível de uma democracia, e os Estados Uni-

dos têm orgulho da longa história de eleições livres, justas e confiáveis que passam por um processo minucioso e resistem ao desafio do tempo", disse a representação diplomática do país em nota enviada ao jornal O Globo e confirmada pela Folha.

No discurso de abertura da cúpula, na noite desta quarta, Biden deu destaque à defesa da democracia, "que está sob ataque no mundo todo". "Vamos nos unir de novo e renovar nossa convicção de que a democracia não é só o fator definidor da história americana, é um ingrediente essencial da história americana", afirmou. Na fala, ele citou o Brasil apenas uma vez, como um dos maiores exportadores de comida do continente.

Nas ruas de Los Angeles, um grupo de 50 ativistas protestou em frente à prefeitura da cidade nesta quarta, pedindo que Biden não faça nenhum acordo com Bolsonaro na cúpula.

"A Amazônia e todos os ecossistemas do Brasil têm sido atacados", discursou Leila Chitria, da ONG Amazon Watch.

Gabriel Boric atrai empresários e cobra brasileiro

Nos EUA para participar da Cúpula das Américas, Gabriel Boric, presidente do Chile que tomou posse em março, tem sido um dos líderes mais procurados para reuniões com empresários, que querem ouvir como ele pretende unir a busca por investimentos externos com o combate à desigualdade social.

Em discurso nesta quarta (8), em evento paralelo à cúpula, Boric defendeu parcerias internacionais para acelerar o desenvolvimento econômico do Chile, sem que isso implique precarização do trabalho ou desrespeito ao ambiente. "Queremos um desenvolvimento em que ninguém fique para trás, porque as sociedades rachadas têm muito mais dificuldades para obter um crescimento sustentável".

O líder chileno também fez uma defesa da responsabilidade fiscal e voltou a dizer

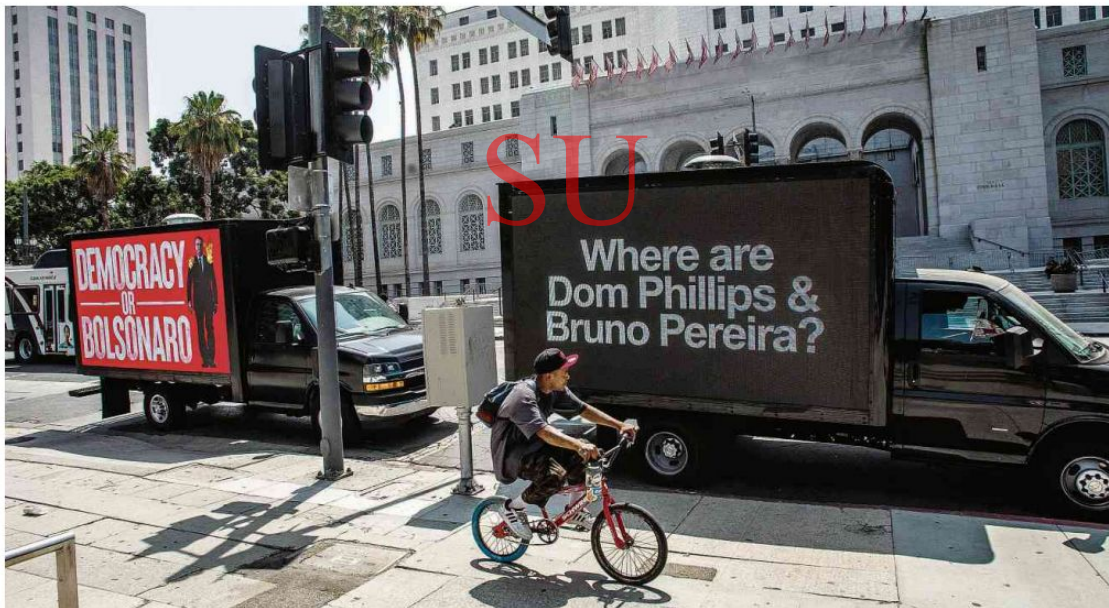
que o tema não deve ser uma bandeira apenas da direita. "A esquerda precisa abraçá-la, pois é garantia de que a vida do nosso povo vai melhorar", afirmou ele, para quem a desigualdade social é algo "injusto em termos morais".

Antes, na chegada a Los Angeles, Boric cobrou do governo brasileiro a aprovação de sua indicação para a embaixada do Chile no Brasil. A veiculação chilena ele afirmou esperar a "resposta da chancelaria brasileira" e outra vez admitiu ter "diferenças de princípios com o presidente [Jair] Bolsonaro" —o líder chileno já deu declarações favoráveis a Lula, que disputará a eleição deste ano com Bolsonaro.

"Mas respeito a soberania do povo brasileiro e, como chefe de Estado, se tivermos a chance de conversarmos, não terei dúvida em fazê-lo", disse Boric, que indicou Sebastián Boprice para chefiar a missão diplomática de seu país no Brasil.

Na terça e nesta quarta, algumas autoridades sul-americanas se encontraram com empresários na cidade que abriga a reunião de líderes. Jantares e conversas com Boric tiveram bastante procura, superior à de encontros com outros presidentes, como Guillermo Lasso (Equador) e Pedro Castillo (Peru).

Antes de ir a Los Angeles, Boric foi recebido no Canadá pelo premiê Justin Trudeau, com quem assinou um memorando para parceria de promoção da igualdade de gênero.



Caminhões exibem mensagens 'Democracia ou Bolsonaro' e 'Onde estão Dom Phillips e Bruno Pereira' em Los Angeles, sede da Cúpula das Américas. Apo Games/APP

Americano não pode virar cúmplice de ameaça à democracia

OPINIÃO

Camila Asano e Gimena Sánchez Garzoli

Asano é diretora de programas da Conectivos Humanos. Sánchez Garzoli é diretora para os Andes do WOLA (Washington Office on Latin America)

Em clima de tensão, está prevista para acontecer na quinta (9) a primeira reunião bilateral entre os líderes de EUA, Joe Biden, e Brasil, Jair Bolsonaro, no âmbito da Cúpula das Américas, em Los Angeles.

Aliado incondicional do ex-presidente Donald Trump, Bolsonaro nunca disfarçou o descontentamento com a vitória do democrata e repetiu a acusação infundada de fraude nas eleições americanas.

Apesar disso, Bolsonaro é peça-chave nos cálculos de Biden para demonstrar sua liderança no continente. Criticado pela incapacidade

de impedir a invasão da Ucrânia e pela gestão das relações com Cuba e Venezuela, o americano saíra enfraquecido se os líderes latino-americanos decidissem não participar da cúpula —um sinal de que a influência dos EUA no continente estaria diminuindo.

Portanto, a presença do Brasil, maior economia da América Latina, tornou-se crucial, especialmente depois que o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, anunciou que não participaria do evento, porque, para ele, a cúpula não representa a região em sua totalidade.

Diante de um Bolsonaro titubeante, Biden enviou esforços diplomáticos para garantir a presença do brasileiro, designando um enviado especial para convencê-lo frente a frente. A contrapartida, naturalmente, foi alta: Bolsonaro não quer ser confrontado.

Segundo relatou o jornal The Washington Post, a partir de fontes anônimas que acompanharam a reunião, Bolsonaro condicionou a presença no evento a uma reunião bilateral com Biden e ao veto a dois temas sensíveis: as suspeitas levantadas pelo brasileiro ao sistema eleitoral e o desmatamento na Amazônia.

O temor de Bolsonaro vem do fato de Biden demonstrar compromisso com o clima. Além disso, em audiência no Senado dos EUA, em maio, a recém-indicada embaixadora no Brasil, Elizabeth Bagley, afirmou sua confiança nas instituições democráticas e no sistema eleitoral brasileiro, destacando a necessidade de manter a confiança pública neste sistema às vésperas das eleições presidenciais. "Reforçarei o compromisso dos EUA de fortalecer a democracia, os direitos humanos e o Estado

de Direito no Brasil e em todo o hemisfério", disse Bagley.

Assim como Trump fez e segue fazendo, o presidente brasileiro continua colocando em dúvida a lisura do sistema eleitoral, alegando risco de fraude nas urnas eletrônicas —uma narrativa que legitimaria o questionamento dos resultados e tem potencial de gerar violência como visto na invasão do Capitólio.

No caso brasileiro, o risco de violência é potencializado pelo afrouxamento promovido por Bolsonaro, das regras para acesso a armas de fogo e munições. Levantamento recente do Instituto Sou da Paz por meio da Lei de Acesso à Informação mostra que o número de pessoas com licença de colecionador, atirador esportivo e/ou caçadores aumentou 262% entre julho de 2019 e março deste ano, somando 605 mil pessoas com

este tipo de registro no país.

É inadmissível que, para garantir a presença de Bolsonaro na Cúpula das Américas, o governo Biden esteja disposto a se tornar cúmplice da erosão da democracia no Brasil. Em vez de se aproximar de Bolsonaro, os EUA deveriam enviar a mensagem de que qualquer tentativa de destruir a democracia do Brasil não será aceitável, nos EUA ou em qualquer lugar do mundo.

Biden também deve ser firme quando se trata de se posicionar e pedir a Bolsonaro que se comprometa com a preservação da Amazônia. O compromisso de Biden não deve acabar junto com a Cúpula das Américas. Ele deve reafirmar a confiança nas urnas e tratar de reconhecer com celeridade o resultado do pleito brasileiro de 2022. Assim, os perdedores terão dificuldade em negar seu resultado.

[...]

Em vez de se aproximar de Bolsonaro, os EUA deveriam enviar a mensagem de que qualquer tentativa de destruir a democracia do Brasil não será aceitável, nos EUA ou em qualquer lugar do mundo

Violência política assombra os EUA

Execução de juiz em Wisconsin lembra passado de atentados contra líderes americanos

Lúcia Guimarães

E jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Qualquer americano nascido na década de 1950 sabe dizer onde estava na tarde de 22 de novembro de 1963, quando uma rede nacional de rádio anunciou os tiros que mataram o presidente John F. Kennedy. Assassinos políticos são traumas nacionais e podem mudar a história dos países. A morte de Abraham Lincoln, quando a Guerra Civil se aproximava do fim, em 1865, provocou uma onda de luto, não só no Norte, mas também no Sul escravagis-

ta que saiu derrotado na guerra. Desde que Ronald Reagan foi gravemente ferido por John Hinckley Jr. em 1981, um presidente não esteve mais tão exposto a um atentado. Mas, ainda candidato, Barack Obama atraiu tantas ameaças de morte que o Serviço Secreto o colocou sob proteção geralmente reservada a presidentes após o posse. Na madrugada desta quarta-feira (8), um homem foi preso perto da casa de Brett Kavanaugh, juiz da Suprema Corte.

Ele estava armado e disse aos policiais que queria matar o magistrado, depois que vazou a opinião dele alinhada à maioria de conservadores na Corte a favor da criminalização do aborto. Na sexta-feira (3), um assassinato no estado de Wisconsin fez correr um frio na espinha de observadores do clima de violência política nos EUA. O juiz aposentado Jack Roemer foi encontrado morto em casa. Estava sentado e com as mãos atadas. No porão, o atirador, que tinha virado

a arma para a própria cabeça, agonizava. O assassino Douglas Uhlde morreu no hospital. Era criminoso de carreira e recebera sentenças impostas por Roemer. A polícia encontrou uma lista de outros possíveis alvos, que incluía o atual governador de Wisconsin, o democrata Tony Evers, o líder republicano do Senado, Mitch McConnell, e o governador da Michigan, a democrata Gretchen Whitmer, que escapou de um dos mais ousados planos de atentado político.

Em 2020, seis homens ligados a milícias de ultradireita foram acusados de planejar o sequestro e o eventual assassinato de Whitmer como instrumento para começar distúrbios e impedir a posse de Joe Biden. Foi o maior complô recente de terrorismo doméstico a ir julgamento, mas o caso contra quatro dos indicados ruíu, em parte, por erros do FBI. Dois deles se confessaram culpados em delação premiada. O comitê da Câmara que investiga a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021, ouviu de testemunhas que Donald Trump, assistindo à invasão pela TV, expressou apoio aos invasores que gritavam "enforcem Mike Pence". O então vice, que garantiu a certificação da vitória de Biden, esteve a 60 segundos do grupo que rompeu a segurança e chegou ao ponto de onde ele foi retirado pelo Serviço Secreto.

Só na semana passada ficaram sabendo que, na véspera da invasão do 6 de Janeiro, o chefe de gabinete de Pence convocou o principal agente do Serviço Secreto responsável por sua escolta e avisou que Trump ia se voltar contra o então vice-presidente em público e criar uma ameaça à segurança dele. São detalhes que, no passado, associamos a milícias de republicanos centro-americanos. Na terça-feira (7) o Departamento de Segurança Nacional publicou um alerta sobre terrorismo doméstico, explicando que o "ambiente de alta ameaça" se deve a movimentos de extremistas motivados por ideologia, religião, raça e "eventos atuais". A nota se refere especificamente à esperada decisão da Suprema Corte sobre o aborto e às eleições de meio de mandato, a serem realizadas em novembro.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Tatiana Prazeres, Jaime Spitzkovsky

FBI prende homem que queria matar magistrado da Suprema Corte

SÃO PAULO Um homem foi preso na madrugada desta quarta (8), próximo à residência do juiz Brett Kavanaugh, da Suprema Corte dos Estados Unidos, no estado de Maryland, após dizer a policiais que planejava matar o magistrado. O suspeito foi identificado como Nicholas Roske, 26. De acordo com um relatório do FBI, a polícia federal americana, ele carregava uma arma, munição, um pé de cabra, spray de pimenta e outros itens que poderiam ser usados para invadir a casa do juiz na região metropolitana de Washington, capital do país. O registro de seu depoimento aos agentes diz que o próprio Roske chamou a polícia. Ao atendente do serviço de emergência, o suspeito informou que pretendia matar Kavanaugh e depois cometer suicídio. Segundo o FBI, Roske estava nervoso com o vazamento do rascunho, no começo de maio, que indicava que a Suprema Corte mudaria seu entendimento sobre o aborto, hoje garantido por decisão do tribunal. O vazamento ensejou reações de grupos que defendem o aborto como direito constitucional, e houve protestos em frente à casa de Kavanaugh, indicado à corte pelo ex-presidente Donald Trump, em 2018.

O documento vazado pelo site Politico é um rascunho interno assinado pelo juiz conservador Samuel Alito. O texto de Alito diz ter "repúdio total e inflexível" a Roe vs. Wade, decisão que garantiu proteção constitucional ao aborto em 1973, e a outro julgamento, de 1992 (Planned Parenthood vs. Casey), que a ratificou. Kavanaugh, junto de outros três juízes conservadores, teria endossado essa posição. O plano, segundo o depoimento ao FBI, era "pensar em como dar propósitos à sua vida". Agora, responderá por tentativa de sequestro e de assassinato.

O presidente dos EUA, Joe Biden, condenou o episódio. "Quaisquer ameaças de violência ou tentativas de intimidar os juízes não têm lugar em nossa sociedade", afirmou Casa Branca, em nota. O secretário de Justiça, Merrick Garland, disse que ameaças contra juízes "atingem o coração de nossa democracia".



Facebook/Reprodução

Rússia propõe escoar grãos, mas Ucrânia teme ataque

Proposta com participação da Turquia exige que Kiev retire minas marítimas

GUERRA DA UCRÂNIA

GUARULHOS Pressionada, a Rússia voltou a propor nesta quarta (8) o estabelecimento de corredores marítimos para escoar toneladas de grãos bloqueadas na Ucrânia. A paralisação nas exportações de um dos maiores fornecedores mundiais de trigo tem levado à alta dos preços e acelerado a iminente crise alimentar. O chanceler Serguei Lavrov disse que Moscou está disposta a garantir a segurança dos navios desde que Kiev retire as minas colocadas nos portos. Ele falava de Ancara, onde se reuniu com seu homólogo turco, Mevlut Cavusoglu. A Turquia, a pedido da ONU, busca mediar as tratativas.

Lavrov chegou a dizer que as garantias foram dadas pelo próprio presidente russo, Vladimir Putin, mas a Ucrânia prontamente rechaçou a proposta. Kiev teme que Moscou aproveite o alívio da presença militar nos portos para atacar o território ucraniano, em especial Odessa, uma importante cidade no sul do país. Oleg Nikolenko, porta-voz da chancelaria ucraniana, disse que as palavras de Lavrov são vazias. "É necessário ter equipamento militar para proteger a costa, além de uma missão da Marinha para patrulhar as exportações", afirmou. "A Rússia não pode usar corredores marítimos para atacar o sul da Ucrânia."

Mais cedo, Serguei Bratshuk, porta-voz do governo regional de Odessa, corroborou a posição contrária à retirada das minas. "A frota russa do mar Negro vai fingir uma retirada para a Crimeia e, enquanto desmimizamos o local para o acesso ao porto, nos atacará ali", escreveu ele num aplicativo de mensagens. A Turquia chamou a proposta russa de razoável e pediu que Kiev e Moscou concordem. O país, membro da Otan, a aliança militar ocidental, e também próximo à Rússia, chegou a sediar uma negociação presencial entre delegações dos dois países um mês depois do início da invasão, que já dura mais de cem dias.

Ainda assim, não há consenso sobre o papel da Turquia como mediadora. Serhiy Ivaschenko, diretor da Associação de Produtores e Exportadores de Grãos da Ucrânia, disse nesta quarta que o país não tem força suficiente no mar Negro para garantir a segurança das cargas, segundo a agência de notícias Reuters. Antes do início do conflito, que eclodiu na última semana de fevereiro, a Ucrânia representava cerca de 12% das exportações globais de trigo e 15% das de milho. O presidente Volodimir Zelenski afirmou na segunda (7) que o país conta com cerca de 25 milhões de toneladas de grãos bloqueadas. No outono do Hemisfério Nor-

105º dia de incursões da Rússia na Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio da Ucrânia
- Controlado por separatistas e reconhecido como independente por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Cidades tomadas pela Rússia
- Contra-ataque ucraniano
- Anexada pela Rússia em 2014
- Combates intensos



ESTUDANTES CELEBRAM FORMATURA EM ESCOLA DESTRUÍDA EM KARKIV

Era para o ano letivo na Ucrânia estar próximo do fim, e os alunos, encaminhando-se para as férias. Valerie, 16, já havia comprado o vestido para a formatura da escola que estudava em Karkiv, segunda maior cidade ucraniana. Até que um ataque destruiu o colégio três dias após a Rússia invadir o país. Nesta semana, Valerie e outros estudantes improvisaram um baile no que hoje são os escombros do centro de ensino, com direito a valsa e roupas de festa. Com as meninas, escolhemos vestidos e estávamos felizes que todas ficaríamos lindas no dia da formatura. Mas o 'mundo russo' veio até nós e arruinou todos os nossos planos", disse a adolescente, de acordo com mensagem compartilhada por sua tia Anna Epicheva.

te (primavera no Hemisfério Sul), esse número pode subir para 75 milhões, acrescentou. A pressão para que a Rússia permita as exportações tem crescido. O chanceler da Itália, Luigi Di Maio, voltou a afirmar nesta quarta que o bloqueio "significa condenar milhões de crianças, mulheres e homens à morte", especialmente em países da África e do Oriente Médio, grandes importadores da Ucrânia.

O assunto chegou a gerar desconforto no Conselho de Segurança da ONU na segunda, quando o presidente do Conselho Europeu, o belga Charles Michel, dirigiu-se diretamente para o embaixador russo Vasiliy Nebenzya para dizer que Moscou "significa condenar milhões de crianças, mulheres e homens à morte", especialmente em países da África e do Oriente Médio, grandes importadores da Ucrânia. O assunto chegou a gerar desconforto no Conselho de Segurança da ONU na segunda, quando o presidente do Conselho Europeu, o belga Charles Michel, dirigiu-se diretamente para o embaixador russo Vasiliy Nebenzya para dizer que Moscou "significa condenar milhões de crianças, mulheres e homens à morte", especialmente em países da África e do Oriente Médio, grandes importadores da Ucrânia.

Não front, a Ucrânia admitiu que pode ser obrigada a recuar na cidade de Severodonetsk, palco de intensos combates há semanas. O governador regional, Serhiy Haidai, em entrevista a um canal local, disse porém que o recuo não equivale ao abandono definitivo da cidade industrial, localizada em Lugansk, no Donbass. Moscou alega controlar 97% do território da província de maioria russófona. Há bombardeios por todas as partes, 24 horas por dia, e a Rússia concentra todas as suas forças na região", afirmou ele.

Com AFP e Reuters



A ativista Kim Phuc Phan Thi fotografada em sua casa, em Ontário, no Canadá May Truong/The New York Times

Somos mais do que símbolos, diz ativista de foto no Vietnã

'Não sou mais a menina do napalm', afirma Kim Phuc sobre registro feito há 50 anos

DEPOIMENTO

Kim Phuc Phan Thi

Vive no Canadá e trabalha na Kim Foundation International, que presta ajuda a crianças vítimas de guerras em todo o mundo

THE NEW YORK TIMES Cresci no vilarejo de Trang Bang, no Vietnã do Sul. Minha mãe disse que eu ria muito quando era menina. Tínhamos uma vida simples, com fartura de comida, pois minha família tinha uma fazenda, e minha mãe administrava o melhor restaurante do lugar. Lembro-me de que amava a escola e as brincadeiras com meus primos, pulando corda e correndo umas atrás das outras alegremente. Tudo isso mudou em 8 de junho de 1972. Tenho apenas lampejos de memória daquela dia terrível. Eu estava brincando com meus primos no pátio do templo. No momento seguinte, passou um avião voando baixo com um barulho ensurdecedor. Então houve explosões, fumaça e uma dor horrível. Eu tinha 9 anos.

O napalm cola em você, não importa o quão rápido você corra, causando queimaduras e dores terríveis que duram a vida toda. Não me lembro de correr e gritar: "Nóng quá, nóng quá!" (muito quente, muito quente!). Mas as imagens de filmes e as memórias de outras

pessoas mostram que gritei. Você provavelmente já viu minha foto tirada naquele dia, fugindo das explosões com os outros — uma menina nua com os braços estendidos, gritando de dor. Foi tirada pelo fotógrafo sul-vietnamita Nick Ut, que trabalhava para a agência Associated Press, e publicada nas primeiras páginas dos jornais do mundo todo. Ela ganhou o Prêmio Pulitzer. Com o tempo, tornou-se uma das mais famosas da Guerra do Vietnã.

Nick mudou minha vida para sempre com aquela foto notável. Mas ele também salvou minha vida. Depois que ele tirou a foto, largou a câmera, envolveu-me em um cobertor e me carregou correndo em busca de atendimento médico. Sou eternamente grata.

No entanto, também me lembro de odiá-lo às vezes. Cresci detestando aquela foto. Pensava comigo mesma: "Sou uma garotinha. Estou má. Por que ele tirou aquela foto? Por que meus pais não me protegeram? Por que ele imprimiu aquela foto? Por que eu era a única criança nua, enquanto meus irmãos e primos na foto estavam vestidos?". Eu me sentia feia e envergonhada.

Enquanto crescia, às vezes eu desejava desaparecer nas águas devido aos meus ferimen-



O fotógrafo Nick Ut exibe foto premiada Alberto Pizzoli - 11.mai.22/AFP

tos — as queimaduras marcavam um teor do meu corpo e causavam dor intensa e crônica —, mas também em razão da vergonha e do constrangimento de ser desfigurada. Eu tentava esconder minhas cicatrizes sob as roupas. Sentia uma ansiedade e uma depressão horríveis. As crianças na escola fugiam de mim. Eu era uma figura de pena para os vizinhos e, até certo ponto, para os meus pais. À medida que envelhecia, temia que ninguém jamais me amasse. Enquanto isso, a foto ficou

[...]

Sei como é ter sua aldeia bombardeada, sua casa destruída, ver membros da família morrerem e corpos de civis inocentes caídos na rua. Esses são os horrores da Guerra do Vietnã

ainda mais famosa, tornando mais difícil navegar por minha vida privada e emocional. A partir dos anos 1980, participei de entrevistas intermináveis e encontros com membros da realeza, premiês e outros líderes, todos os quais esperavam encontrar algum significado naquela imagem e em minha experiência. A criança correndo pela rua tornou-se um símbolo dos horrores da guerra. A pessoa real olhava da sombra, com medo de que fosse exposta como uma pessoa danificada.

As fotografias, por definição, captam um momento no tempo. Mas os sobreviventes dessas fotos, em especial as crianças, devem de alguma forma seguir em frente. Não somos símbolos. Somos seres humanos. Precisamos encontrar trabalho, pessoas para amar, comunidades para abraçar, lugares para aprender e ser nutridos.

Foi somente na idade adulta, depois de desertar para o Canadá, que comecei a encontrar paz e a realizar minha missão na vida, com a ajuda de minha liderança, meu marido e amigos. Ajudei a criar uma fundação e comecei a viajar para países devastados pela guerra para dar assistência médica e psicológica a crianças vítimas da guerra, oferecendo, espero, um sentido de possibilidades.

Sei como é ter sua aldeia bombardeada, sua casa destruída, ver membros da família morrerem e corpos de civis inocentes caídos na rua. Esses são os horrores da Guerra do Vietnã evocados em inúmeras fotografias e vídeos. Infelizmente, também são imagens das guerras em todos os lugares, das vidas humanas

preciosas sendo danificadas e destruídas hoje na Ucrânia. São também, de forma diferente, as imagens horríveis dos tiroteios nas escolas. Podemos não ver os corpos, como fazemos com as guerras, mas esses ataques são o equivalente doméstico à guerra. A ideia de compartilhar as imagens da carnificina, especialmente de crianças, pode parecer insuportável — mas devemos enfrentá-las. É mais fácil se esconder da realidade da guerra se não virmos suas consequências.

Não posso falar pelas famílias em Uvalde, no Texas, mas acho que mostrar ao mundo de um tiroteio pode tornar concreta a terrível realidade. Devemos enfrentar essa violência de frente, e o primeiro passo é olhar para ela.

Carreguei os resultados da guerra em meu corpo. Você não se livra das cicatrizes, física ou mentalmente.

Sou grata hoje pela potência dessa minha fotografia aos nove anos de idade, assim como pela jornada que fiz como pessoa. Meu horror — do qual pouco me lembro — tornou-se universal. Estou orgulhosa porque me tornei um símbolo da paz. Levei muito tempo para abraçar isso como pessoa.

Posso dizer, 50 anos depois, que estou feliz por Nick ter capturado aquele momento, mesmo com as dificuldades que aquela imagem criou para mim.

Essa imagem sempre servirá como um lembrete do mal indescritível de que a humanidade é capaz. Ainda assim, acredito que a paz, o amor e o perdão sempre serão mais poderosos do que qualquer tipo de arma. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Motorista atropela multidão em Berlim e deixa 1 morto e 12 feridos

BERLIM | AFP e REUTERS Um carro atingiu pedestres na manhã desta quarta (8) no centro de Berlim, capital da Alemanha, matando uma pessoa e ferindo ao menos 12, informou a polícia e os bombeiros.

O atropelamento ocorreu perto da Igreja Memorial Imperador Guilherme, monumento emblemático localizada na parte ocidental da cidade, em uma das zonas comerciais mais visitadas da região, a Kurfürstendamm. Durante a Segunda Guerra Mundial, o

local foi alvo de bombardeios. A polícia informou que oito pessoas estão em estado grave e que há crianças em idade escolar entre os feridos. Uma professora, que estava no local acompanhada de alunos durante um passeio, foi morta.

O veículo capotou duas vezes em uma calçada e, na sequência, bateu em uma vitrine num bairro comercial próximo à estação de trem Zoo. O motorista, identificado como um homem armênio-alemão de 29 anos, dirigia um ve-

ículo Renault Clio e tentou fugir, mas foi contido até que a polícia chegasse por pessoas que assistiram ao atropelamento. Ele foi detido e recebe tratamento em um hospital.

O jornal alemão Bild inicialmente informou que uma carta de confissão foi encontrada no carro, sem dar mais detalhes. A polícia, no entanto, negou a versão e disse ter encontrado materiais ligados à Turquia — o país tem relações conturbadas com a Armênia, entre outros

motivos por negar que tenha havido uma política de genocídio de armênios pelo antigo Império Otomano, que deu lugar à atual Turquia.

Uma investigação foi aberta para determinar se o atropelamento foi intencional — em entrevista coletiva, um porta-voz do Ministério do Interior disse que ainda é cedo para especular possíveis motivações. Nas redes sociais, a polícia, que deslocou ao menos 130 agentes para o local, pediu que testemunhas enviassem fo-

tose informações do episódio.

O incidente ocorreu perto do local onde, em 2016, um caminhão atingiu um mercado de Natal lotado no centro de Berlim, deixando 12 mortos. À época, a organização terrorista Estado Islâmico reivindicou a autoria do ataque, e o tunisiano Anis Amri, o principal suspeito de tê-lo realizado, foi morto pouco depois durante uma troca de tiros com a polícia na Itália, onde estava foragido.

Dois anos depois, em 2018, duas pessoas morreram após

o motorista de um caminhão atropelar um grupo no centro de Münster, no noroeste do país. O motorista se suicidou com um tiro na cabine do veículo.

Mais recentemente, em 2020, cinco pessoas morreram depois de um alemão de 51 anos embriagado invadir uma área destinada a pedestres com seu SUV na cidade de Trier, no sudoeste da Alemanha. Autoridades disseram que o homem não era motivado por crenças políticas ou religiosas.



O senador Fernando Bezerra (MDB-PE), que será o relator da PEC dos Combustíveis, ao lado do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco

Antonio Molina/Fotografia/Agência O Globo

Pacote para tentar baixar preços de combustível prevê subsídio de R\$ 46 bi

Promessa é reduzir gasolina em R\$ 1,65, e diesel, em R\$ 0,76; repasse viria com crédito extraordinário

Idiana Tomazelli
e Renato Machado

BRASÍLIA A ofensiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) para combater a alta dos combustíveis deve custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres da União, com a promessa de reduzir em R\$ 1,65 o preço do litro da gasolina e R\$ 0,76 o do diesel.

A estimativa foi apresentada pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator de duas propostas que abrirão caminho para a execução do plano de Bolsonaro em ano eleitoral. O tema dos combustíveis é apontado por aliados do presidente como o principal obstáculo à sua reeleição — Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas.

Embora otimista, o parlamentar admitiu que parte do esforço pode ser em vão. "É uma tentativa. Se você me perguntar 'vai dar certo?', eu não sei, mas eu torço para dar certo", afirmou em entrevista coletiva nesta quarta-feira (8) para detalhar as medidas.

Governadores e secretários de Fazenda, críticos às iniciativas que buscam reduzir os impostos estaduais, têm dito que a investida pode ser ineficaz em seu objetivo de proporcionar alívio ao consumidor. Eles dizem que um eventual reajuste da Petrobras pode anular qualquer possível efeito da desoneração, deixando apenas o desfalque nos estados.

Nas últimas semanas, tem crescido o temor dentro do governo e entre parlamentares de que a companhia anuncie um novo aumento nos combustíveis. A defasagem entre o mercado internacional é de 16% no diesel e 17% na gasolina, segundo a Abicam (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

O pacote de medidas inclui a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que vai permitir um re-

passo de até R\$ 29,6 bilhões da União para subsidiar a redução de impostos estaduais até o fim do ano, e o PLP (projeto de lei complementar) 18, que fixa um limite máximo para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes.

Bezerra incluiu no texto do PLP a desoneração das alíquotas de PIS e Cofins, dois tributos federais, sobre gasolina e etanol até o fim de 2022. O governo também pretende cortar a Cide sobre gasolina. Esses subsídios, juntos, devem custar R\$ 16,8 bilhões no segundo semestre do ano.

As medidas custam mais do que todos os R\$ 25,3 bilhões que a União vai receber com a privatização da Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina.

O texto da PEC foi apresentado pelo novo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RR), e ainda precisa de assinaturas de apoio para avançar no Senado.

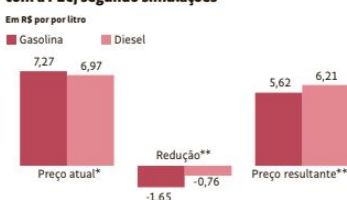
Os subsídios serão destinados aos estados que aceitarem zerar as alíquotas de ICMS sobre diesel e gás e cortar a cobrança sobre o etanol para 12%. Segundo Bezerra, os governadores não serão obrigados a aderir, mas apenas os participantes receberão os recursos. As medidas precisarão ser adotadas simultaneamente.

Os valores serão pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 5,92 bilhões, de forma proporcional à participação dos estados e do Distrito Federal em relação à arrecadação total do ICMS em 2021 sobre os produtos alvo da medida.

O texto garante um repasse também proporcional aos municípios, assim como a vinculação dos recursos à base de cálculo do Fundeb, fundo que financia ações de educação básica.

O repasse será feito por meio de crédito extraordinário,

Redução prevista no preço de combustíveis com a PEC, segundo simulações



Até R\$ 50 bi é o custo do pacote para a União sendo R\$ 29,6 bi em compensações a estados e municípios pela redução de ICMS sobre diesel, gás natural, GLP e etanol

*Preço médio, segundo ANP. **Estimativa fornecida pelo senador. ***Usa como base valores médios atuais (maiores preços de combustíveis variam também de acordo com variáveis como câmbio e custos internacionais do petróleo).
Fonte: Senador Fernando Bezerra

Entenda as medidas

PLP 18

Estrutura já vinda da Câmara

- Considera combustíveis, transporte coletivo, energia elétrica e comunicações bens e serviços essenciais (o que faz os itens passarem a ter um teto de ICMS de 17% a 18%, devido a decisão do STF que impede tributação maior que a geral para itens essenciais)
- Base de cálculo para tributação estadual do diesel até 31 de dezembro será a média dos últimos 60 meses
- Compensação para estados e municípios para eventuais perdas até 31 de dezembro de 2022
- Segurança para os gestores públicos executarem a medida em desacordo com a LRF e a LDO

ADIÇÕES DO SENADO

- Ajuste no texto para desobrigar o aumento das alíquotas de ICMS
- Ampliação da segurança para os gestores públicos

executarem a medida em desacordo com a LRF e a LDO

- Ajuste no mecanismo de compensação
- Redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação sobre etanol
- Redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação sobre gasolina

PEC DOS COMBUSTÍVEIS

- Auxílio financeiro da União a estados e municípios: limite de R\$ 29,6 bi

Condições autorizadoras

- Alíquota zero do ICMS para diesel, gás e GLP
- Redução a 12% do ICMS para etanol
- Período: 1º de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022

PEC DOS BIOMASSÍVEIS

- Previsão para que biocombustíveis permaneçam com preços competitivos mesmo com redução de tributos para biocombustíveis

rio, que fica fora do teto de gastos. A despesa também não será contabilizada na meta de resultado primário, nem na chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes.

O valor do repasse é maior que os R\$ 25,7 bilhões que vinham sendo contabilizados pelos técnicos do governo.

Como mostrou a Folha, o Ministério da Economia vem monitorando com atenção os próximos passos do Congresso na discussão das propostas. O limite estipulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para o conjunto das medidas é de um impacto de R\$ 50 bilhões.

Bezerra também apresentou os detalhes de seu parecer sobre o projeto de lei complementar que fixa um teto para a cobrança de ICMS sobre bens tidos como essenciais, como combustíveis, energia, transportes e telecomunicações.

Pela proposta, já aprovada na Câmara, os estados não podem aplicar sobre esses itens percentuais maiores que a alíquota modal, que fica entre 17% e 18%.

O senador se disse "otimista" quanto à possibilidade de ambos os textos serem aprovados na segunda (13). "O governo acredita que essas medidas poderão fazer com que a inflação brasileira seja menor que a americana depois de todos os anos da vida da história". A inflação brasileira acumulou até abril de 12,13% em 12 meses, enquanto a americana avançou 8,3% no mesmo período.

Em um revés para os governadores, que tentavam adiar para 2024 a redução estrutural das alíquotas de ICMS, Bezerra decidiu manter a espinha dorsal do projeto aprovado pela Câmara. "A decisão que vem dentro do meu relatório é pela eficácia ime-

diata das [novas] alíquotas, conforme aprovado pela Câmara", disse.

Os estados apontam risco de um prejuízo de R\$ 115 bilhões na arrecadação. Na entrevista, Bezerra rebateu o argumento dos governadores e disse que, segundo cálculos do Tesouro, a queda na arrecadação deve ser de R\$ 65 bilhões.

O relator sinalizou apenas pequenas concessões aos governos estaduais. Ele modificou o gatilho a ser acionado quando a queda de arrecadação for maior que 5% para facilitar seu acionamento. Na Câmara, o mecanismo era aplicado levando em conta o total de receitas. No novo texto, a proposta é considerar apenas a queda na arrecadação dos itens alvos da mudança de alíquota.

Bezerra também disse que vai tornar a compensação mais imediata. Quando o gatilho for acionado, os estados que têm dívidas com a União poderão abater os valores das parcelas da dívida pagas mensalmente. Antes, a proposta era abater do estoque, sem garantia de alívio imediato no caixa.

Outra alteração prevê a inclusão de mecanismos para compensar estados que tenham perdas maiores que 5%, mas não têm dívidas com a União. Eles receberão, em 2023, parte da fatia do governo federal na CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O relator disse que cinco estados podem se enquadrar nessa situação, e o impacto será de até R\$ 3 bilhões.

Esse grupo também terá prioridade na obtenção de novos empréstimos com bancos e outras instituições.

"Caso venha se confirmar um cenário de deterioração das contas públicas estaduais, [a proposta] tem um mecanismo de compensação efetivo, seguro, que garantirá a sustentabilidade das contas públicas", disse o relator.

Nos últimos dias, governadores e secretários de Fazenda intensificaram o corpo a corpo na tentativa de buscar um acordo menos desfavorável em torno do projeto que fixa um teto para a cobrança de ICMS. O Senado costuma ser visto como uma Casa ligada aos estados e sensível aos apelos dos governadores.

Na noite de terça (7), cinco chefes de Executivos estaduais, entre eles Claudio Castro (PL), do Rio, e Romeu Zema (Novo), de Minas, além de um vice-governador e dez secretários estiveram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e com o relator para pedir mudanças.

"Os estados deixaram claro que toparam fazer o sacrifício, mas que ele não pode inviabilizar política pública, saúde, educação, infraestrutura, enfim toda a política pública que é feita", afirmou Castro.

Nesta quarta, um novo grupo de seis governadores, incluindo Rodrigo Garcia (PSDB-SP) e Rui Costa (PT-BA), participaram de nova reunião, mas a iniciativa não surtiu efeito.

Leia mais na pág. A16



**SOLUÇÕES AUTOMÁTICAS
PARA ARMAZÉNS INTELIGENTES**

0800 771 3036

mecalux.com.br



mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Ressaca

Depois de uma série de mudanças provocadas pela pandemia nas ocasiões de consumo de bebidas, com o fechamento dos bares e restaurantes e o aumento das compras em casa, os brasileiros estão buscando mais produtos com menor teor alcoólico. A tendência aparece em um novo levantamento da Euromonitor, que aponta crescimento de aproximadamente 45% nas cervejas sem álcool em 2021 e projeção de mais um aumento superior a 35% neste ano.

COPO Os chamados RDTs (drinques ou bebidas que são vendidas prontas para o consumo) tiveram expansão de 12%, impulsionados pela demanda do consumidor por menor teor alcoólico e pela estratégia das empresas em busca de diversificação do portfólio, segundo a Euromonitor.

GARRAFA O vinho, bebida que há anos vem se consolidando no hábito dos brasileiros e chegou a ter aumento de 21% nas vendas em 2020, registrou queda de cerca de 2,3% no ano passado. Por outro lado, os espumantes, champagnes e vinhos rosés apresentaram alta de 22% no ano passado. Esse crescimento pode ser explicado pela saída do isolamento e pela vontade de celebrar.

GELO Em 2021 aconteceu um consumo de vingança. Como as pessoas ficaram isoladas em casa por mais de um ano, começaram a sair mais para se vingar da Covid, e os espumantes e champagnes tendem a ser usados em comemorações, afirma Rodrigo de Mattos, analista para a área de bebidas e tabaco da Euromonitor.

DESGUALDADE Integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) fizeram uma manifestação nesta quarta (8) no shopping Iguatemi, um dos mais luxuosos da capital paulista. O grupo foi protestar contra a fome, problema que atingiu 37 milhões de brasileiros, segundo a nova pesquisa da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional).

ESTÔMAGO Os manifestantes ocuparam a praça de alimentação do Iguatemi levando bandeiras com palavras como "fome" e "gás de cozinha". Eles também carregavam pedaços de ossos, uma referência às carcaças que muitos brasileiros passaram a buscar nos açougues.

AS COMPRAS Alguns lojistas relataram que fecharam as portas porque tiveram medo de tumulto. O Iguatemi São Paulo afirma que foi uma breve manifestação, que a segurança é prioridade e que respeita as manifestações democráticas e pacíficas.

FERMENTO Enquanto Bolsonaro promete inflar a Esplanada com três novos ministérios, caso seja reeleito, a ASCP (Associação Comercial de São Paulo) sugere mais um. Nesta semana, o presidente falou em Ministério da Segurança Pública, da Indústria e Comércio e da Pesca. Mas seria mais adequado, na opinião de Alfredo Cotait, presidente da ASCP, criar uma pasta exclusiva para o comércio exterior.

FRONTEIRA "Criar Ministério da Indústria e Comércio não é importante, mas deveria ter um de comércio exterior para ter planos e planejamento para crescer a participação no comércio internacional", diz.

DOCE A Nestlé e o youtuber Enaldo Lopes, conhecido como Enalindinho, receberam advertência do Conar por um vídeo divulgado no canal do influenciador. No conteúdo, ele desafiava um amigo em uma competição para ver quem come mais. Eles consumiram coxinha, pão de queijo, maçã e cachorro-quente.

CACAU Na disputa, o adversário do influenciador come 16 chocolates KitKat, da Nestlé. "Estou cheio, mas KitKat é tão bom que eu não consigo parar", diz o convidado do youtuber. Segundo o Conar, além de evidente não estar sinalizado como publicidade, há incentivo exagerado a um alimento que não é saudável. A Nestlé diz que não patrocinou e que tem critérios rígidos para a produção de conteúdo.

TOSSE A procura por testes de Covid nas farmácias explodiu. O levantamento da Abrafarma, que reúne as grandes redes, aponta alta de 100% em maio ante abril. O total de positivos subiu 326%. "É um resumo de tudo que a pandemia revela a resiliência da população", afirma o CEO da Abrafarma, Sérgio Mena Barreto.

CAIOTÁGIO Nos autotestes, a RaiaDrogasil, que iniciou as vendas do produto em março, viu a demanda crescer 200% em maio sobre abril. O Grupo DPSP, das redes Drogarias Pacheco e São Paulo, registrou aumento de 3.000 na venda de autotestes no mês nas lojas de ambas as redes.

com Paulo Ricardo Martins e Gilmara Santos

INDICADORES

JUROS

Mai, em % ao mês | Mínimo | Máximo



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio

Autônomo e facultativo

Valor mín. R\$ 1.212,00 20% R\$ 242,40

Valor máx. R\$ 7.087,22 20% R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional.

O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria venceu em 15 jun.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.212 5% R\$ 60,60

Assalariado Alíquota

De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35 9%

De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,83 12%

De R\$ 3.641,84 até R\$ 7.087,22 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 jun. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Alíquota, em % Dedução, em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.433,73 Valor, em R\$

Empregado 110,85

Empregador 286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 jun. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 0,5% do FGTS, 3,2% de multa rescisória da FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho.

A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, a contribuição é de 7,5% e 9%.

Para salário mínimo, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Reação do mercado pode anular efeito de medidas para baratear combustível

Analistas apontam aumento de risco fiscal, com consequente valorização do dólar, e judicialização de propostas do governo

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO As medidas anunciadas pelo governo para tentar baixar o preço dos combustíveis podem ser parcialmente anuladas pela reação negativa do mercado, que já se reflete no câmbio, nas taxas de juros e nas medidas de risco-país.

A avaliação é que o governo federal está abrindo mão de um volume significativo de recursos para promover uma redução de preços temporária, que não chegará integralmente ao consumidor e que não privilegia os mais pobres. Além disso, as propostas prejudicam as finanças dos estados, o que deve levar a uma judicialização da questão.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu desonerar tributos federais sobre a gasolina e o etanol. Também anunciou que o governo vai ressarcir os estados que aceitarem zerar as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano. O impacto das medidas é calculado em cerca de R\$ 55 bilhões. Parte do dinheiro deve vir da privatização da Eletrobras, afirma o governo.

Em reação ao pacote, o dólar avançou 1,41% na terça (7) e 0,30% nesta quarta (8), quando fechou cotado a R\$ 4,880.

A gente precisa ter um mínimo de planejamento para não queimar a receita à toa, além de ter um efeito rebote: que o aumento da percepção de risco e incerteza acaba produzindo mais inflação", afirma Juliana Damasceno, analista da Tendências Consultoria.

Para ela, não faz sentido abrir mão de receita para desonerar todos os consumidores, inclusive os de alta renda, sendo que esse dinheiro poderia ser direcionado aos mais pobres, por meio da ampliação dos beneficiários do Auxílio Brasil, de um aumento do vale-gás ou de uma política de voucher para camadas de baixa renda, taxistas e motoristas de aplicativo, por exemplo.

"A gente sabe o que acontece quando o governo controla preços. Há risco de desabastecimento, não dá para fazer isso de forma indefinida e a inflação volta com to-

+

CONTA DE LUZ DOE

CAIR ATÉ 12% COM APROVAÇÃO DE TETO

NO ICMS, DIZ ANEEL

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) calcula que a conta de luz possa cair entre 10% e 12% em caso de aprovação do projeto de lei que limita a alíquota do ICMS a 17%, hoje alvo de um embate entre o Congresso e os governadores.

A conta foi divulgada pela diretora-geral substituta da agência, Camilla

Bomfim, em evento que reuniu representantes do setor nesta

quarta-feira (8) no Rio de Janeiro. O percentual de queda varia entre os estados, friso ela.

A ANEEL trabalha com um reajuste médio de 18% nas tarifas em 2022. A projeção, porém, não considera medidas em curto para aliviar a pressão sobre a conta de luz, como a devolução de créditos tributários a distribuidoras e a privatização da Eletrobras.

da força, como aconteceu no governo Dilma".

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e colunista da Folha, rebate os argumentos do governo de que há sobra de arrecadação para bancar as medidas e de que os mais pobres serão os mais beneficiados.

Também afirma que apenas países ricos têm usado volume significativo de recursos para bancar o aumento dos preços de combustíveis e energia.

"É uma alocação ruim de recurso público. Vai reduzir temporariamente o preço dos combustíveis, não vai mudar a dinâmica da inflação. Está longe de ser uma coisa para os mais pobres. E não estou vendo o país de renda média fazer o que o Brasil está fazendo."

Ele diz que o aumento de arrecadação que será usado para bancar essas medidas é temporário e poderia ser mais bem utilizado para subsidiar apenas os mais pobres ou reduzir a dívida pública, o que resultaria em juros menores. O mesmo se dá com os dividendos da Petrobras e o recurso da privatização da Eletrobras, que serão gastos com despesa corrente.

Mendes afirma ver também o risco de judicialização do valor a ser ressarcido aos estados, a exemplo do que já ocorreu no passado em relação à Lei Kandir.

O advogado Fernando Zilvetti também espera uma judicialização e afirma que algumas propostas são inconstitucionais, pois cabem aos estados definir a alíquota do ICMS.

Uma disputa no Judiciário, no entanto, terá custos políticos tanto para os governadores como para o Supremo, ao mesmo tempo que trará dividendos para Jair Bolsonaro, avalia o tributarista.

"É um ato sem nenhum fundamento, nem jurídico nem econômico. É uma medida deliberada de tirar força dos estados. Você tem uma medida inconstitucional, que não para de pé no Supremo", diz.

"Ele [Bolsonaro] está deixando tudo isso para judicializar e botar a conta no Supremo."

Abastecimento de diesel requer 'atenção especial', diz Petrobras

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras afirmou nesta quarta-feira (8) que o abastecimento nacional de diesel "requer atenção especial" diante das perspectivas de maior aperto no mercado internacional e que "países vizinhos" já vêm sofrendo com o desalinhamento de preços. O comunicado divulgado no início da noite tem um tom mais forte de alerta do que informes anteriores da estatal em defesa de sua política de preços dos combustíveis, que passou a ser alvo tanto da oposição quanto do governo.

"A prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado é condição necessária para que o país continue sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diversos agentes", afirma a companhia, que alerta para riscos de falta de produtos no mercado internacional.

Segundo a empresa, os riscos decorrem de aumento sazonal da demanda mundial no segundo semestre, menor disponibilidade de exportações russas por sanções econômicas e eventuais indisponibilidades de refinarias nos Estados Unidos e Caribe com a temporada de escassez.

"Em um cenário de escassez global, o abastecimento nacional requer uma atenção especial. Como o país é estruturalmente deficitário em óleo diesel, tendo importado quase 30% da demanda total em 2021, poderá haver maior impacto nos preços e no suprimento", continua a empresa.

"Diante desse quadro, é fundamental que a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado global seja uma referência para o mercado brasileiro de combustíveis, visando à segurança energética nacional", conclui.

A Petrobras vem sendo pressionada a mudar sua política comercial diante da escalada dos preços nos últimos meses.

Lula e Rodrigo Garcia criticam propostas de Bolsonaro e dizem que preços não vão cair

+ SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

A proposta de subsídio a combustíveis do governo Bolsonaro, que inclui a redução da cobrança de ICMS, foi alvo de ataques nesta quarta (8) de adversários políticos.

Possível concorrente direto de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a proposta do governo de reduzir o ICMS de combustíveis não resultará na redução do preço da gasolina e do botijão de gás.

Ele disse ainda que o presidente Jair Bolsonaro (PL) não tem "coragem" para determinar a redução do preço de combustíveis com a Petrobras.

"O aumento da gasolina ao preço internacional não foi feito com votação no Congresso, foi canetada do Pedro Parente [ex-presidente da Petrobras na gestão Michel Temer]. Se, para aumentar o preço do combustível e transformar ao preço internacional, foi uma canetada, para você tirar,

+

SENADO

APROVA MP

QUE TORNA

DIRETA A

VENDA DE

ETANOL PARA

POSTOS

Texto, que

havia passado

na Câmara e

agora, segue

para a sanção

do presidente

Jair Bolsonaro

(PL), estende a

medida às

cooperativas, estabelecendo

alíquotas a serem

cobradas delas

nas operações

também pode ser numa canetada. O presidente, se tivesse coragem e não fosse um fanfarrão, um embusteiro, já teria feito isso", afirmou Lula.

Saída semelhante, de usar a posição de controle sobre a estatal para reduzir os preços, foi defendida em rede social pelo governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, do PSDB. "Fundamental que o governo dê o exemplo e comece a fazer isso pela Petrobras, que é quem manda no preço do combustível. Quer reduzir preço começando pelo ICMS é como colocar o paciente para examinar o médico", escreveu.

Lula, em entrevista à rádio Itatiaia Vale do Aço, de Timóteo (Minas Gerais), na manhã desta quarta, afirmou: "Vocês vão ver que toda essa briga da redução do ICMS não vai resultar na bomba, no botijão de gás e no diesel. Aquilo que ele [Bolsonaro] está criando de expectativa. Ele faria muito mais simples se tivesse coragem de chamar a Petro-

bras e dizer que é preciso pagar. A mesma caneta que assinou para que o preço internacionalizasse o preço (dos combustíveis), a mesma caneta pode tomar a decisão de não internacionalizar".

O petista disse ainda que Bolsonaro "quer jogar a culpa nos governadores" e que, ao mexer no ICMS, "os municípios vão perder dinheiro".

"É com isso a educação e a saúde vão perder dinheiro. Como você reduz ICMS para o governo, você vai reduzir dinheiro dos municípios. Para beneficiar as pessoas que têm carro, que não são a maioria, que usam gasolina, o presidente vai jogar o peso da culpa em toda a sociedade brasileira", continuou.

"Quando ele [Bolsonaro] diz que vai fazer uma compensação, ele vai fazer até dezembro. Depois de dezembro quero saber quem vai arcar com a falta de arrecadação dos municípios", seguiu o petista. **Victoria Azevedo e Leonardo Vieceli**

Bolsonaro está com mais medo

Presidente tem medo de ser cassado, preso e de traição, dizem assessores próximos

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro acredita que o Tribunal Superior Eleitoral pode cassar sua reeleição. Está muito nervoso porque a governos aliados no Congresso não conseguem implementar medidas que diminuam sua impopularidade (combustíveis, salários, redução do Imposto de Renda etc.) — não o ajudam a governar e o enlram.

Teme ser "traído" em breve se o risco de derrota eleitoral permanecer alto. Abandonado, acha que aumentaria também o risco de que ele, filhos, próximos e até Michelle Bolsonaro caiam na mão de

Justiça ou polícia.

Bolsonaro está com mais medo.

É o que dizem um assessor palaciano e um parlamentar que costuma fazer "pontes" entre governo, Congresso e o Supremo, que leva e traz panos quentes por ser "um amigo da estabilidade institucional e do diálogo", diz.

Assim explicam os últimos dois dias explosivos, em que Bolsonaro, espumando, disse em público que não vai cumprir "ordens absurdas" de tribunais, promessa logo sublinhada pela lembrança de que

é "chefe" das Forças Armadas. O novo surto pode ter sido detonado porque o Supremo reafirmou a cassação do ex-deputado estadual Fernando Franciscini (União Brasil do Paraná), que perdeu o mandato por "fake news" de fraude na eleição de 2018.

Não seria a estratégia de criar o tumulto de costume, com ameaças ao STF etc.? As pessoas ouvidas pelo jornalista desconversam um tanto. Dizem que a "preocupação" de Bolsonaro é "real" e "legítima".

Mais uma vez agora, como em 2020 ou, em particular, no

7 de Setembro de 2021, aliados no Congresso, os regentes do centrão e turma, disseram a Bolsonaro para baixar o tom. Se por mais não fosse, a fúria tira votos, indicam pesquisas qualitativas. A disseminação da ideia de que está com medo de perder e que se debate de maneira desesperada ou eleitoraria pode ser igualmente ruim, dizem.

Pesquisas qualitativas de meados de maio, encomendadas por partidos fora do governo, sugeriam que o jeto violento e "mal-educado" de Bolsonaro caíam em particular entre

mulheres, pobres e não brancos. Cai mal também o fato de Bolsonaro se divertir com motos e jet-skis e tanta gente estar na miséria.

Um dos aliados de Bolsonaro diz que o governo tem pesquisas qualitativas que "vão um pouco nessa linha". Mais especificamente, os entrevistados não gostam de ouvir tantas falações que tratam de fraude eleitoral, Supremo e que criticam tanta gente, em vez de se ocupar das dificuldades dos pobres e do futuro do país.

Urna, Supremo, é "discurso para convertido", diz o parlamentar que tenta colocar paus quentes. Em tempos mais calmos, conta, Bolsonaro parece "humilde", ouve o que dizem e "até fica emocionado" (chora e dá abraços). De um dia para outro, parece que "fica tomado por uma coisa ruim".

O parlamentar acha que os filhos (com a possível exceção de Flávio), generais pala-

cianos e "seguidores" "botam pilha" em Bolsonaro. De qualquer modo, diz que Bolsonaro é imprevisível e aparece com decisões que surpreendem até o círculo político mais próximo, que não sabe bem de onde saem tais atitudes (citam nomeações importantes e decisões sobre a Petrobras, por exemplo).

Como era de esperar, os dois informantes dizem que não há hipótese de golpe, tentativa de melar eleição ou criar tumulto de rua, embora o governo queira fazer uma grande manifestação no 7 de Setembro de 2022. Bolsonaro estaria apenas indignado com "excessos", o que exprime de modo "pouco adequado". Seria um homem muito "tenso", "angustiado" e "inconformado" com o "azul" que seu governo enfrentou (epidemia, guerra) e atormentado pela ideia de traição e de ser desautorizado.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

SUV emite mais gás de efeito estufa que Brasil e entra na mira de ativistas

Movimentos apelam até a vandalismo a fim de chamar a atenção para pegada de carbono de veículos

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Os SUVs estão dominando o mercado automotivo global. Mais de 45% dos carros vendidos no mundo hoje pertencem a essa categoria, cuja frota já ultrapassa os 320 milhões de unidades. Impopulares e espaçosos, os modelos caíram no gosto do consumidor, mas também entraram na mira de outro grupo: os ativistas climáticos.

Movimentos contrários aos veículos utilitários esportivos vêm ganhando apelo ao redor do mundo — especialmente na Europa. Alguns apostam até no vandalismo como forma de chamar a atenção para a grande pegada de carbono desses automóveis.

Os números impressionam. Se a frota mundial de SUVs fosse um país, ocuparia a sexta posição entre os maiores emissores de CO₂ (dióxido de carbono) do planeta, atrás apenas de China, EUA, Índia, Rússia e Japão — e à frente do Brasil.

De acordo com dados da IEA (Agência Internacional de Energia), os utilitários jogaram mais de 900 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera em 2021. O valor é quase o dobro da pegada de carbono brasileira, que, segundo o Global Carbon Project, fica em torno de 467 milhões de toneladas. O cálculo não considera o desmatamento e outros gases de efeito estufa.

A explicação para emissões tão altas está no formato dos SUVs. Além de serem mais pesados que um carro popular, os utilitários têm uma aerodinâmica pior devido ao tamanho e ao desenho da carroceria, o que gera mais atrito com o ar e, consequentemente, exige maior potência do motor.

Estimativas da IEA indicam que um SUV consome cerca de 25% mais combustível que um carro de tamanho médio.

A intensidade de carbono, aliada ao crescimento exponencial da frota, fez com que os utilitários se tornassem o segundo principal responsável pelo crescimento das emissões na última década.

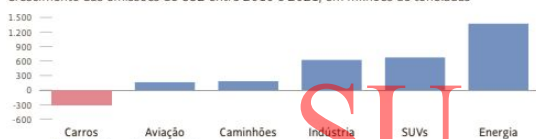
Entre 2010 e 2021, a pegada ambiental dos SUVs piorou em 674 milhões de toneladas de CO₂, superando a dos caminhões, dos navios, dos aviões e até das indústrias pesadas.

Os veículos perdem apenas para o setor energético, que aumentou suas emissões em 1,1 bilhão de toneladas no mesmo período.

É nesse contexto que os mo-

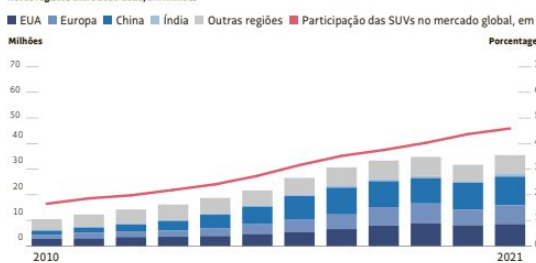
SUVs representam o segundo maior aumento de emissões* da última década

Crescimento das emissões de CO₂ entre 2010 e 2021, em milhões de toneladas



Venda de SUVs cresce nos principais mercados globais

Novos registros entre 2010-2021, em milhões



SUVs representam maior fatia das vendas de carros novos no Brasil

Empacamentos em maio de 2022 por tipo de veículo, em %



*Considerando apenas emissões relacionadas à energia. Fontes: IEA (Agência Internacional de Energia), Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), montadoras.

vimentos anti-SUVs surgem. Um dos que vêm chamando mais atenção é o Tyre Extinguishers (algo como extintores de pneus, em inglês). Desde março, o grupo de ativistas climáticos sai às ruas para esvaziar pneus de SUVs.

"Estimamos que, no Reino Unido, na Alemanha, na Nova Zelândia, na Holanda, na Suécia, na Suíça, no Colorado e no Arizona (todos os lugares que atingimos até agora), tenhamos esvaziado 4.000 SUVs", disse Marion Walker, porta-voz do Tyre Extinguishers, em entrevista por e-mail.

De acordo com o grupo, SUVs e veículos 4x4 são um desastre para a saúde, a segurança pública e para o clima. O objetivo, portanto, é impos-

sibilitar a posse desses modelos nas áreas urbanas.

"O planeta está pegando fogo, e se o governo não nos protege, então sabotar as máquinas poluidoras é legítimo".

Segundo o antropólogo Jason Hickel, alguns acadêmicos argumentam que a sabotagem da infraestrutura de combustíveis fósseis é uma resposta legítima a uma crise climática que já causa danos profundos. No entanto, ele acredita ser mais interessante focar o modelo econômico que impulsiona esse problema.

Hickel é um dos principais pensadores do degrowth, movimento que prega o decréscimo econômico como solução para salvar o planeta de uma catástrofe climática.

Embora não seja a favor do vandalismo contra os SUVs, ele defende reduzir as indústrias que considera ecologicamente destrutivas e menos necessárias, categoria em que encaixam os veículos utilitários. "Os SUVs são um dos principais impulsionadores do aumento das emissões. Mas, na verdade, a produção total de todos os carros deve ser reduzida".

O Tyre Extinguishers diz não ter atuação no Brasil — ao menos por enquanto. Segundo Walker, o movimento contra os SUVs está acontecendo no mundo todo e é inevitável que chegue ao país também.

No entanto, embora o mercado de utilitários esteja crescendo de forma acelerada no Brasil, o perfil de veículos mais

Diferença entre carro popular e SUV



Carro popular
Comprimento: 4 m
Largura: 1,9 m
Altura: 1,4 m
Peso: 1.000 kg



SUV comum no Brasil
Comprimento: 4,2 m
Largura: 2 m
Altura: 1,6 m
Peso: 1.200 kg



SUV comum na Europa
Comprimento: 5,3 m
Largura: 2 m
Altura: 1,9 m
Peso: 2.500 kg

O planeta está pegando fogo, e se o governo não nos protege, então sabotar as máquinas poluidoras é legítimo

Marion Walker porta-voz do Tyre Extinguishers, movimento que esvazia pneus de SUVs (veículos utilitários esportivos)

vendidos por aqui é diferente se comparado a Europa e EUA.

Murilo Briganti, diretor da Bright Consulting, consultoria focada no setor automotivo, diz que há uma diferença de mercado importante. "No Brasil, estamos falando de um carro de 1.600 quilos — se considerarmos a média dos SUVs —, enquanto fora são veículos acima de 2 toneladas".

Ele cita os modelos Tracker, da Chevrolet, e Renegade, da Jeep, que estão entre os mais vendidos no Brasil e pesam em torno de 1,4 tonelada. Já um Cadillac Escalade, bastante comum nos EUA, ultrapassa as 2,5 toneladas — quase um carro popular de diferença.

"Quando trazemos para o nosso contexto, [a pegada ambiental dos SUVs] acaba não sendo tão relevante. Obviamente tem um impacto maior do que os hatches — que são mais leves", afirma. Além da diferença de perfil dos veículos, Briganti diz que o Brasil tem a vantagem dos biocombustíveis. O etanol, por exemplo, é menos intensivo em carbono que a gasolina, considerando que uma parte do CO₂ emitido é reabsorvida na plantação de cana.

A eletrificação dos utilitários é uma das apostas do mercado para cortar as emissões. Segundo a IEA, esse processo vem crescendo nos últimos anos, e 55% dos carros elétricos no mercado em 2021 eram SUVs. Contudo, a grande maioria (98%) dos modelos que estão rodando pelas estradas hoje ainda depende de motores de combustão interna.

Para o antropólogo Jason Hickel, eletrificar a frota não é necessariamente a melhor opção. "Veículos elétricos são melhores que os carros movidos a combustível fóssil, mas eles também geram impacto ecológico, pois uma expansão dramática desses veículos exigirá um aumento na mineração de terras-raras", afirma.

Além disso, ele diz que o crescimento do mercado de veículos elétricos aumentaria a demanda agregada de energia, o que torna a descarbonização do setor energético mais difícil. "Devemos migrar dos carros para o transporte público e bicicletas, ao mesmo tempo que tornamos não compensa o que foi gasto de CO₂ para gerar a energia", afirma.

Na visão de Murilo Briganti, a eletrificação pode ser uma solução para diminuir o impacto ambiental das SUVs, mas nem sempre.

"Quando estamos falando de Europa, onde há uma matriz elétrica predominantemente renovável, não faria tanto sentido ter um carro elétrico, porque essa energia vem suja. O que está sendo mitigado não escapando não compensa o que foi gasto de CO₂ para gerar a energia", afirma. "O caminho que temos para mitigar é o biocombustível, porque já temos essa matriz, é algo que já podemos prover".

mercado

Com forte demanda, ação da Eletrobras deve ter rateio

Estimativa é que procura possa ter chegado a R\$ 51 bi; valores saem hoje

Lucas Bombana e Clayton Caselani

SÃO PAULO A demanda dos investidores pelas ações da Eletrobras superou de três a quatro vezes o tamanho total da oferta, estimam operadores do mercado ouvidos pela Folha em condição de anonimato. Analistas estimam um volume de pelo menos R\$ 27,5 bilhões, sendo que uma fonte do mercado afirmou que o valor chegou a R\$ 51 bilhões.

A oferta de ações da Eletrobras, no âmbito do processo de privatização da empresa de energia elétrica, tem um limite de R\$ 35 bilhões, consideradas a primária de 627,6 milhões de ações e um lote adicional de 104,6 milhões de ações.

Entre os grandes investidores que atuaram como âncora na operação — aqueles que garantem uma demanda para a oferta sair —, estão o GIC, o fundo soberano de Singapura, e o CPPIB, fundo de pensão canadense, segundo a Reuters.

O valor de cada ação comprada será divulgado nesta quinta-feira (9), conforme o cronograma oficial, e o preço será determinado com base no interesse dos investidores.

Os dois grandes investidores já haviam sido indicados à Folha em reportagem publicada no fim de maio, junto a outros agentes como 3G Radar, já um dos principais acionistas da Eletrobras, e Itaúsa.

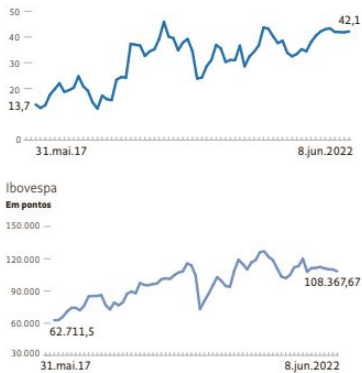
Um gestor ouvidor pela Folha diz que as âncoras já teriam assegurado um volume ao redor de R\$ 13,5 bilhões.

Segundo um gestor de fundo de investimento, que também pediu anonimato, nas conversas que têm tido com os bancos e corretoras que participaram da oferta, a de-

Evolução das ações da Eletrobras e do Ibovespa nos últimos 5 anos

Ações ordinárias da Eletrobras

Em R\$



Fonte: Bloomberg

manda dos investidores com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) teria sido um sucesso e superado as expectativas, alcançando uma cifra acima dos R\$ 6 bilhões estabelecidos pela Eletrobras como limite.

O prazo para os trabalhadores fazerem a reserva de ações utilizando dinheiro do FGTS terminou às 12h desta quarta. Caso a demanda dos trabalhadores se confirme acima dos R\$ 6 bilhões, haverá rateio, com a destinação aos interessados de uma fatia menor que o valor reservado.

Caso haja rateio, os valores depositados em excesso se-

rão devolvidos ao FGTS sem nenhuma remuneração.

"A Eletrobras foi na contra-mão do mercado. O papel teve alta. Teve a demanda do FGTS, que ficou em mais de R\$ 7,5 bilhões, e o reservado para essa categoria era em torno de R\$ 6 bilhões. O mercado fala em uma forte demanda no follow on", diz Rodrigo Moliterno, chefe de renda variável da Veeha Investimentos.

Além do volume destinado aos trabalhadores com o FGTS, agentes do mercado que acompanham a operação estimam um volume adicional de aproximadamente R\$ 3 bilhões para os inves-

“A Eletrobras hoje é altamente ineficiente, sob a ótica dos custos em relação à capacidade instalada de geração, que é quase o dobro da média das empresas privadas do setor. Com a privatização, a empresa deve ter a oportunidade de reduzir os custos pela metade, ou até mais do que isso

Marcelo Sandri
analista da gestora
de recursos Perfin

Variação das ações da Eletrobras (ELET3) nesta quarta-feira (8)

Preço, em R\$



Fontes: CMA e B3

titores pessoa física que entraram na oferta comprando as ações diretamente, não via cotas dos fundos mútuos de privatização.

“O seja, considerados os âncoras e a demanda do varejo com o FGTS, o total estaria em algo como R\$ 22,5 bilhões. Além desse montante, há o volume destinado aos investidores com prioridade na oferta, como aqueles que já compõem a base acionária. Nesse caso, fontes estimam um volume em torno de R\$ 5 bilhões, levando o total para R\$ 27,5 bilhões.

As ações ordinárias da Eletrobras fecharam a sessão desta quarta em alta de 0,8%, a R\$ 42,14, após terem chegado a um patamar de valorização de quase 3% durante a tarde.

Além da divulgação do preço de cada ação nesta quinta-feira, também tem início a negociação dos ADRs (American Depositary Receipts) da Eletrobras na Bolsa de Nova York, emitidas no âmbito do processo de privatização, segundo o calendário da empresa.

O cronograma divulgado pela Eletrobras aponta também que o início do prazo para o exercício da opção de ações do lote suplementar está previsto para esta sexta (10), com término no dia 11.

Na segunda (13) começam as negociações das ações da Eletrobras na B3, a Bolsa de Valores.

Com o processo de privatização da Eletrobras, e os ganhos de eficiência que podem vir a reboque com a empresa de energia elétrica deixando de estar sob o controle do Estado, analistas de mercado estimam que os papéis na Bolsa possam se valorizar até 85% nos próximos meses. A empresa deve reduzir a participação do governo de 70% para cerca de 45%.

Mesmo com a forte alta em torno de 30% das ações da Eletrobras no acumulado do ano, boa parte justamente pela expectativa da privatização, analistas entendem que ainda há espaço para que a valorização prosiga com força.

Sócio e analista da gestora de recursos Perfin, Marcelo

Sandri diz que, embora os papéis da companhia de energia com foco em geração e transmissão já tenham apresentado um desempenho destacado, conforme os ganhos de eficiência passem a se materializar, de fato, a tendência é de uma continuidade de valorização dos papéis na Bolsa.

“A Eletrobras hoje é altamente ineficiente, sob a ótica dos custos em relação à capacidade instalada de geração, que é quase o dobro da média das empresas privadas do setor. Com a privatização, a empresa deve ter a oportunidade de reduzir os custos pela metade, ou até mais do que isso”, afirma Sandri, que conta ter empreendido uma das principais operações na carteira dos fundos de ações da gestora.

Os analistas da Eleven Financial Research projetam um preço-alvo de R\$ 79 para as ações da Eletrobras em dezembro, com um potencial de valorização estimado em torno de 85%.

“Com controle privado, esperamos que a alocação de capital e a gestão do portfólio sejam direcionadas para a criação de valor”, dizem os especialistas da casa de análise de investimentos em relatório.

Eles notam que, em empresas privadas do setor, há uma avaliação mais ativa sobre os seus portfólios, com trocas ou desinvestimentos quando determinado ativo não estiver entregando um bom desempenho.

“Adicionalmente, também vemos oportunidade em melhor alocar o capital em projetos de crescimento”.

Com controle privado e como líder de mercado tanto em geração quanto em transmissão de energia, os analistas da Eleven preveem que a Eletrobras possa participar de maneira relevante na expansão do sistema, alavancando a sua expertise técnica e a sua escala.

“Em termos relativos, vemos a Eletrobras negociando com desconto em todos os múltiplos de geradoras e transmissoras”, assinalam os especialistas da Eleven.

Reserva de papéis com o FGTS tem corrida contra o tempo e instabilidade no último dia

Cristiane Gercina

SÃO PAULO No último dia para a reserva das ações da Eletrobras com uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que terminou às 12h desta quarta-feira (8), bancos e corretoras apresentaram instabilidade pela manhã, dificultando a operação por parte dos clientes que deixaram para fazer a reserva perto do prazo final. Também houve relatos de dificuldades para concluir a reserva na terça (7), véspera do encerramento.

Os relatos são de falhas nos aplicativos e sites de ao me-

nos três instituições: Santander, Rico Investimentos e XP. Além disso, houve ainda instabilidade no aplicativo FGTS, da Caixa Econômica Federal, cuja mensagem, logo pela manhã, pedia para o usuário espere até alguns minutos e tente fazer a operação mais tarde.

O Santander informou ter registrado casos pontuais de reclamações de clientes que não estavam conseguindo realizar a operação. A falha, segundo o banco, seria em virtude da “alta demanda de reservas para o Fundo Mútuo de Privatização da Eletrobras”.

O banco disse que, para

atender seus correntistas, “ofereceu alternativas de formalização da reserva por internet banking, central de atendimento, agências e assessoria de investimento”. As opções foram comunicadas por e-mail, notificações, redes sociais e alertas nos próprios aplicativos dos bancos.

Já a Caixa afirmou que “não houve intermitência no app FGTS e que o mesmo se encontra operando em normalidade”.

As demais instituições não responderam à reportagem.

Para concluir a reserva de ações, o investidor deveria abrir conta em um banco

ou corretora habilitado para a operação. A abertura da conta na instituição financeira escolhida para administrar a reserva deveria ter ocorrido também até às 12h desta quarta.

As ações compradas com dinheiro do FGTS só poderão ser vendidas após 12 meses. Mas, se o trabalhador se encaixar em uma das situações em que a legislação permite o saque do Fundo de Garantia, poderá vender os papéis antes.

Se o caso de quem precisa do dinheiro para comprar a casa própria, o trabalhador que for demitido sem

de quem ficar três anos sem depósitos no FGTS.

Se for demitido sem justa causa, terá ainda a multa de 40% calculada sobre todo o saldo da conta da empresa no fundo, somando também o que investiu na Eletrobras.

Já investidores que fizeram a reserva sem o dinheiro do FGTS não têm prazo mínimo de permanência, ou seja, poderão vender as ações a qualquer momento.

Os trabalhadores poderão investir valor mínimo de R\$ 200 para reserva de papéis da Eletrobras até o limite de 50% do saldo no fundo.

O valor efetivamente aplica-

do, porém, dependerá da proposta pelas ações. Se o montante ultrapassar R\$ 6 bilhões, haverá rateio de valores.

O limite de R\$ 6 bilhões também inclui os trabalhadores

que migraram seu FGTS de ações da Petrobras e Vale. Foi permitido reservar até 50% do saldo do FGTS para investir no FMP (Fundo Mútuo de Privatização).

O investimento em ações da Eletrobras, de 8 de agosto de 2020, até 24 de maio de 2022, rendeu cerca de 1,53% ante 185% do FGTS, e 289% da inflação, de acordo com a Genial Investimentos. No caso da Vale, a valorização foi de 9,90% de 28 de março de 2022 até 24 de maio de 2022, ante 156% do FGTS e 247% da inflação.

Segundo informou a Caixa, após a definição se haverá rateio, o banco irá iniciar o processamento dos débitos nas contas do FGTS. Por meio de aplicativo FGTS o trabalhador poderá consultar os valores efetivamente debitados.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS - SENAD
EDITAL Nº 02/2022 - CONTRATO 22/2022-PR - ALIENACÃO DEFINITIVA - SEMI-MÓVEL
 A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça, no âmbito do Contrato 22/2022-PR, de alienação definitiva de bem móvel, torna público que, no dia 24/06/2022, às 14h, em sala de leilão, realizada no sistema eletrônico de leilões, será realizada a venda de bem móvel, conforme especificações constantes no Edital e no Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS - SENAD
EDITAL Nº 02/2022 - CONTRATO 22/2022-PR - ALIENACÃO DEFINITIVA - SEMI-MÓVEL
 A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça, no âmbito do Contrato 22/2022-PR, de alienação definitiva de bem móvel, torna público que, no dia 24/06/2022, às 14h, em sala de leilão, realizada no sistema eletrônico de leilões, será realizada a venda de bem móvel, conforme especificações constantes no Edital e no Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
 Encarregado do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Mococa - SP, no âmbito do Pregão Presencial nº 004/2022, que tem por objeto a aquisição de alimentos condicionada em embalagem descartável, no valor máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I. O interessado em participar deve acessar o site www.licitacoesbrasil.com.br e o site www.licitacoesbrasil.com.br para obter o Edital e o Anexo I.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
 C.N.P.J. Nº 60.633.674/0001-55
COTAÇÃO - PROCESSO IPT Nº DL00385-2022 - RCB572-2022
 Objeto: Renovação da assinatura eletrônica do boletim de licitações e contratos do GOVERNET.
 Data final para apresentação de proposta: 13/06/2022 até às 17:00h.
 Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone-nº: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAL E REVISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 CNPJ Nº 45.876.586/0001-26
 Rua Cláudio das Condições e Aconchegos, nº 100 - Jd. Santa Helena - São Paulo/SP
ASSEMBLEIA GERAL
 Pelo presente Edital foram convocados todos os Associados deste SINDICATO, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL, a ser realizada no dia 24 de junho de 2022, às 18h, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1. Aprovação do balanço do exercício anterior; 2. Aprovação do relatório da Diretoria; 3. Eleição dos membros da Diretoria; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleição dos membros do Conselho de Administração; 6. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 7. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 8. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 9. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 10. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 11. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 12. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 13. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 14. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 15. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 16. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 17. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 18. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 19. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 20. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 21. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 22. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 23. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 24. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 25. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 26. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 27. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 28. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 29. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 30. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 31. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 32. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 33. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 34. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 35. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 36. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 37. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 38. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 39. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 40. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 41. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 42. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 43. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 44. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 45. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 46. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 47. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 48. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 49. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 50. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 51. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 52. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 53. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 54. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 55. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 56. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 57. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 58. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 59. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 60. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 61. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 62. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 63. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 64. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 65. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 66. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 67. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 68. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 69. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 70. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 71. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 72. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 73. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 74. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 75. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 76. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 77. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 78. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 79. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 80. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 81. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 82. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 83. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 84. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 85. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 86. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 87. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 88. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 89. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 90. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 91. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 92. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 93. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 94. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 95. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 96. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 97. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 98. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 99. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 100. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 101. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 102. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 103. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 104. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 105. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 106. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 107. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 108. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 109. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 110. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 111. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 112. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 113. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 114. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 115. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 116. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 117. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 118. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 119. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 120. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 121. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 122. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 123. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 124. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 125. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 126. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 127. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 128. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 129. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 130. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 131. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 132. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 133. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 134. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 135. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 136. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 137. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 138. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 139. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 140. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 141. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 142. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 143. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 144. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 145. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 146. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 147. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 148. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 149. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 150. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 151. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 152. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 153. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 154. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 155. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 156. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 157. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 158. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 159. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 160. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 161. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 162. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 163. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 164. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 165. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 166. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 167. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 168. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 169. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 170. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 171. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 172. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 173. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 174. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 175. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 176. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 177. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 178. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 179. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 180. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 181. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 182. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 183. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 184. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 185. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 186. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 187. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 188. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 189. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 190. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 191. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 192. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 193. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 194. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 195. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 196. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 197. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 198. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 199. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 200. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 201. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 202. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 203. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 204. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 205. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 206. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 207. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 208. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 209. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 210. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 211. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 212. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 213. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 214. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 215. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 216. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 217. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 218. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 219. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 220. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 221. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 222. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 223. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 224. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 225. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 226. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 227. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 228. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 229. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 230. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 231. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 232. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 233. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 234. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 235. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 236. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 237. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 238. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 239. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 240. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 241. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 242. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 243. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 244. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 245. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 246. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 247. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 248. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 249. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 250. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 251. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 252. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 253. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 254. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 255. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 256. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 257. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 258. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 259. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 260. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 261. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 262. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 263. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 264. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 265. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 266. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 267. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 268. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 269. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 270. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 271. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 272. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 273. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 274. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 275. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 276. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 277. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 278. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 279. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 280. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 281. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 282. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 283. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 284. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 285. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 286. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 287. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 288. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 289. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 290. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 291. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 292. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 293. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 294. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 295. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 296. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 297. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 298. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 299. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 300. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 301. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 302. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 303. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 304. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 305. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 306. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 307. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 308. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 309. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 310. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 311. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 312. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 313. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 314. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 315. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 316. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 317. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 318. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 319. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 320. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 321. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 322. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 323. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 324. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 325. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 326. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 327. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 328. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 329. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 330. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 331. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 332. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 333. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 334. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 335. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 336. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 337. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 338. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 339. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 340. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 341. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 342. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 343. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 344. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 345. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 346. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 347. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 348. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 349. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 350. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 351. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 352. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 353. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 354. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 355. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 356. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 357. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 358. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 359. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 360. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 361. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 362. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 363. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 364. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 365. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 366. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 367. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 368. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 369. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 370. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 371. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 372. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 373. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 374. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 375. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 376. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 377. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 378. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 379. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 380. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 381. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 382. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 383. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 384. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 385. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 386. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 387. Eleição dos membros do Conselho de Controle; 388. Eleição dos membros do Conselho de Auditoria; 389. Eleição dos membros do Conselho de Revisão; 390. Eleição dos membros do Conselho de Fiscalização; 391

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 00202/2022, para aquisição de objeto MINICOMPUTADOR, a ser usado para a construção de um CENTRO DE CONVÊNIÊNCIA NA RUA MARCO S. SAIÃO, S/Nº NO MUNICÍPIO DE EMILIANÓPOLIS, PIAUÁ, sob o regime de contratação MENOR PREÇO GLOBAL. O Edital e o Projeto Anexo encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.emilianopolispi.gov.br, sob o link: "licitações". A entrega das propostas deve ser feita até o dia 27 de junho de 2022, com início às 09:00 horas. Emilianópolis, 08 de junho de 2022. João Batista Amato - Prefeito.

CONVOCACÃO DE GREVE
 Os Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD, por sua diretoria colegiada, em atendimento à legislação vigente, vem, pelo presente Edital, convocar a categoria profissional de servidores públicos lotados no âmbito do Poder Judiciário Federal do 2º Região - 1º e 2º Instâncias, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Federal em todo o Estado de São Paulo, Tribunal Regional Eleitoral e Cartórios de Registro de Imóveis, a se manifestar, no dia 09 de junho de 2022, sobre a realização de Assembleia, a categoria dos Juizes DELEGADOS DE DIREITO, para o dia 27 de junho de 2022, com início às 09:00 horas. Emilianópolis, 08 de junho de 2022. João Batista Amato - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato N. 32/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O contrato foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Oléio e a empresa LEMARQUE DABRELL DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.301.191/0001-05, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O contrato foi assinado em 08 de junho de 2022, com início de vigência em 09 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato N. 32/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O contrato foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Oléio e a empresa LEMARQUE DABRELL DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.301.191/0001-05, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O contrato foi assinado em 08 de junho de 2022, com início de vigência em 09 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DTIC
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOLIS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato N. 32/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O contrato foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Oléio e a empresa LEMARQUE DABRELL DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.301.191/0001-05, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O contrato foi assinado em 08 de junho de 2022, com início de vigência em 09 de junho de 2022.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEECOPES - Assembleia Geral Ordinária
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
TERMO DE REVOCACÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

Ministério da Defesa
EXERCÍCIO BRASILEIRO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOLIS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato N. 32/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O contrato foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Oléio e a empresa LEMARQUE DABRELL DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.301.191/0001-05, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O contrato foi assinado em 08 de junho de 2022, com início de vigência em 09 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato N. 32/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O contrato foi celebrado entre a Prefeitura Municipal de Oléio e a empresa LEMARQUE DABRELL DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.301.191/0001-05, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O contrato foi assinado em 08 de junho de 2022, com início de vigência em 09 de junho de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO
Comissão Permanente de Licitação
Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÉO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUETUBA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Contratação
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

HOMOLOGAÇÃO/JUDICATÓRIA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
DECISÃO ADMINISTRATIVA
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de 08 de junho de 2022. 9 de junho de 2022. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado do São Paulo - SINTRAJUD.

mercado

Um outro Parlamento vem chegando

Iniciativa para combater sub-representação de negros nos Legislativos surge com desafios

Cida Bento

Conselheira do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

Combater a sub-representação de pessoas negras nos Legislativos do Brasil e formar uma bancada parlamentar com promissora com uma agenda de defesa da justiça racial no país é o objetivo central da iniciativa Quilombo nos Paramentos, lançada na segunda (6), em São Paulo.

Numa aliança suprapartidária que envolve PT, PSOL, PC do B, PSB, PDT e Rede Sustentabilidade em 19 unidades da Federação (Aloquias, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Maranhão,

Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins), o Quilombo nos Paramentos é uma iniciativa impulsionada pela Coalizão Negra por Direitos.

No evento de lançamento, a presença de pré-candidatas negras foi cerca de cinco vezes maior do que a de pré-candidatos negros, e, nas falas qualificadas e vibrantes, a indignação ante a violência letal que assola a população negra se misturava com a certeza de que

estamos vivendo um momento que é um divisor de águas na história do país.

O grande foco das abordagens no campo dos direitos humanos, na proteção da vida, na educação, no trabalho, na saúde e no combate à violência torna esta uma pauta prioritária no país que é campeão de violência contra defensores de direitos humanos.

Como lembra o professor Luiz Campos, não temos uma falta de candidaturas negras, já que, nas eleições de 2018, 46,8% das candidaturas a deputado

federal se autodeclararam como de pessoas pretas ou pardas. O problema, segundo ele, é que essas candidaturas muitas vezes não recebem o apoio necessário para realizar uma campanha bem-sucedida.

“Uma primeira barreira é conseguir penetrar nos partidos mais fortes. Quanto mais antigo, quanto maior o partido no Brasil, mais fechado ele é a candidaturas negras”, afirmou Campos ao jornal Nexo, acrescentando que outro obstáculo é a distribuição de recursos dentro dos partidos:

“Não basta só se candidatar, tem que aparecer para o eleitor. Precisa de santinho, horário eleitoral, dinheiro para circular, precisa de muita coisa”.

Um dos desafios da iniciativa — como aponta o jornalista Nicolau Soares em reportagem do jornal Brasil de Fato — é conseguir o apoio efetivo das direções partidárias — o que pode ser traduzido principalmente em financiamento.

O texto informa que o estudo “Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras”, realizado pelo Insper, em 2018, revelou que, na disputa para a Câmara, a média de financiamento para os brancos é mais do que o dobro comparada à média para os negros. Quando se trata de mulheres negras, a arrecadação é 1/3 da dos brancos.

Nesse sentido, merece destaque na reportagem do Brasil de Fato a fala feita no evento pelo deputado federal Vicenti-

nho (PT-SP) depois de lembrar que é sempre mais difícil para candidaturas negras ocupar esses espaços, mesmo em partidos de esquerda.

“Os partidos progressistas que estão representados aqui dentro deviam olhar com muito mais atenção e muito mais respeito. Primeiro que mostramos que é possível a gente se mobilizar e sermos eleitos. Segundo, os partidos têm que dar uma prioridade porque, para eles mesmos, será ótimo, um deputado ou deputada negro eleito significa uma verba partidária duas vezes maior”, afirmou, referindo-se à emenda constitucional nº 111/2021, promulgada em setembro no Congresso e que estabelece que os votos dados a candidatas mulheres e a pessoas negras serão contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral nas eleições de 2022 a 2030.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

5G ‘impuro’ falha em superar 4G e traz memórias do 3G

Teste da Folha com tecnologia disponível apresenta resultados decepcionantes

TEC

Gustavo Soares

SÃO PAULO Telas de alguns modelos de celulares já exibem o aguardado ícone do 5G quando conectados à rede móvel em São Paulo. Essa conexão, no entanto, ainda está longe de ser aquela com ares futuristas, que promete de cirurgias robóticas a distância à popularização de carros autônomos. O 5G disponível hoje, chamado de DSS (Dynamic Spectrum Sharing) ou NSA (non-standalone), é considerado “impuro”. A conexão usa uma tecnologia nova, mas opera na mesma faixa de frequência do 4G (2,3 GHz), o que limita o desempenho.

A versão “pura”, ou standalone, tem uma faixa dedicada somente a ela, de 3,5 GHz. A conexão seria liberada no Brasil até 30 de junho, mas, devido à falta de equipamentos, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) decidiu adiar o prazo em 60 dias.

A Folha testou o 5G DSS disponível em São Paulo usando um Samsung Galaxy S21 FE compatível com a conexão. Os testes foram realizados ao longo de um dia na região da avenida Paulista usando chips de duas operadoras.

Os resultados, obtidos pelo Speedtest.net, decepcionaram e dão ao 5G impuro um jeito de 4G reembalado. Em



Antena de 5G no DF; sistema em vigor hoje, o DSS, opera na faixa do 4G José Paulo Lacerda/Divulgação CWI

alguns momentos, o desempenho chegou a ser muito inferior ao da geração anterior, trazendo memórias do 3G.

Pela Claro, as médias de velocidade de download, upload e latência do 5G DSS foram de 4,7 Mbps (megabits por segundo), 0,2 Mbps e 113,6 milissegundos. Pela Vivo, foram 36,4 Mbps, 18,6 Mbps e 43 ms.

A velocidade de download determina o tempo que os dados levam para ser descarregados da internet, como uma playlist do Spotify e um filme da Netflix. A de upload, o tempo para fazer o inverso, como subir um arquivo para o Google Drive ou fazer uma chamada pelo WhatsApp.

A latência é o tempo de transferência de um pacote de dados de um ponto a outro, crucial para atividades como jogos online e para as principais apostas da nova geração. Os números podem variar, a depender da hora e da região em que os testes são feitos, mas o fato de que a nova conexão ainda está distante dos números da geração anterior demonstra que o 5G ainda tem um longo caminho a percorrer.

Por exemplo, no mesmo teste, o 4G se saiu melhor. Pela Claro, as médias foram 10,7 Mbps, 12,7 Mbps e 83,3 ms. Pela Vivo, 12,0, 9 Mbps, 38,5 Mbps e 19,7 ms.

Para o consumidor médio, o 4G já atende bem atividades de entretenimento, trabalho e educação. Mas o 5G, que é associado ao aumento da produtividade na indústria, do agronegócio, da saúde e outros setores, requer velocidades maiores e latência mínima.

A velocidade do 5G puro alcança, em média, 1 Gbps (Gigabit por segundo), sendo dez vezes maior que a média do 4G. Por exemplo, para baixar um arquivo de 5 GB (um filme em alta definição) no 5G puro,

seria preciso aguardar 42 segundos. E essa conexão pode chegar a até 20 Gbps.

No 5G DSS testado, o mesmo arquivo levaria em torno de duas horas e meia, levando em conta a média obtida pela Claro.

Segundo o índice global do Speedtest para o primeiro trimestre de 2022, a mediana de velocidade do 5G da Claro no Brasil é de 74,3 Mbps, seguida pela TIM, de 62,8 Mbps, e pela Vivo, de 62,3 Mbps.

Apesar de os números serem maiores que os obtidos no teste da Folha, ainda estão longe de representar uma evolução em relação ao 4G. Isto é, mesmo levando em conta dados de todo o país, o 5G DSS ainda não é a conexão que vai transformar o mundo.

Em nota, a Vivo ressaltou que o 5G impuro é a primeira etapa de evolução da nova geração. “Por características técnicas, não oferece a real experiência de quinta geração, e características que virão a partir das novas frequências, adquiridas no leilão da Anatel no final do ano passado”, disse a empresa.

A Claro não se manifestou até a publicação deste texto. Dados da consultoria GSMA indicam que o mundo deve bater 1 bilhão de conexões 5G até o fim do ano. O Brasil está prestes a ativar a faixa de 3,5 GHz do 5G, mas ainda falha em oferecer 4G a todos os habitantes.

Antes do adiamento da Anatel, o prazo para a ativação do 5G standalone no país era 30 de junho. As operadoras, por sua vez, deveriam cumprir as primeiras obrigações até 31 de julho — entre elas, a ativação de antenas na proporção de 1 para cada 100 mil habitantes nas 26 capitais e no Distrito Federal. Com o prazo adicional, essas datas passaram a ser 29 de agosto e 29 de setembro.

Prefixo 0303 em telemarketing vira obrigatório em celular e fixo

Felipe Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) A utilização do prefixo 0303 passa a ser obrigatória a partir desta quarta-feira (9) nas ligações de telemarketing ativo — para vendas de produtos ou serviços — feitas por telefone fixo.

Desde 10 de março, as operadoras foram obrigadas a adotar a medida em chamadas de celulares. Isso significa que, a partir de agora, todas as ligações para oferta de produtos ou serviços deverão ser realizadas com essa numeração padronizada.

Segundo a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), até terça (7), mais de 1,2 milhões de cadastros com o código 0303 haviam sido registrados. Desde que a regra para utilização do prefixo passou a va-

ler em ligações a partir de telefone celular, a Anatel já recebeu 144 reclamações, sendo 84 em março e 60 em abril. Até o momento, nenhuma empresa foi multada.

A nova norma foi definida em dezembro do ano passado e tem como objetivo padronizar a numeração e servir como ferramenta para auxiliar o consumidor na identificação das chamadas de telemarketing. Com isso, o cliente decide se quer ou não atender.

Na determinação, a Anatel estipulou prazo de 90 dias para as prestadoras de telefonia móvel e 180 dias para as operadoras de telefonia fixa para implementarem a nova regra. Para o coordenador jurídico da ABT (Associação Brasileira de Telesserviços), Claudio Tartarini, faltou esclarecimen-

to das autoridades reguladoras durante o processo de implantação do código.

Apesar disso, todas as companhias associadas à entidade já se adequaram à legislação. Integram a lista da ABT prestadoras de serviços de call center de diferentes setores da economia.

Em maio, a ABT e outras duas entidades que representam o setor e os trabalhadores de telemarketing entraram com uma ação no Supremo com o objetivo de derrubar a norma.

“Até que haja decisão judicial nesse tema, as associações continuaram a aplicar a regra nos termos determinados pela Anatel”, disse Tartarini. Ele argumenta que uma das preocupações das companhias é que outras companhias não associadas estejam ado-

tando práticas que incomodam o cidadão. “O uso de robocall [chamadas automáticas por robôs] em ligações massivas que caem em menos de três segundos é um ponto de preocupação que o 0303 não vai resolver”.

Na sexta (3), a Anatel baixou medida cautelar para barrar a prática abusiva de chamadas automáticas. A agência exigiu que as companhias de telecomunicações enviem uma lista de empresas que se enquadram nessa situação.

O código 0303 é de uso exclusivo e obrigatório para atividades de telemarketing ativo — a oferta de produtos ou serviços por meio de ligações ou mensagens telefônicas, previamente gravadas ou não. As normas não valem para ligações em busca de do-

ações nem para cobranças.

“As empresas que descumpriram as regras responderão a processo sancionatório no âmbito da Anatel podendo sofrer multa de até R\$ 50 milhões por infração”, informou a agência em nota.

Apesar de nenhuma punição ter sido aplicada, a Anatel informa que fiscalizará o cumprimento da regra.

“Após essa etapa, será analisada a possibilidade de instauração de processos sancionatórios e aplicação das respectivas penalidades”, diz o órgão.

Caso o consumidor continue recebendo chamadas de telemarketing ativo de número que não esteja utilizando o código 0303, ele poderá registrar reclamação, inicialmente, na sua prestadora de serviço de telecomunicações.

“Caso o problema persista, o consumidor, de posse do protocolo da demanda na prestadora e em sua Ouvidoria, pode enviar reclamação junto à Anatel”, informa a agência.

No estado de São Paulo, o Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) oferece o Não Me Ligue. Instituído por lei estadual de 2008, o sistema permite ao consumidor cadastrar seu número para não receber nenhum tipo de ligação de telemarketing.

Além das ligações, sejam automáticas, sejam feitas por robôs, a medida permite que não seja enviada mensagem por SMS ou apps como o WhatsApp, buscando o titular da linha ou outra pessoa. Nesse cadastro, as empresas são proibidas de fazer ligações ou enviar mensagens de cobrança.



Usuários de planos de saúde protestam contra o rol taxativo em frente ao STJ, em Brasília. Pedro Ladeira - 23.fev.22/Folhapress

STJ desobriga planos de saúde de cobrir terapias fora da lista da ANS

Decisão afeta milhões de usuários das operadoras; tribunal admite possibilidade de exceções

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta quarta-feira (8) desobrigar as operadoras de planos de saúde de custear, com a possibilidade de exceções, procedimentos não incluídos na lista de cobertura estabelecida pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

O tribunal entendeu ainda que a operadora não é obrigada a bancar um procedimento se houver opção similar no rol da ANS. Em não havendo substituto terapêutico, poderá ocorrer, em caráter excepcional, a cobertura do tratamento indicado pelo profissional de saúde responsável.

A decisão, que afeta milhões de usuários de planos, é favorável às empresas que atuam no setor e altera um entendimento predominante há mais de duas décadas no Judiciário, a partir de demandas individuais levadas a diferentes instâncias contra negativas de atendimento.

Iniciado em setembro do ano passado e interrompido por duas vezes desde então, o julgamento foi retomado nesta quarta pela segunda seção do tribunal. Foram seis votos a três em prol da tese defendida pelos planos de saúde.

O STF (Supremo Tribunal Federal) também deve se pronunciar sobre a matéria, em ação protocolada no mês de março pela Associação Brasileira de Proteção aos Consumidores de Planos e Sistema de Saúde, que defende o rol exemplificativo. O ministro Luís Roberto Barroso é o relator.

A lista da ANS estabelece a cobertura assistencial mínima a ser garantida pelos planos privados. É chamada de Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. A primeira versão foi editada em 1998 e, desde então, sofre atualizações periódicas para incorporar novas tecnologias em saúde.

A legislação prevê 180 dias de prazo, prorrogáveis por mais 90, para avaliação de medicamentos e procedimentos a serem incluídos na lista.

O STJ avaliou se o documento deve ser exemplificativo ou taxativo. Por taxativo, entende-se que é restrito, sem margem de interpretação. Na modalidade exemplificativa, funciona como referência mínima e outras obrigações podem ser acrescidas para atender as necessidades dos pacientes.

Decisão de um colegiado do mesmo STJ já havia definido que o rol tem caráter exemplificativo. Porém, em 2019, en-

Considerar esse mesmo rol meramente exemplificativo representaria, na verdade, negar a própria existência do 'rol mínimo' e, reflexamente, negar acesso à saúde suplementar à mais extensa faixa da população

Luís Felipe Salomão
ministro e relator do caso

tendimento em sentido contrário foi fixado, motivando, agora, o debate mais amplo.

Entidade que reúne 13 grupos empresariais que operam planos de saúde no Brasil, a FenaSaúde defendeu o modelo taxativo do rol da ANS.

Em manifestação anexada ao processo por advogados do escritório Sergio Bermudes, que a representa, argumentou que tal modalidade garante ao setor o equilíbrio atuarial sob pena de inviabilização do serviço, em prejuízo a todos.

"Se não o Estado, a quem a Constituição Federal atribuiu o dever de cuidar da saúde de todos, está obrigado a fornecer indiscriminadamente medicamentos", afirmaram os advogados, "não há qualquer razão para que obrigações dessa mesma natureza — fornecimento e custeio de procedimentos — recaiam, sem qualquer restrição, às operadoras e seguradoras".

Relator do caso, o ministro Luís Felipe Salomão entende que a lista deve ser taxativa, mas considerou a possibilidade de hipóteses excepcionais. Frisou que o rol taxativo é adotado em diversos países, como Estados Unidos, Japão e Inglaterra.

O magistrado afirmou que

esse modelo protege os beneficiários dos planos de aumentos excessivos uma vez que a segurança jurídica dada às operadoras evita o repasse de custos adicionais. De acordo com Salomão, a lista mínima obrigatória é garantia de preços mais acessíveis.

"Considerar esse mesmo rol meramente exemplificativo representaria, na verdade, negar a própria existência do 'rol mínimo' e, reflexivamente, negar acesso à saúde suplementar à mais extensa faixa da população", afirmou.

Ele mencionou hipóteses excepcionais em que seria possível determinar à operadora de saúde a cobertura de procedimentos não previstos expressamente pela ANS.

Entre elas estariam terapias com recomendação expressa do CFM (Conselho Federal de Medicina) que tenham comprovada eficiência para tratamentos específicos.

Como exemplo está o caso de um dos recursos analisados pelo STJ. O autor da ação pleiteou a cobertura do tratamento de EMT (estimulação magnética transcraniana), prescrito pelo psiquiatra para um quadro depressivo grave e esquizofrenia.

Salomão entendeu que a excepcionalidade da situação

autorizava a determinação de cobertura, pela operadora, de procedimento não previsto no rol de procedimentos.

Segundo o ministro, o CFM passou a reconhecer a eficácia da EMT, com indicação para doenças psíquicas e no planejamento de neurocirurgias.

Para reforçar a argumentação, o relator lembrou que medida provisória nº 1.267/2021 explicitou que a amplitude da cobertura no âmbito do sistema de saúde suplementar deve ser estabelecida em norma editada pela ANS. A MP revisou trechos da Lei dos Planos de Saúde (9.656/1998).

Ela instituiu a Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar para assessorar a agência "na identificação de evidências científicas sobre eficácia, acurácia, efetividade e segurança do medicamento, produto ou procedimento analisado".

Os ministros Vilas Bôas Cueva, Raul Araújo, Isabel Gallotti, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze aderiram ao voto de Salomão.

Acompanhada pelos colegas Paulo de Tarso Sanseverino e Moura Ribeiro, a ministra Nancy Andrighi apresentou voto divergente ao entender que o rol da ANS tem caráter exemplificativo porque "só dessa forma se concretiza a política de saúde idealizada pela Constituição".

Ela classificou de "utópica" a ideia de que a fixação de uma cobertura mínima, por meio de um rol taxativo, tornaria os planos de saúde mais acessíveis, sobretudo à luz de desassistidos pelas políticas públicas de assistência à saúde.

Para a ministra, o documento é uma importante referência, seja para operadoras de saúde, seja para profissionais, seja para os beneficiários. "Mas nunca como imposição genérica de tratamento, que deve ser obrigatoriamente prescrito e coberto pelo plano de saúde para determinada doença", afirmou a ministra.

Disse que admitir o teor taxativo do rol de procedimentos seria "aceitar a exorbitância do poder regulamentar exercido pela ANS". O que implicaria, segundo ela, demandar do consumidor "conhecimento técnico que ele, por sua condição de vulnerabilidade, não possui, nem pode ser obrigado a possuir".

Andrighi abordou questões mercadológicas. Destacou que, apesar do aumento das despesas das operadoras da saúde na última década, o lucro das empresas, "em torno de bilhões de reais por ano", mais do que dobrou entre 2014 e 2018, e a receita do setor aumentou mesmo com queda no número de usuários, citando estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

São Paulo confirma 1º caso de varíola dos macacos no Brasil

Carlos Petricolo

SÃO PAULO São Paulo confirmou, nesta quarta-feira (8), o primeiro caso de varíola dos macacos no país. Trata-se de um homem de 41 anos que viajou para Espanha e Portugal há pouco tempo.

O paciente está em isolamento no hospital Emílio Ribas, na zona oeste da capital. A informação foi publicada, primeiramente, pela Globo e confirmada pela Folha por integrantes do governo estadual. Segundo essas fontes, as autoridades estudam como anunciar oficialmente o diagnóstico sem provocar pânico na população.

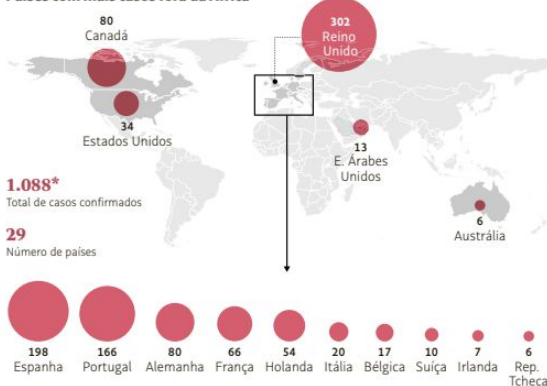
Em notas divulgadas nesta quarta, as secretarias da Saúde do estado e da prefeitura dizem ainda aguardar a conclusão de análises, que estão sendo feitas pelo Instituto Adolfo Lutz, para confirmar o caso. "Precisamos aguardar um pouco", afirmou à Folha o

infectologista David Uip, secretário estadual de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde. A pasta, criada em maio pela gestão Rodrigo Garcia (PSDB), é responsável por planejar medidas e pesquisas para o enfrentamento de doenças infecciosas.

O secretário estadual da Saúde, Jean Gorinchtey, disse que, além do histórico de viagem, o quadro clínico e epidemiológico sugere que se trata de um caso de varíola dos macacos. "Porém, para a confirmação precisamos receber o sequenciamento genético do Instituto Adolfo Lutz. Algo que deve ficar pronto dentro das próximas 24 horas".

Em sua nota, a secretaria confirma que o paciente monitorado é "um homem de 41 anos, da capital" que está em isolamento. "Ele tem histórico de viagem para Portugal e Espanha e teve início dos sintomas, como febre e malgria, no dia 28 de maio", afirma a pas-

Países com mais casos fora da África



*Números atualizados às 18h de terça-feira (7).
Fonte: CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) dos EUA

ta. Gorinchtey diz que o paciente procurou diretamente o Emílio Ribas após receber orientação no aeroporto.

As autoridades ainda investigam a possibilidade de outra pessoa estar infectada na cidade. Nesse caso, é uma mulher de 26 anos que, segundo investigação preliminar, não tem histórico recente de viagem.

O estado de saúde da mulher é estável. Ela está internada em isolamento em um hospital público da cidade, de acordo com a Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde) da Secretaria Municipal da Saúde.

O Ministério da Saúde afirmou em nota que não tem a confirmação do caso. "Até o momento, o Ministério da Saúde não tem a confirmação de caso de monkeypox no Brasil. A pasta está em contato com estados e municípios para apoiar no monitoramento e ações de vigilância em saúde."

saúde

COMO CHEGAMOS AQUI?

Aprovados para venda no Brasil no final de janeiro deste ano, os autotestes começaram a ser comercializados em um período de alta de casos de Covid-19. Desde então, 32 produtos do tipo já foram autorizados pela Anvisa. No entanto, esses exames podem apresentar falso resultado negativo e devem ser repetidos.

FOLHA EXPLICA

Autotestes são indicados para quem precisa de resposta rápida sobre Covid

Exames são vendidos em farmácias e podem ser feitos a partir do primeiro dia de sintomas

Samuel Fernandes

O autoteste é a mesma coisa que testes rápidos?

O autoteste e testes rápidos de antígenos utilizam tecnologias parecidas que procuram partes da proteína do Sars-CoV-2 na pessoa suspeita de infecção.

No entanto, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) reitera que os testes rápidos não devem ser utilizados por leigos porque eles podem ter diferenças nas orientações de uso e em como fazer a coleta do material, sendo necessária a atuação de um profissional qualificado.

No caso de autotestes, a Anvisa também afirma que é importante observar se o produto foi aprovado —essa informação pode ser consultada no site oficial da agência.

Quando o autoteste de Covid é recomendado?

O autoteste deve ser utilizado quando alguém teve contato com uma pessoa que recebeu resultado positivo para Covid ou quando uma pessoa sente alguns sintomas comuns da doença, como febre, tosse, dor de garganta e perda do olfato ou paladar.

O instrumento, no entanto, não é recomendado para casos em que os sintomas já estão mais críticos. Segundo a Anvisa, em situações em que a pessoa já apresenta sintomas mais graves, como falta de ar ou saturação do oxigênio abaixo de 95%, recomenda-se que procure um serviço de saúde.

Para Raquel Stucchi, infectologista e professora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o autoteste é um produto para situações em que a pessoa precisa obter rapidamente a resposta de uma suspeita para Covid.

“Você tem uma reunião e está na dúvida se está com Covid porque o nariz começou a escorrer. Então, você faz um autoteste. Se ele vier negativo, significa que naquele local a que você vai não estará transmitindo para outras pessoas”, exemplifica.

A partir de quando deve-se fazer o autoteste?

A Anvisa recomenda que o autoteste seja feito entre o 1º e o 7º dia a partir do início dos



Kit de autoteste para detectar Covid-19 Gabriel Bouys / AFP

sintomas. Caso não tenha sintomas, a agência diz que o autoteste deve ser feito a partir do quinto dia de exposição a pessoa que estava infectada pelo Sars-CoV-2.

Por outro lado, Stucchi explica que o ideal é que a coleta seja feita entre o terceiro e o quinto dia, principalmente nos vacinados. Isso porque os imunizantes podem dificultar a replicação viral, fazendo com que a pessoa tenha se infectado pelo vírus, mas ainda não haja detecção na região nasal. Por isso, a sensibilidade do autoteste pode demorar um pouco mais.

Somente o autoteste é suficiente para o diagnóstico?

A Anvisa afirma que o autoteste é um instrumento para triagem, a fim de evitar a disseminação do vírus. Assim, quando alguém faz um autoteste com resultado positivo, é possível se isolar rapidamente antes de transmitir a outras pessoas.

Para Stucchi, a grande vantagem é o custo dele e o fato de o resultado sair mais rápido. A infectologista, entretanto, ressalta que é necessário refazer novos autotestes caso o resultado do primeiro

seja negativo ou procurar outros tipos de diagnósticos para a doença, como o RT-PCR. Lorena Barberia, integrante do Observatório de Covid-19 BR e professora do Departamento de Ciência Política da USP, diz que, no Brasil, é importante melhorar a orientação da população para repetir a autotestagem.

“Muitos governos, quando distribuem os autotestes, falam que é importante continuar testando para acompanhar como está evoluindo”, afirma a professora.

É possível ter falso negativo com um autoteste?

O autoteste usa uma tecnologia que averigua se proteínas do Sars-CoV-2 estão presentes na região em que se insere o cotonete. Sendo assim, é possível que alguém tenha se infectado, mas o vírus ainda não tenha tido capacidade de se replicar em larga escala.

É por isso que o autoteste pode ter um falso negativo. É também por esse motivo que, ao fazer um autoteste com resultado negativo, é necessário repeti-lo pelo menos mais uma vez em até 48 horas para se certificar de que não houve infecção.

Você tem uma reunião e está na dúvida se está com Covid porque o nariz começou a escorrer. Então, você faz um autoteste. Se ele vier negativo, significa que naquele local a que você vai não estará transmitindo para outras pessoas

Raquel Stucchi infectologista

Mesmo assim, um resultado negativo é útil porque indica que a pessoa está com baixa possibilidade de transmissão. “Um autoteste negativo serve para dizer que, naquele momento, a pessoa até pode ter o vírus, mas está com uma quantidade baixa. Então o risco de transmissão se torna muito pequeno”, afirma Stucchi.

A infectologista, no entanto, ressalta que a pessoa com sintomas de Covid e com o resultado negativo do autoteste ainda precisa continuar com medidas para evitar a transmissão, como uso de máscaras N95 e isolamento social. Repetir o autoteste também é necessário.

Quando devo optar por fazer um exame RT-PCR?

Diferentemente do autoteste, o RT-PCR tem uma chance menor de ter um resultado falso negativo. Uma das razões é pelo fato de que ele é feito em laboratório e, por isso, tende a ter uma coleta da amostra feita de maneira mais precisa.

Como o autoteste é feito em casa, pode ocorrer de a pessoa não coletar o material de maneira adequada, diminuindo a sensibilidade do produto. “A pessoa tem que introduzir o cotonete bem no fundo do nariz. Quando sai uma lágrima, nós falamos que está colhendo no lugar certo”, afirma Stucchi.

Além disso, é importante observar atentamente as instruções do fabricante do autoteste a fim de coletar de forma adequada a amostra.

Outro tipo de teste para Covid são os exames de anticorpos. Eles observam se o organismo da pessoa já desenvolveu uma resposta imune ao Sars-CoV-2. No entanto, esses testes não são recomendados porque ainda não se sabe se anticorpos altos significam uma proteção prolongada para a doença, diz Stucchi.

“Um exame de anticorpo só seria útil para saber quantas pessoas já se expuseram ou que já tiveram alguma proteção contra a Covid. Mas ele não é útil para falar se está transmitindo, se está doente e nem para garantir que não vai mais adoecer [porque existem casos de reinfeção]”, conclui.

Consórcio de veículos de imprensa de imprensa completa dois anos

SÃO PAULO O consórcio de veículos de imprensa para divulgação de dados da Covid no Brasil completou, nesta quarta-feira (8), dois anos. A união inédita e histórica de Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 ocorreu em um momento em que o governo de Jair Bolsonaro (PL) tomava atitudes que reduziam a quantidade e qualidade dos dados disponíveis sobre a Covid no Brasil.

No início da pandemia, o governo federal divulgava em um portal as informações sobre casos e mortes relacionados à Covid. No entanto, em meio à evolução da doença no país, passou a atrasar a divulgação diária de dados.

O horário, inicialmente, era às 17h (gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta). Passou para às 19h e, depois, para às 22h. O horário tardio dificultava a publicação dos dados em jornais e veículos impressos e, consequentemente, impactava a informação passada ao público.

“Acabou matéria no Jornal Nacional”, chegou a dizer o presidente Bolsonaro, em tom de deboche, ao comentar a mudança, em junho de 2020, dias antes do início oficial do consórcio.

Os veículos, então, uniram-se para buscar as informações da doença diretamente com os estados e com o Distrito Federal. Cada um deles ficou responsável por um grupo de entes federativos.

O grupo passou ainda a usar a coleta direta com os estados como uma ferramenta de transparência e regularidade na divulgação dos dados.

Com o avanço da pandemia, além dos dados de casos e mortes, o consórcio também trouxe algumas informações mais esperanças: os números de vacinação contra a Covid —que teve um início consideravelmente lento no país, após, mais uma vez, uma mudança de ação do governo federal.

A união inédita dos veículos brasileiros foi reconhecida.

No fim de 2021, o consórcio recebeu o título de mídia do ano, na modalidade de mídia especializada do prêmio ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial).

Também no fim de 2021, o consórcio, com o Projeto Comprova, recebeu o Prêmio ANJ (Associação Nacional de Jornais) de liberdade de imprensa.

Em 2022, concorreu ao Sigma Awards, prêmio internacional de jornalismo de dados.

MORTES

coluna.ubituario@grupofolha.com.br

Inspiração para os filhos, realizava o sonho de estudar

PATRICIA DA SILVA SANTOS (1983-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A paulistana Patrícia da Silva Santos passou noites de sono para realizar um de seus sonhos: estudar letras na USP.

Fã de outros idiomas, principalmente do espanhol, ela entrou na faculdade aos 36 anos e travava planos para fazer mestrado e doutorado, além de buscar um intercâmbio no

exterior. Um infarto, porém, interrompeu sua trajetória.

Patrícia tinha paixão pelos livros e defendia a importância da educação —por isso, sempre incentivou os filhos a estudarem.

“Minha mãe transformava a vida das pessoas. Era símbolo de força, garra e persistência. A bolsa de 100% que eu conquistei na faculdade [pedagogia, na Unicid] através do

Prouni foi graças a ela”, diz a filha, Ysabele Santos Lima, 20. Paulistana, Patrícia passou parte da adolescência em Salvador. Foi na capital baiana que conheceu seu marido, André Oliveira Lima, 41. Os dois se casaram em 6 de outubro de 2000.

Poucos anos depois, já com duas filhas, ela retornou para São Paulo. No ano seguinte, André também se mudou para a capital paulista, onde nasceu o terceiro filho do casal.

Patrícia sempre colocou a família e os amigos em primeiro lugar. Pelas pessoas próximas, é descrita como alguém alegre e sociável, que fa-

zia amizades com facilidade. O Carnaval era uma de suas paixões. Integrante da Acadêmicos do Tatuapé, desfilou também por outras agremiações este ano.

“Patrícia era uma amiga carinhosa e companheira que, mesmo sem posses, se necessário comprava um lanche ou a comida do bandede [da USP] para alguém. Era esforçada e um exemplo de superação. Ela estava tentando começar a carreira como professora e na segunda-feira iria à escola onde dou aulas”, conta o professor Vinícius Pacheco Parise de Lima, 35, um dos amigos.

Patrícia morreu no dia 5 de junho, aos 39 anos. Deixa o marido, três filhos, além dos pais e de irmãos.

ADEMIR FAVA Aos 59, solteiro. Quarta (8/6). Cemitério Jardim do Pêssago, Itaquera, São Paulo (SP)

LAUDINAVA CANDIDA DA SILVA Aos 82, casada. Quarta (8/6). Cemitério Jardim do Pêssago, Itaquera, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156, prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

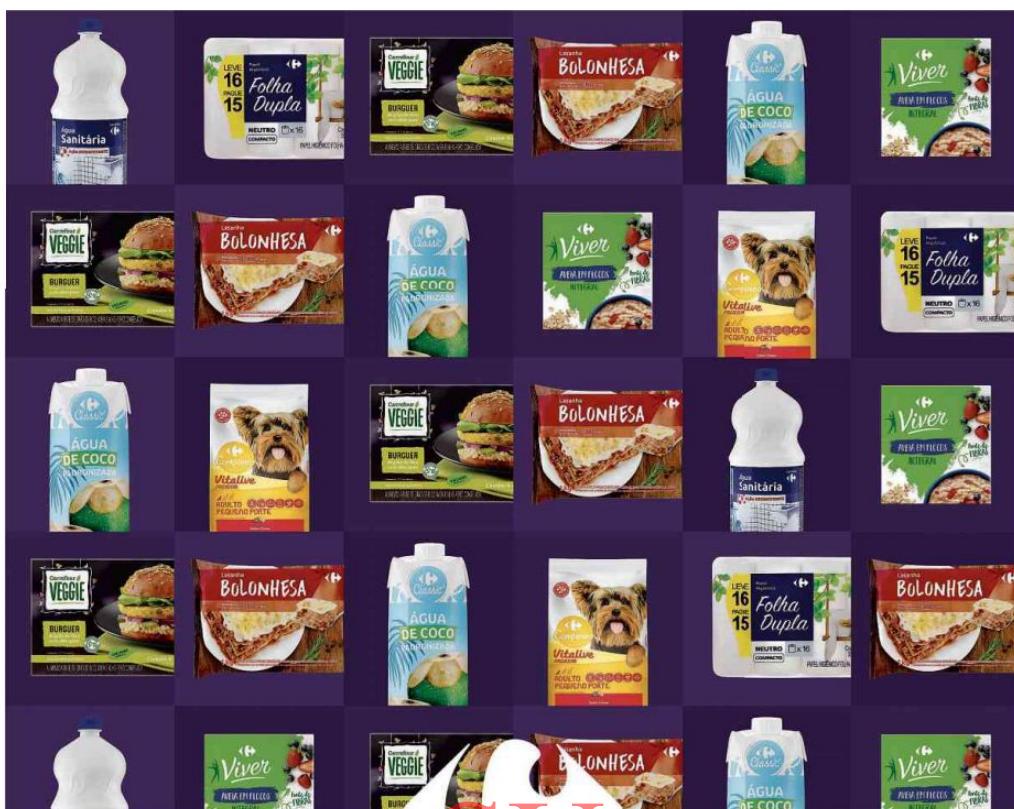
Anúncio gratuito na seção: Folha.com/mortes até às 18h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3212-3355 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para chegarmos das informações.

7º DIA
JORGE FREDERICO MESSAS BITTAR Sexta (10/6) às 19h, Paróquia de São Dimas, Vila Nova Conceição, São Paulo (SP)

MARIA HERMINIA D'ANGELO STRAUBE Sexta (10/6) ao meio-dia, Capela Imaculada Coração de Maria (Capela da PUC), Perdizes, São Paulo (SP)



De 31 de maio a
13 de junho de 2022



FESTIVAL DE PRODUTOS CARREFOUR

Os melhores produtos para quem quer economia e variedade. São diversas linhas para todos os momentos do seu dia. **Tem produtos para uma alimentação balanceada, limpeza da casa, para os pequenos, cuidados pessoais e até para os seus pets!** Experimente os Produtos Carrefour e se surpreenda com a qualidade!

FAZ AINDA MAIS ECONOMIA

E se você quer ainda mais descontos,
é só baixar o APP Meu Carrefour!

Preço
normal



Oferta
Meu Carrefour



Garanta preços especiais
com o Oferta Meu Carrefour.
Baixe agora o APP e saiba mais!



carrefour.com.br

Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas. Os elementos utilizados para as produções das fotos desta lâmina são meramente ilustrativos.

FAZ Carrefour
carrefour.com.br



3004 2222
0800 718 2222
Detalhes regionais
Todos os dias, das 8h às 21h
carrefour.com.br

Ofertas válidas de 31 de maio a 13 de junho de 2022, ou enquanto durarem os estoques, somente para as lojas Carrefour do ABC, Grande São Paulo, Guarulhos Dutra, São Bernardo do Campo Paulicéia, Guarujá e Santos, exceto para as Lojas Carrefour Tatupé Celso Garcia, Diadema, Guarulhos, Osasco, São Vicente, São Bernardo do Campo, Demarchi, São Caetano do Sul, São José dos Campos, Péssego, Limão, Aricanduva e Santo André Rhodia. Consulte no site carrefour.com.br os telefones, endereços e horário de funcionamento de todas as lojas. Alguns produtos anunciados podem não estar disponíveis em todas as lojas, havendo variações no sortimento de cada loja. Consulte a loja mais próxima. Para o sortimento disponível em loja, garantimos a quantidade mínima de 10 unidades/kg por loja dos produtos aqui anunciados. As compras parceladas só serão válidas com o Cartão Carrefour. Os elementos utilizados para as produções das fotos deste impresso são meramente ilustrativos. Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas.

"Racismo é crime. Denuncie. Disque 100 ou procure a Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou o Ministério Público"

Escolas públicas de SP não conseguem monitorar Covid

Após mais de dois anos de pandemia, unidades adotam protocolos confusos, e pais relatam falta de comunicação

Isabela Palhares

SÃO PAULO Mais de dois anos após o início da pandemia e diante de uma nova onda de contágio de Covid, as secretarias de Educação do estado e da Prefeitura de São Paulo não conseguem monitorar em sua totalidade casos da doença entre alunos e funcionários.

Professores e pais de alunos das duas redes relatam apreensão com a falta de comunicação e clareza sobre o protocolo a ser seguido quando há casos positivos. Também reclamam da falta de transparência das secretarias para informar quando há a confirmação de casos.

O aumento no número de ocorrências de Covid-19 nas últimas semanas tem levado escolas públicas municipais e estaduais a voltarem ao ensino a distância de forma total ou parcial. Mas a dimensão dessa medida é incerta.

A SME (Secretaria Municipal de Educação), da gestão Ricardo Nunes (MDB), não disse o número de escolas com suspensão total ou parcial das aulas presenciais por infecções pelo coronavírus. Já a Seduc (Secretaria Estadual de Educação) respondeu que havia 16 escolas nesta terça-feira (7) com a interrupção total das aulas presenciais. A pasta da gestão Rodrigo Garcia (PSDB) não soube dizer se há outras que tiveram que suspender a atividade em parte das turmas.

O governo do estado criou em dezembro de 2020 o Simed, em que as escolas estaduais e particulares são obrigadas a registrar casos positivos. O preenchimento tem várias regras, o que tem levado a uma subnotificação.

Em agosto do ano passado, quando as aulas presenciais foram retomadas, o governo deixou de contabilizar casos confirmados e passou a classificar os apenas como "casos prováveis" de infecção. Na segunda-feira (6), a Folha consultou o Simed e havia o registro de apenas duas escolas com casos confirmados em todo o estado na semana epidemiológica de 29 de maio a 4 de junho. Depois de a Seduc ter sido questionada sobre a provável subnotificação, o sistema foi atualizado e passou a contar 29 escolas com casos confirmados no período.

Em nota, a secretaria disse que a diferença entre os dados se deve ao fato de a consulta da Folha ao sistema ter ocorrido no momento em que houve uma "instabilidade pontual, que foi prontamente corrigida".

Há unidades que não têm informado às famílias quando há confirmação de alguma infecção. Outras têm optado por afastar o aluno ou o funcionário doente, e há aquelas que adotam a suspensão das atividades presenciais de algumas turmas ou de toda a escola.

Levantamento feito pelos Creces (Conselho de Representantes de Conselhos de Escolas) identificou 42 unidades que tiveram de suspender as aulas presenciais em apenas duas direções de ensino da rede municipal. Segundo o Crece Santo Amaro, na zona sul da capital, 31 escolas registraram casos entre alunos e professores e tiveram de voltar ao

ensino remoto para algumas turmas. Segundo os pais, cada unidade tem seguido um protocolo. Na região da Capela do Socorro, também na zona sul, são 11 unidades.

Fernanda Machado, 37, é mãe de três alunos da Emef (escola municipal de ensino fundamental) Paulo Gonçalves dos Santos. Um professor da unidade teve Covid, e as atividades presenciais foram suspensas em oito turmas.

Apenas uma filha, de 12 anos, teve que ficar em casa. Os outros dois meninos, de 10 e 14 anos, continuam indo para a escola. "Não faz sentido permitir que eles possam ir para a aula se tem contato com a irmã em casa. Se há risco de ela ter se contaminado, todos nós deveríamos ser orientados a nos isolar ou fazer teste. Mas não houve nenhuma orientação", diz Machado.

Já na escola do filho de Ailton Amorim, 43, a Emef José Rezende, também na zona sul, apesar de dois professores terem tido diagnóstico para Covid, os alunos não foram orientados a se isolar ou fazer teste antes de frequentar as atividades presenciais, ainda que tenham tido contato com os docentes. "Se a criança teve contato com o professor, ela não deveria ser testada? Ou então ficar em casa até os pais terem certeza de que não vai contaminar outras crianças? Não há protocolo de segurança nenhuma nas escolas", afirma Amorim.

Professor de geografia em escolas da rede municipal e estadual de São Paulo, Teotônio Nóbrega, 57, começou a ter sintomas de Covid em 24 de maio e se afastou das ati-

vidades presenciais das duas unidades. Depois de cinco dias, ele recebeu resultado positivo para Covid.

Na escola municipal, a decisão foi por suspender o modelo presencial das turmas em que ele tinha dado aula quando apresentou sintomas. Já na escola estadual, ele conta que os alunos não foram nem informados de que ele estava doente e continuaram a frequentar as aulas normalmente.

"Por semana, eu dou aula para cerca de 300 alunos. Não informar que eu estava doente significa que 300 jovens continuaram circulando por aí sem saber que tiveram contato com alguém infectado. E por isso que o número de casos escala tão rápido", disse o professor.

Pais e professores também relatam preocupação com o fato de as secretarias não voltarem a exigir o uso de máscara nas escolas, mesmo diante do aumento de casos. A epidemiologista Ana Brito, da Fiocruz, diz ser "incompreensível" que após mais de dois anos de pandemia as secretarias não tenham elaborado um sistema eficaz de monitoramento de casos de Covid nas escolas.

"Se estado e prefeitura consideram educação prioritária, como costumam dizer os gestores, já deveriam ter estruturado um sistema de comunicação, de monitoramento, rastreamento e testes para garantir a segurança dos estudantes e professores. O que consequentemente evitaria a suspensão das aulas presenciais", diz.

Além de não informar o número de escolas que suspenderam turmas, as secretarias também não responderam se estudam reforçar medidas de segurança para evitar aumento de contágio nas unidades. Amorim disse apenas recomendar o uso de máscara nos ambientes escolares fechados.

Ainda que não tenha informado quantas escolas tiveram de suspender parcialmente atividades presenciais, a Seduc disse seguir "monitorando o funcionamento das unidades de ensino da rede estadual, sob sua administração, e seguindo as orientações das autoridades sanitárias em prevenção à Covid-19".

Segundo a pasta, o protocolo a ser seguido pelas escolas prevê que alunos ou professores com suspeita ou confirmação da doença devem permanecer em isolamento por sete dias. Se os sintomas persistirem, devem continuar isolados por dez dias.

Também diz apenas recomendar que as escolas estaduais notifiquem a Vigilância em Saúde do município em que se encontram quando registrarem mais de um caso.

A SME disse que as diretorias regionais de ensino acompanham as escolas e prestam todo o apoio pedagógico aos estudantes quando a unidade está com atividades remotas de forma parcial ou total. "Os protocolos são seguidos e os afastamentos são realizados de acordo com a especificidade de cada unidade".

A SMS (Secretaria Municipal de Saúde) informou que eventuais surtos de síndrome gripal devem ser notificados na ocorrência de dois ou mais casos, entre suspeitos e confirmados.



Concentração de usuários de droga na rua Helvétia, em São Paulo Danilo Verpa - 20.mai.22/Folhapress

Presença de usuários de droga no centro de São Paulo está dispersa, diz secretário

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO A concentração de usuários de drogas no centro de São Paulo está mais dinâmica e dispersa, afirma o secretário-executivo de Projetos Estratégicos do município, Alexis Vargas — na prática, a pessoa responsável por comandar as ações da prefeitura na cracolândia.

Para ele, as recentes ações feitas pela gestão municipal e estadual já começaram a dar um contorno diferente para a região. Exemplo disso, diz o secretário, é que não há mais grandes fluxos (como é chamada a concentração de usuários) como os que antes eram vistos nas praças Júlio Prestes e Princesa Isabel.

Apesar disso, Vargas afirma que é cedo para dizer que a cracolândia acabou, já que ainda é possível notar o tráfico atuando e pessoas consumindo drogas em pontos distintos do centro. "De manhã, de um jeito, à tarde está de outro, tem um dia que [os usuários] estavam em um lugar, já não estão mais, está muito dinâmico", afirma em entrevista para a Folha.

A principal responsável por essa movimentação são as ações policiais realizadas na praça Princesa Isabel e, mais recentemente, na rua Helvétia — atual endereço da cracolândia. Na visão de Vargas, essas operações, que contam com o

apoio da prefeitura, tem feito os dependentes químicos migrarem de um ponto ao outro do centro em busca da droga, que estaria em falta em determinados locais da região.

Tanto a prefeitura como o governo estadual já afirmaram que a descentralização da cracolândia é benéfica para o tratamento de dependentes químicos, que aceitariam melhor a abordagem dos agentes de saúde quando estão longe dos traficantes.

"A polícia já deu um tremendo avanço em relação ao tráfico e isso está permitindo a gente dar um avanço significativo em relação ao tratamento, e cada vez mais está ficando menos gente na rua usando droga. É uma estratégia que tem dado certo", diz Vargas sobre as ações em conjunto.

"Na hora da comida, eles vão para o lugar onde tem a comida. Isso tudo não tem mais nada a ver com o que era aquele grande mercado de atacado de venda de droga, que era a cracolândia ali na praça do Cachimbo [no entorno da praça Júlio Prestes]. Nós já estamos em uma situação completamente diferente".

Vargas confirma ainda que a principal concentração de usuários de droga no centro atualmente está na rua Helvétia entre a avenida São João e a rua Barão de Campinas. Cerca de 250 pessoas estão atualmente na via, interrompendo

inclusive o trânsito no local.

Além disso, há uma segunda concentração, um pouco menor, no cruzamento das ruas do Triunfo e dos Gusmões.

"A gente só tem essa concentração com um número razoável de pessoas. A outra, ali nas ruas, junta umas 100 pessoas, bem mais modesta. E, a partir daí, coisas abaixo de 30, 40 pessoas, nada além disso, que são grupos que estão uma hora num lugar, outra hora em outro, circulando, afirma o secretário.

No dia 11 de maio, uma ação da polícia expulsou os usuários da praça Princesa Isabel e nos dias seguintes eles formaram uma nova concentração na Helvétia. Com isso, a prefeitura instalou um terreno na rua que fica fundos do 777 DP (Santa Cecília) uma unidade emergencial do Siat (Serviço Integrado de Assistência Terapêutica), que visa oferecer atendimento aos dependentes químicos.

A presença dos usuários ali tem tirado o sono dos moradores da região, que já realizaram protestos — um deles bloqueou o elevador do Presidente João Goulart, o Minhocão.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) já foi até o local para ouvir as reclamações. Entre outros problemas, os moradores afirmam que houve um aumento nos furtos e roubos devido à mudança da cracolândia para as proximidades.

Nova onda de frio atingirá Sudeste e Sul do país

SÃO PAULO Uma frente fria que atinge o estado de São Paulo deverá manter o tempo instável nos próximos dias na capital e no interior paulista.

Segundo a Climatempo, a passagem da frente fria, aliada à umidade vinda da região amazônica e a formação de uma área de baixa pressão atmosférica no litoral paulista, provocaram chuva em praticamente todo o estado.

De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), da Prefeitura de São Paulo, os termômetros oscilam entre 15°C e 20°C nesta quinta-feira (9). A chuva deve se intensificar na sexta-feira (10), quando chega uma nova massa de ar frio, de origem polar, que irá derrubar as temperaturas ao fim de semana.

No domingo (12), Dia dos Namorados, a mínima deve

ser de 10°C na média na cidade de São Paulo, prevê o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia). No sábado (11), a mínima deverá ser de 12°C e pode chover no fim de semana.

Segundo o órgão federal, cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina deverão ter temperatura abaixo de 9°C a partir de sábado, com chances de geada em municípios paulistas e do Mato Grosso do Sul.

Em São Joaquim (SC), por exemplo, a previsão é que a mínima atinja 4°C no domingo, com máxima de 6°C.

Casais que procurarem o clima romântico de Gramado na Serra Gaúcha para o Dia dos Namorados devem estar preparados. A previsão é de 14°C.

Em São Paulo, será mais fácil encantar o fôlego em Campos do Jordão, tradicional destino turístico do interior do es-

tado. A previsão é que a temperatura na cidade na Serra da Mantiqueira varie entre 9°C e 18°C. Há previsão de chuva.

Em Curitiba, a mínima no domingo pode atingir 2°C, assim como Porto Alegre. Em Florianópolis a previsão é de 5°C a 17°C. Não é esperada chuva em nenhuma das três capitais no fim de semana.

Ainda de acordo com os meteorologistas do Inmet, a partir de segunda-feira (13), ventos associados a um anticiclone pós-frontal podem transportar o ar frio até o Nordeste, provocando também queda na temperatura na Bahia. Ainda neste dia, há previsão de geada em áreas do sudeste de Minas Gerais.

A cidade do Rio de Janeiro terá chuvas isoladas até o fim de semana, com temperaturas entre 15°C e 25°C.

TODO O SHOWROOM

COM 50% OFF

em 10x no cartão

interdomus LAFER

R. da Lapa, 611 T. 3208.4722 • DDD Shopping T. 3043.9259

R. Teodoro Sampaio 1709 T. 3812.5596 www.lafer.com.br



Desconto válido somente para preço do showroom. Imagem ilustrativa.

Emboscada na selva e na 'selva!'

O desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips e a toaca de 2018

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Dribble" e "Viva a Língua Brasileira"

A palavra "emboscada" desponta como explicação plausível para o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips na Vale do Javari, na Amazônia, terra indígena próxima à fronteira com o Peru e a Colômbia, assolada por tráfico de drogas e outras atividades ilegais.

Sinônimo de toaca, ataque sorrateiro e frequentemente mortal, a emboscada chegou ao português no século 16 vinda do italiano "imboscata". É parente de "bosque", onde os

emboscadores se escondiam para atacar o inimigo de surpresa.

Palavras são assim mesmo: se o verbo embarcar se descolou faz tempo do barco onde nasceu, seria absurdo cobrar da emboscada fidelidade ao bosque, termo reservado a matas bem mais modestas e amenas do que aquela em que desapareceram Bruno e Dom.

No entanto, em nome da crônica linguística, vale registrar que só uma dose elevada — e cômica — de imprecisão vocabular poderia levar a floresta

amazônica a ser chamada de bosque. De selva, sim.

Derivado do latim "silva", mata, trata-se de um sinônimo de floresta que se destaca por ter grande circulação entre os militares brasileiros. O Exército mantém desde 1964, em Manaus, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS).

O grito "selva!" é também uma saudação genérica muito querida entre os fardados, usada até em ambientes onde não há uma única árvore por perto — de tronco caído ou não. E que, por isso mesmo,

muitos consideram misteriosa.

Segundo uma postagem de 2020 no Facebook do próprio Exército, a origem da saudação é a seguinte: nos primeiros tempos do CIGS, era com a palavra selva que "as viaturas que saíam do quartel" em Manaus anunciavam seu destino ao "militar do portão das armas".

Segue o post: "A resposta curta, tão repetida, fez-se saudação espontânea e vibrante, alastrou-se, expandiu o seu significado, ecoou por toda a Amazônia contagiando a to-

dos com o mesmo ideal".

Não fica claro que ideal seria esse, mas nada que pudesse ser remotamente chamado de "espontâneo" ou "vibrante" ecoava na nota oficial que o Exército divulgou na noite de segunda (6), quando Bruno e Dom já estavam desaparecidos havia mais de 24 horas:

"Em resposta a demanda sobre o caso do desaparecimento de um indigenista e um jornalista inglês na região amazônica, o Comando Militar da Amazônia (CMA) está em condições de cumprir missão humanitária de busca e salvamento, como tem feito ao longo de sua história, contudo as ações serão iniciadas mediante acionamento por parte do Escalão Superior".

A nota do Exército é esclarecedora. Da chocante desumanização de Bruno Pereira e Dom Phillips, que não são sequer nomeados, à procrastina-

ção acolhedora de uma ação que é o próprio sentido de sua existência, já nasce clássica. Historiadores do futuro vão citá-la ao tentarem explicar a emboscada em que caiu um país inteiro na eleição de 2018.

Ou, para voltar ao início da coluna, deveríamos preferir a palavra toaca? Esta tem a vantagem de ser brasileira, nascida no tupi, língua em que tinha a princípio o sentido de pequena casa rústica onde o guerreiro ficava escondido sozinho para surpreender a caça ou o inimigo.

Se bem que o guerreiro indígena no Brasil de hoje é sempre a caça, não o caçador. Fiquemos com emboscada então. Ou inventemos alguma outra palavra, quem sabe com base na vibrante "selva", para dar conta desse tema sem cachorro que nos cobre de vergonha diante do mundo.

| DOM, Antonio Prata | SEG, Marcia Castro, Maria Homem | TER, Vera Iaconelli | QUA, Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI, Sérgio Rodrigues | SEX, Tati Bernardi | SÁB, Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Polícia apura elo do PCC com linhas de ônibus

Investigação mostra que empresa de transporte tem contrato com a Prefeitura de São Paulo de R\$ 600 mi anuais

SÃO PAULO A Polícia Civil afirma ter descoberto uma ligação entre líderes da facção criminosa PCC e uma empresa de ônibus que tem contrato de cerca de R\$ 600 milhões anuais com a Prefeitura de São Paulo. A investigação apontou ainda um suposto esquema para manipular resultado de loterias para lavar o dinheiro do grupo.

A empresa que supostamente tem como donos integrantes da facção é a UPBus Qualidade em Transporte. Ela tem um contrato de concessão de 15 anos com o município e é responsável por operar 13 linhas na zona leste da capital paulista. Ainda de acordo com os policiais, a companhia tem um patrimônio estimado em R\$ 20 milhões e possui uma frota com 200 veículos.

Procurada, a prefeitura dis-

se que "recebeu ofício da Polícia Civil informando que a investigação não afeta o resultado da licitação de concessão do serviço de transporte público". A SPTrans seguirá acompanhando o caso e irá colaborar com a polícia em tudo que for solicitado, diz.

A Folha não conseguiu contato com as pessoas apontadas como suspeitas pela polícia ou a empresa investigada. Na semana passada, a Polícia Civil realizou uma operação para cumprir mandados de buscas e apreensão em endereços ligados à empresa. Ninguém foi preso na ação.

Segundo o delegado do Denarc (Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico) Fernando Santiago, responsável pela investigação, foram identificados 18 criminosos da fac-

ção criminosa com participação na empresa. "Várias lideranças do PCC usavam a empresa para lavar dinheiro. A todo são dezoito, mas outros são de hierarquia menor. São seis lideranças", afirmou ele.

Um desses chefes era Anselmo Becheli Santa Fausta, 38, o Cara Preta, assassinado no final de 2021 no Tatuapé, zona leste paulista, junto com o motorista Antônio Corona Neto, 33, o Sem Sangue. Outro sócio da empresa, Cláudio Marcos de Almeida, o Djanjo, foi morto no início de 2022.

Para a polícia, as mortes não têm ligação com a empresa de transporte e aconteceram por causa de uma dívida entre Fausta e outro criminoso.

Outro elo do PCC ligado à UPBus seria Silvio Luiz Ferreira, 44, o Cebola, um dos principais integrantes da facção ain-

da em liberdade. Ele seria dono de 56 ônibus da empresa, segundo informações de Josmar Jozino, colunista do UOL especializado em crime organizado. A polícia disse à Folha não ter esses dados.

A investigação, segundo a polícia, começou em março de 2021, quando o Denarc começou a investigar se Fausta estava usando um documento falso, um RG com o nome Eduardo Camargo de Oliveira.

Segundo o delegado, ao rastrear o documento falso, os policiais chegaram até a empresa de ônibus. Ao analisar os registros oficiais da UPBus, eles detectaram que parte dos acionistas eram ou integrantes do PCC ou parentes destes.

De acordo com a polícia, Fausta registrou sua participação em nome de seu pai, da irmã e de uma prima dele, en-

quanto Almeida usou seu próprio nome. Ainda segundo os agentes, as cotas de Ferreira estão no nome da mulher.

A investigação indicou ainda que outro importante integrante do PCC ligado à empresa é Décio Gouveia Luiz, o Décio Português. Apontado pela polícia como parceiro de Marco Camacho, o Marcola (principal líder da facção), ele tinha cotas registradas no nome da mulher.

O delegado Santiago afirma que a situação da empresa mudou no ano passado, após Fausta ganhar R\$ 40 milhões na Mega-Sena. Com isso, o capital da UPBus teria passado de R\$ 1 milhão para R\$ 20 milhões e o número de acionistas pulso de 3 para cerca de 60.

Ainda de acordo com a polícia, Fausta ganhou uma vez na Mega-Sena, mas seu con-

tador e a mulher já venceram 55 vezes na loteria, em diversas modalidades do concurso.

Somados, esses prêmios renderiam cerca de R\$ 38 milhões. Para a polícia, o grupo montou um esquema para lavar dinheiro com as apostas e usava um software com combinações matemáticas para aumentar as chances de acerto.

"A gente acredita que o contador dele tenha montado esquema de lavagem de dinheiro com prêmio de loteria federal, mas sem fraudar a aposta", afirma o policial.

"Eles chegaram a jogar R\$ 450 mil para ganhar R\$ 420 mil. Ele tem prejuízo, mas grupo deles é maravilhoso porque tem origem legal. O dinheiro que ele tem é muito maior que o prêmio da loteria, mas, a partir daí, ele pode ostentar porque tem origem", disse.



Familiares se consolam após ação policial na Vila Cruzeiro, no Rio | Eduardo Anticelli - 24.mai.22/Folhapress

Justiça suspende atuação da Polícia Rodoviária em operação fora de estrada

SÃO PAULO A Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu a atuação da PRF (Polícia Rodoviária Federal) em operações fora das estradas federais até que seja julgada ação civil pública apresentada pelo MPF (Ministério Público Federal) contra a União sobre o assunto.

Na ação, o MPF pede que não sejam editados atos administrativos que autorizem a PRF a atuar em operações conjuntas com outros órgãos do Sistema Único de Segurança. De acordo com a decisão, de caráter liminar, a PRF está proibida de participar de operações realizadas em co-

munidades e regiões urbanas. "O pedido refere-se a operações que envolvam órgãos em quaisquer das esferas, seja federal, estadual, distrital ou municipal, fora do âmbito territorial ou em razão da matéria", afirma o procurador da República Eduardo Benon, autor da ação.

Além dessa medida, o MPF investiga as condutas, participações e responsabilidades de policiais federais na operação na Vila Cruzeiro.

as atribuídas à PRF pela Constituição Federal", diz o MPF.

A PRF atuou na operação coordenada pela Polícia Militar que culminou com a morte de 23 pessoas na Vila Cruzeiro, na zona norte do Rio, em maio deste ano.

Foi a terceira operação na qual a PRF atuou junto com o Bope, a tropa de elite da PM fluminense, este ano. Em fevereiro, as duas corporações atuaram na mesma Vila Cruzeiro, em ação que provocou oito mortes. Em abril, foram seis mortes no Chapadão, também na zona norte.

No mérito da ação, o MPF pede a nulidade parcial de decreto do Ministério da Justiça e Segurança Pública que estabeleceu diretrizes para a participação da PRF em operações conjuntas. Segundo o MPF, o artigo 2º da norma extrapola as competências atribuídas à PRF pela Constituição Federal.

Foi com base nessa portaria que a Superintendência da PRF no Rio autorizou a operação na Vila Cruzeiro para cumprir mandados de prisão e desarticulação de organização criminosa.

A legislação que rege a matéria não conferiu ao Ministro da Justiça e Segurança Pública o poder normativo de estabelecer as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, alterando-lhe o âmbito da competência territorial ou em razão da matéria, afirma o procurador da República Eduardo Benon, autor da ação.

Além dessa medida, o MPF investiga as condutas, participações e responsabilidades de policiais federais na operação na Vila Cruzeiro.

Terremoto de magnitude 6,5 atinge o Acre sem causar danos

SÃO PAULO Um grande e profundo terremoto foi registrado no Brasil na noite de terça-feira (7). O tremor de magnitude 6,5 ocorreu a mais de 620 km de profundidade, de acordo com os dados do USGS (o serviço geológico do governo dos EUA).

Ele teve seu epicentro no Acre, a 108 km a sudoeste da cidade de Tarauacá, em um ponto próximo da fronteira com o Peru. Até o momento, não há relatos de vítimas ou de destruição.

"No Acre, o tremor está tão profundo que, apesar de a magnitude ser altíssima, não vai causar problemas na superfície. Destruição é praticamente impossível", afirma Bruno Collaço, sismólogo da USP (Universidade de São Paulo).

O Brasil, desde 1950, já registrou ao menos 10 terremotos com magnitude maior do que o desta terça, segundo informações do próprio USGS, referência no assunto. O maior deles, de magnitude 7,6, aconteceu em 1963, com epicentro também no Acre.

O pesquisador da USP explica que o tremor desta terça deve ser classificado como um sismo andino — referente à Cordilheira dos Andes —, e não como um "brasileiro", apesar do epicentro ter sido registrado no Acre.

Isso porque o terremoto teve como causa o contato entre a placa tectônica de Nazca (que fica na costa oeste da América do Sul) e a placa sul-americana. Segundo Collaço, houve a chama-

da subducção, termo usado quando uma placa entra embaixo de outra.

Já os chamados tremores brasileiros ocorrem quando a placa africana "empurra" a placa sul-americana. Um exemplo é o terremoto com magnitude 6,2 registrado na Serra do Tombador, Mato Grosso, em 1955, considerado até hoje como o maior "tremor brasileiro".

Enquanto os terremotos andinos acontecem a centenas de quilômetros de profundidade, os tremores brasileiros ocorrem mais próximos da superfície, a até 15 quilômetros. Por isso, seus efeitos podem ser muito maiores e mais sentidos pela população, mesmo com magnitude menor.

Segundo Collaço, há terremotos brasileiros de magnitude 3 praticamente toda semana. Os de magnitude 4 ocorrem de duas a três vezes por ano e os de 5, a cada cinco anos. Já os que chegam à magnitude 6, como o da Serra do Tombador, ocorrem, aproximadamente, a cada 50 anos.

O pesquisador diz ainda que a ferramenta "Sentiu.ai?", do Centro de Sismologia da USP, ajuda a registrar os terremotos no Brasil. Com ela, qualquer pessoa pode informar caso tenha sentido algum tremor de terra no país.

Reportar esses eventos acaba ajudando na formação do catálogo de sismos dos pesquisadores brasileiros. Philippe Watanabe

esporte

ESPORTE
AO VIVO18h30 Franca x Flamengo
NBB, ESPN2/50AR19h Palmeiras x Botafogo
Brasileiro, PREMIERE20h Coritiba x São Paulo
Brasileiro, PREMIERE

Fim da Lei do Incentivo preocupa atletas e mobiliza políticos

Instrumento que captou mais de R\$ 5 bilhões desde a criação tem fim previsto em dezembro deste ano

João Gabriel

BRASÍLIA A Lei de Incentivo ao Esporte, principal instrumento de estímulo ao financiamento de projetos sociais no setor, tem até dezembro para ser prorrogada ou passará a não valer mais.

O fim da vigência da legislação criada em 2006 prejudicará atletas e mobiliza parlamentares. Atualmente, há um projeto de lei em discussão no Senado que prorroga o instrumento até 2027.

Discutido atualmente na Comissão de Esporte, Cultura e Educação, precisa ser aprovado para ir ao plenário da Casa. Caso avance novamente, seguirá para sanção da Presidência.

Com eleições, as atividades do Legislativo perdem espaço para a busca de votos. O Congresso entra em recesso em 17 de julho, e, mesmo antes disso, parlamentares afirmam que o trabalho já fica mais difícil — uma vez que diversos colegas estão em compromissos de campanha fora de Brasília.

As atividades retornam apenas em novembro, e normalmente com um acúmulo de pautas para tratar até o fim do

ano. Políticos e pessoas ligadas ao esporte admitem que é difícil mensurar se haverá tempo para encabeçar o projeto após as eleições.

Com a diminuição dos recursos da União para o esporte nos últimos anos, a lei de incentivo ganhou protagonismo fundamental para a atividade no Brasil.

No total, desde 2007, primeiro ano em que ela vigorou, já foram captados mais de R\$ 5 bilhões (em valores atualizados pela inflação). O maior recorde é o esporte de alto rendimento (competitivo), seguido pelo esporte educacional e pelo esporte de participação (voltado a projetos sociais, de saúde, por exemplo).

Atualmente, o maior risco que o esporte brasileiro corre é não ter que lá renovada, suspendendo de uma hora para a outra um mecanismo que tem apoiado o desenvolvimento do esporte nacional em todas as suas dimensões", afirma Ana Moser, bronze nas Olimpíadas de Atlanta-1996 e diretora da Atletas Pelo Brasil, organização que tem mobilizado esportistas pela pauta. Moser também é presidente

do Instituto Esporte e Educação, que atua com crianças e professores. Segundo ela, são 4.500 crianças e jovens atendidos por ano, em três estados, e 4.000 professores. Cerca de 70% do financiamento da instituição é via lei de incentivo.

Segundo o relatório de gestão do Ministério da Cidadania, quase 3 milhões de crianças e jovens já foram atendidos de alguma forma com recursos da lei desde sua criação. Havia a expectativa de que o projeto fosse pautado na comissão de esporte na última semana, o que não ocorreu. Agora, isso deve acontecer nesta quinta (9), para então ser submetido ao plenário.

"Até para mim, realmente foi uma surpresa [não ter acontecido na última semana]. Já que não entrou, vamos esperar nessa semana. É fundamental votar [no plenário] antes do recesso. Não posso dizer que vai ser votado, por quem decide isso é o Rodrigo Pacheco [PSD-MG], mas há um pedido para que isso aconteça", afirmou Romário (PL-RJ), que será o relator da proposta no plenário.

O novo projeto prevê um aumento no limite de dedu-

ção de impostos para pessoas jurídicas e físicas, de 1% para 2% e de 6% para 7%, respectivamente. Quando a proposta tramitou na Câmara, o deputado Luiz Lima (PL-RJ) afirmou que havia resistência dentro do Ministério da Economia quanto a esse ponto.

Segundo Carlos Portinho, vice-líder do governo no Senado, embora o governo priorize áreas como infraestrutura, educação, saúde e segurança, é possível encontrar espaço para a lei.

"O pior cenário é não aprovar a lei", disse Portinho. "Essa é uma política de incentivo que tem dado certo, até porque a pasta do Esporte tem muito pouco recurso, não tem status de ministério. É um sacrifício que vale a pena para o governo", afirmou.

O projeto de lei prevê, ainda, um aumento no rol de empresas que estariam aptas a doar dinheiro, acrescentando também aquelas que pagam impostos por meio das regras do lucro presumido — mais simplificado.

O problema é que há uma lei de 1997 que diz que "não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal" para empresas que usem o modelo de lucro presumido.

Assim, caso o projeto seja aprovado com esse dispositivo, poderá ser contestado na Justiça ou vetado pela Presidência.

Caso haja alteração no conteúdo do projeto, ele precisará voltar à Câmara antes de ir a sanção, atrasando ainda mais a discussão. Enquanto isso, os senadores trabalham para tentar fazer uma mudança de redação no texto, procedimento que permite que o tema vá direto à sanção presidencial, mesmo com o ajuste.



RONALDO PAGA PROMESSA COM 500 KM DE BICICLETA ATÉ SANTIAGO DE COMPOSTELA

Ronald Nazário termina sua trajetória de bicicleta em direção a Santiago de Compostela, na Espanha, iniciada no domingo (5). O trajeto de cerca de 500 km começou no estádio do Valladolid, clube do qual é sócio majoritário, como forma de pagar promessa pela conquista do acesso do time à primeira divisão do Campeonato Espanhol. Na quarta (8), o Fenômeno pedalou os 50 km finais do percurso. *Geovanna Cristina/Futura Press/Polypress*



SANTOS E INTERNACIONAL EMPATAM EM 1 A 1 NA VILA BELMIRO EM PARTIDA PELO BRASILEIRO

Sem gols no primeiro tempo, alvinegro Lucas Braga marcou aos 18 do segundo e Bruno Mendez igualou aos 26; resultado deixa Internacional três pontos atrás do Corinthians, líder do campeonato, que está com 18. *Guilherme Dionizio/Agência O Globo*

Perícia é inconclusiva na suposta injúria racial em Inter x Corinthians

SÃO PAULO O IGP-RS (Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul) divulgou, nesta quarta-feira (8), uma nota referente ao laudo pericial da suspeita de injúria racial no jogo entre Internacional e Corinthians, pela sexta rodada do Campeonato Brasileiro, em 14 de maio.

Segundo o documento, a perícia criminal oficial não pode afirmar o que foi proferido pelo jogador português Rafael Ramos, do Corinthians.

Na saída de campo, o volante Ednilson, do Inter, registrou bofetada de ocorrência contra o jogador do alvinegro dizendo ter sido chamado de "macaco" em uma

disputa de bola. Ramos nega. O português foi preso em flagrante por injúria racial e liberado com o pagamento de fiança de R\$ 10 mil.

Após a notícia, Ednilson reagiu em duas redes sociais. Sobre uma foto sua sem camisa e com o punho erguido após comemorar um gol no jogo seguinte ao episódio com Ramos, Ednilson escreveu: "Não iriam nos calar? Já nos calaram. Se ofendidos, aceitem, engulam a seco. Finjam que não escutaram. É uma luta desleal." No Instagram, apagou todas as suas fotos e passou a se identificar como Macaco Ednilson Andrade dos Santos.

Pesadelo na CBF

Atenção: este texto é ficcional, mas qualquer semelhança não é mera coincidência

Juca Kfourri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Cansado após décadas de escândalos, corrupção sem fim, incapacidade de organizar calendário minimamente decente, um candidato surgiu do meio do clero do futebol brasileiro para assumir a CBF.

Especialista em palavras cruzadas, toco e de folha corrida mais para prontuário que para biografia, JM, suas iniciais, passou a percorrer o país com promessas retrógradas, ao se apresentar como antissistema e blindado em relação aos corruptos: "Comigo não terá lu-

gar presidente de federação, porque é tudo ladrão", alardeava com gestos que imitavam apito moralizador.

Montou sua chapa com militar de pijama para reforçar imagem disciplinadora e tratou de ganhar o apoio do presidente do clube mais popular do país, desses empreendedores tipicamente brasileiros, pródigo com dinheiro da viúva.

Em meio à campanha, em cidade do interior mineiro, acabou atingido por garrafada desferida por um torcedor en-

louquecido, conhecido de seus filhos, com quem frequentava escolas de tiro.

Hospitalizado, motivo para deixar de comparecer aos debates com os demais pretendentes, ganhou a simpatia da torcida ignorante, gananciosa, voltada para si mesma, sempre em busca de um igual e viciada em autogoverno.

E, ganhou, também, a eleição, para surpresa e preocupação do mundo, que é uma bola. Logo pôs em prática suas ideias, coisa que também

ninguém acreditava que faria, atribuídas às táticas de campanha, por mais que JM tivesse, por exemplo, manifestado profunda admiração por apitador que, em vez de mostrar cartão vermelho, tirava sangue dos jogadores.

Seu primeiro ato foi o de proibir que o gramado do estádio Mané Garrincha, na capital federal, fosse reformado.

"Coisa de maricas isso de querer jogar em tapetes verdes. Foi atleta, e torcer o torzeleio em buracos fortalece o

caráter", explicou. E arrematou: "Não vejo problema algum em jogar no terrão. Aliás, que bom seria se a Amazônia se transformasse em campos intermináveis, tá OK?"

Outra providência que se apressou a tomar foi a de proibir a exibição de cartões vermelhos, associados à insidiosa campanha comunista.

Em seguida, proibiu o futebol feminino no Brasil, porque, afinal, defendia: "Mulher naceu para parir, mesmo que o fruto seja o de uma fruteira da homem".

Para agradar o eleitorado, a cada dia vestia camisa diferente dos clubes mais conhecidos e, sem se tocar, passou a despertar a ira daqueles torcedores que, por serem de verdade, não toleram vir-a-casaca.

Percebeu, então, que começava a perder apoios e, sem vergonha, procurou os presidentes de federações a quem

havia chamado de ladrões.

Para agradá-los, criou, no lugar do Brasileiro, o Rachadão! Prometeu, e cumpriu, distribuir bolas pelo país afora. "A melhor vacina é aquela que você põe no bolso", ensinava, entre uma folga e outra, outra folga e uma, quando não estava citando a Bíblia.

O Mané Garrincha, sem gramado, não demorou a ser privatizado por uma pechincha, mas as mulheres excluídas foram às ruas para pedir #eNô! Deu ruim.

Elas começaram a usar todas as armas de que dispunham, a começar por dizer não também a quaisquer homens que insistissem no erro de apoiar JM. Apegado ao cargo como sanguessuga, antes que lhe metessem numa camisa de forca, JM garantiu que só Deus o tiraria do posto. Ninguém ligou.

Ele, então, enfiou o apito no saco e desafinou.

Os idiotas estão no poder

Basta ser imbecil e falar coisas estúpidas para conquistar seguidores?

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

"Você leu a matéria do The New York Times: Kim Kardashian diz que comeria cocô todos os dias para parecer mais jovem? Qualquer merda que ela fala tem impacto na vida de mulheres do mundo inteiro, ela tem milhões de seguidoras fanáticas. É uma ignorância, irresponsabilidade e estupidez muito perigosas. Lembra quando o idiota do Trump sugeriu que injetar desinfetante poderia curar o coronavírus e o número de intoxicação com produtos de limpeza aumentou drasticamente em Nova York? Você tem que crescer sobre isso, Mirian."

Minha primeira reação, quan-

do recebi a mensagem de uma amiga, foi: "Posso não querer comentar? Estou muito mais preocupada com o aumento de casos de Covid, com a guerra e com as ameaças golpistas do que com a Kim Kardashian". Mas não resisti e li a matéria.

A "influenciadora", de 41 anos, confessou ao NYT no lançamento da sua linha de produtos para a pele que custam uma fortuna: "Se você me dissesse que literalmente teria que comer cocô todos os dias para parecer mais jovem, eu comeria. Eu simplesmente comeria". Você pode não saber, mas Kim Kardashian é uma das celebri-

dades mais influentes de todo o mundo: tem 316 milhões de seguidores e cada post seu no Instagram custa mais de US\$ 1,5 milhão. A fortuna dela é estimada em mais de US\$ 1 bilhão.

Recentemente, ela protagonizou outra polêmica pois fez uma dieta restritiva para perder mais de sete quilos em três semanas para usar, no Met Gala 2022, o mesmo vestido que Marilyn Monroe usou, em 1962, ao cantar "Feliz Aniversário" para o presidente John Kennedy. E em um episódio de "Keeping Up with the Kardashians" contou o motivo que a fez namorar com o comediante Pe-

te Davidson: "Eu tinha ouvido falar que ele era bem-dotado e precisava conferir. Basicamente eu queria transar".

Com certeza nada do que ela fala é por acaso e o principal objetivo parece ser "falar mal, mas falar o tempo todo de mim".

Como pesquiso o pânico de envelhecer e de engordar das brasileiras há mais de trinta anos, já testemunhei muitos loucuras: tomar detergente, sabão em pó e vinagre puro; dietas e jejuns sem orientação médica; e incontáveis mulheres jovens e lindas que ficaram deformadas ou morreram em cirurgias plásticas. As brasileiras são as

maiores consumidoras em todo o mundo de remédios para emagrecer e de moderadores de apetite e, junto com as norte-americanas, de cirurgias plásticas. Isso não é novidade no Brasil: a revista Time chamou atenção para esse fato, em 2001, na capa com Carla Perez: "A loucura da cirurgia plástica".

Doenças como anorexia e bulimia tornaram-se uma epidemia em uma geração que cresceu tentando imitar o corpo de Gisele Bündchen e de outras celebridades. Ser magra, jovem e famosa é, para muitas mulheres, mais importante do que ter saúde física e mental.

Acompanho sites brasileiros que ensinam práticas de anorexia desde os anos 2000. As páginas contêm fotos de meninas esqueléticas tidas como modelos de beleza, dicas para enganar pais e amigos e fingir que estão alimentadas e formas de autopunição caso comam algo que engorda.

No meu livro "De Perto Ninguém É Normal", de 2011, destaquei o conteúdo de dois si-

tes: "Ser magra é mais importante do que ser saudável. Ser magra é a coisa mais importante que existe. Você não deve comer sem se sentir culpada. Você não deve comer algo que engorda sem se punir depois. Diga que você vai comer no quarto e jogue a comida fora. Em casa, diga que vai comer com os amigos. Aos amigos diga que já comeu em casa. Não engula: morra, mastique e jogue fora. Durma pouco, assim você queima mais calorias. Limpe banheiros e ambientes bem sujos para perder a fome".

Já testemunhei muita estupidez sobre o pânico de envelhecer, mas é a primeira vez que vejo uma celebridade mundial confessar que "comeria cocô para parecer mais jovem". "Os idiotas vão tomar conta do mundo; não pela capacidade, mas pela quantidade. Eles são maldosos", disse Nelson Rodrigues, e, pior ainda, "um idiota está sempre acompanhado de outros idiotas". Será que os idiotas e seus seguidores fanáticos concordam?



O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO

Pessoas abraçam o mar, simbolicamente, em Copacabana, em movimento intitulado 'Aquele Abraço', cujo nome faz referência a Gilberto Gil. Pilar Olivares/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
9 jun. 1922

Avisos informam como reservistas devem se apresentar para evento

Parece que o governo federal vai mesmo executar o decreto, baixado há tempos, chamando os reservistas de várias classes a fim de tomarem parte na grande parada militar no Rio de Janeiro em setembro, em comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Segundo relatos, já foram afixados nas regiões militares avisos contendo as condições em que os jovens devem apresentar-se. De nada valeram os protestos feitos contra esse projeto.

A maioria dos reservistas já está empregada, e o governo não oferece garantias de espécie alguma aos rapazes que terão que cumprir o chamado.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

Erramos, faz 30 anos

Por elitismo, jornais negligenciaram interesse de pobres pelo protestantismo

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de Povo de Deus (Geração 2020) e criador do Observatório Evangélico

Decidi escrever sobre a imprensa e os evangélicos depois de uma conversa informal com um jornalista, editor-chefe de um veículo de circulação nacional, que é de família evangélica. Ele me contou que seus repórteres recorrentemente recusam pautas que preveem entrevistar evangélicos: "Eles pedem para pegar outra pauta".

"Em alguns casos", explica o editor, "a solução é contratar freelancers que sejam evangélicos ou que venham de famílias evangélicas", porque não têm o mesmo preconceito e dominam o assunto. Sabem, por exemplo, que a Assembleia de Deus é, em muitos aspectos, completamente diferente da Igreja Universal.

Na semana passada, pedi para jornalistas amigos divulgarem a informação de que o Observatório Evangélico está contratando um estagiário na área de comunicação. Depois de dar a notícia para seus alunos, um executivo da área que ensina em uma faculdade de elite me confidenciou: "Deu para ver o preconceito que ainda existe sobre esse tema. Os alunos reagiram [à menção da vaga] com estranhamento". Aproveitei a oportunidade para ouvir as opiniões de jornalistas que atuam em veículos importantes do país. Alguns são evangélicos ou de família evangélica, outros, profissionais que passaram a refletir

sobre o tema principalmente a partir de 2018, pela influência do campo evangélico na eleição de Bolsonaro. Todos pediram para falar "em off" por causa da "saia justa" de avaliar o próprio trabalho, de colegas, chefes e empregadores.

Um repórter que cobre política e é evangélico falou da dificuldade que teve para "vender pautas" sobre o tema para seus editores. Ele trabalhou durante anos para o site de um grande canal de TV. "Era 2010 e eu propunha pautas e recomendava entrevistarmos Feliciano, Malafaia, mas [os editores] consideravam isso bobagem, coisa sem importância... Agora essa negligência se tornou um

problema [para os jornais], por que temos que explicar para os leitores como Trump e Bolsonaro foram eleitos, sendo que não cumprimos o papel de antecipar essas tendências", ele diz.

Para ele, "o jornalista precisa ter uma postura mais antropológica, sair para fazer a reportagem colocando sua maneira de pensar de lado e estar disposto a entender o outro". E conclui: "É por isso que a Anna Virginia [jornalista que cobre religião para esta Folha] é recebida por todos os pastores. Porque ela se interessa, vai para entrevistas com a cabeça aberta e demonstra respeito e humildade para entender as lógicas de quem pensa diferente dela".

Outro profissional, hoje repórter especial, que trabalhou nos principais veículos de comunicação do país, comenta sobre debates internos para incorporar colunistas evangélicos quando personalidades como a ex-ministra Damare Alves começaram a aparecer. "Se ela tem essa audiência, seria importante que esse grupo da sociedade fosse representado no jornal. Hoje temos colunistas negros, LGBTQIA+, mas nenhum evangélico. A ideia nunca saiu do papel".

O jornalista e colunista de outro veículo de circulação nacional menciona a falta de representatividade de evangélicos nas Redações. "Não tenho dados para afirmar isso, mas se o Brasil tem hoje em torno de 30% de evangélicos, eu estimo que as Redações não têm nem 10%... O meio jornalístico demonstra muito mais interesse em lutar contra o preconceito contra as religiões de matriz africana do que contra os evangélicos", conclui.

Um repórter e autor premiado atribui o desinteresse

dos jornais pelos evangélicos à distância social —jornalistas noticiam assuntos das classes médias e altas, e evangélicos são, geralmente, pobres— e por uma dificuldade de o comunicador lidar jornalisticamente com o tema da fé.

Por conta disso, ele explica, "se tornou quase um vício jornalístico abordar pautas sobre religião em relação a poder... Muitas coberturas tratavam das igrejas e dos pastores como suspeitos de extorquir fiéis e sonegarem imposto. Sempre com esse viés jurídico, de segurança pública, sem abordar o aspecto mais interessante e complexo que é: por que a crença e a fé estavam crescendo".

"E por causa dessas duas dificuldades", ele conclui, "a gente deixou de noticiar nos últimos 30 anos a emergência de uma das maiores transformações sociais, políticas e culturais que o país atravessou. A gente só foi descobrir isso com todas as cores a partir da eleição do Bolsonaro, pela influência que eles tiveram na votação".

ilustrada



SU

A atriz e cantora Judy Garland
AFP

Nascia uma estrela

Judy Garland, que tem seu centenário celebrado nesta semana, sofreu com abuso nos bastidores, virou ícone gay e ainda brilha como poucas divas de Hollywood

ANÁLISE

Leonardo Sanchez

Em determinada cena de "Nasce uma Estrela", de 1954, Judy Garland cantava e dançava para explicar à plateia o árduo caminho que percorreu até ver seu rosto reluzir numa tela de cinema. A paixão foi instantânea e, de repente, sua personagem no filme virou queridinha de Hollywood. Mas, na vida real, a

estrela nasceu bem antes.

Nesta sexta, 10 de junho, Garland completaria cem anos e, mesmo tendo vivido por breves 47 deles, ela continua uma das figuras que mais brilham na constelação de astros do showbiz. Como diz sua personagem em "Nasce uma Estrela", "eu não virei sensação da noite para o dia, tudo começou há muitos anos". De fato, foi muito antes do papel que rendeu a ela a primeira indicação ao Oscar

que Garland fixou seu rosto pueril e a voz potente no imaginário popular. Ela trabalhava nisso antes mesmo de ser tragada por um furacão, atropelar uma bruxa e conhecer uma cidade coberta por esmeraldas, como a inesquecível Dorothy de "O Mágico de Oz". Judy Garland foi esculpida para ser uma sensação das telas desde cedo. Aos dois anos, ainda como Frances Ethel Gumm, fazia sua estreia no teatro de vaudeville ao lado

das irmãs. Filha de artistas, ela passou a infância nos palcos até ser descoberta por Louis B. Mayer, cofundador da MGM e um dos nomes mais poderosos da era de ouro de Hollywood, que acelerou o desabrochar de uma garota banal das entranhas do estado de Minnesota em diva do celuloide. Essa seria sua passagem para a fama, mas também para a danação. Enquanto fazia pequenas aparições em filmes da década de 1930, a garota de 13

+

FILMES

- "O Mágico de Oz" (1939)
- "Agora Seremos Felizes" (1944)
- "Desfile de Páscoa" (1948)
- "Nasce uma Estrela" (1954)
- "Julgamento em Nuremberg" (1961)

anos era submetida a rotinas obscenas de exercícios e dietas, para se adequar aos padrões de beleza da indústria. Próteses dentárias, placas no nariz e tinta nos cabelos fizeram de Garland uma bonequinha nas mãos de Mayer, que teria sido o responsável pelo vício em barbitúricos que a mataria — a atriz dizia que as crianças da MGM tomavam medicamentos pesados do despertar ao adormecer.

Continua na pág. C2

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

SINUCA DE BICO

A XP Investimentos cancelou a divulgação da pesquisa do Instituto Ipespe que estava sendo publicada semanalmente e que vinha mostrando o ex-presidente Lula (PT) na frente de Jair Bolsonaro (PL).

CORRIDA Na sondagem da semana passada, Lula aparecia com 45%, contra 34% do atual presidente da República.

PASSO ATRÁS A pesquisa, que seria divulgada na próxima sexta (10), chegou a ser registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sábado (4), sob o número BR-06295/2022. Nesta quarta (8), ela foi retirada do site por determinação da própria corretora.

ATRIBUTOS A coluna apurou que a pressão sobre a XP já vinha crescendo paulatinamente e explodiu na semana passada, quando o instituto mostrou que 35% dos eleitores consideram que a honestidade é um atributo de Lula, contra 30% que dizem o mesmo sobre Bolsonaro.

NA MIRA Bolsionaristas passaram a atacar a corretora nas redes sociais — um dos mais notórios deles foi o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que ironizou os resultados em seu perfil no Telegram. “O mesmo instituto deu Lula com 45% e Bolsonaro com 34% kkkkk”, escreveu Flávio. O deputado federal Bibo Nunes (PL-RS) comentou que “é o mesmo que dizer que o diabo é mais honesto que Jesus. Delírio total!”.

RECADO Ministros de Bolsonaro também já telefonaram para a XP para reclamar dos resultados — que coincidem com os de outros institutos, dentro da margem de erro. Na esteira dos ataques, clientes, em especial os ligados ao agronegócio, passaram a fechar contas e a retirar investimentos da corretora, segundo apurou a coluna.

E AGORA? Diretores e acionistas minoritários passaram a fazer questionamentos internos sobre o movimento.

CARA NOVA A XP tomou então a decisão de transferir o contrato do Ipespe para uma outra empresa do grupo, menos visada, a Infomoney, que registrou no TSE a pesquisa que seria divulgada nesta semana.

CANCELAS Com a intensidade dos ataques, a XP acabou tomando a decisão radical de simplesmente cancelar a divulgação de seus resultados.

EM RISCO Com isso, a série histórica do Ipespe, que vinha realizando a pesquisa ininterruptamente desde janeiro de 2020, pode ficar comprometida.

TUDO CERTO Em nota, a XP nega que a pesquisa seria cancelada e diz que contratou diversos tipos de pesquisa de opinião com outros institutos com o intuito de auxiliar seus clientes a tomarem as melhores de decisões. “A realização das pesquisas terá periodicidade mensal, com número de entrevistas ampliado em relação às realizadas nos levantamentos anteriores, oferecendo dessa maneira uma ferramenta ainda mais ampla para que os investidores compreendam o cenário eleitoral e seus impactos no mercado”, afirma. As próximas pesquisas registradas no TSE já terão o novo formato.

TELONA



Fotos Gabriel Cabral/Folhapress



A atriz Gloria Pires recebeu convidados, na noite de segunda (6), para a pré-estreia do filme “A Suspeita”, em São Paulo. A atriz e cantora Cleo Pires prestigiou a mãe. O ator Vinícius de Oliveira também passou por lá

MEU BLOCO... A Câmara Municipal de SP aprovou a criação de uma frente parlamentar em defesa do Carnaval de rua. A iniciativa foi uma proposta da Bancada Feminista, mandato coletivo do PSOL, para que os parlamentares “atuem como mediadores do diálogo entre o poder público e o setor”.

... NA RUA A coveradora do PSOL Paula Nunes afirma que o colegiado deve pressionar a prefeitura já no Carnaval fora de época previsto para julho deste ano, a fim de “garantir a festa, com ou sem patrocinadores privados”. Ela diz ainda que o colegiado formulará propostas para as próximas edições da folia na capital.

SUSTO Gravar na região pantaneira é ter de aprender a conviver com bichos. Que o diga a atriz Julia Dalavia, a Guta da novela “Pantanal” (Globo), que afirma ter sido atacada por um filhote de jacaré em um dia de folga das gravações. “A gente estava no rio conversando, quando eu sinto uma mordida na minha bunda”.

SUSTO 2 “Ele mordeu e soltou. Não doeu”, afirma. Julia diz que foi desacreditada pelos colegas e pela equipe. “Quando eu fui olhar, tinham dois furos: dois em cima e dois embaixo, enormes. Era a prova”, garante. “Eu acho que foi um filhote, um jacarinho bebê que se perdeu por ali e abocanhou o negócio errado”, completa, aos risos.

MUSA Vestidos usados por artistas como Maria Rita, Preta Gil e Gretchen no programa Drag Me as a Queen Celebridades, do canal E! Entertainment, serão leiloados no próximo dia 30. O valor arrecadado será destinado ao acolhimento da comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. Serão ao todo sete peças assinadas por estilistas como Walterio Araújo e Fabrício Neves.



George Murphy e Judy Garland em foto para o filme ‘Um Amor de Pequena’, de 1940 Divulgação

SU

Nasce uma estrela

Continuação da pág. C1

Garland seria uma das primeiras e mais notáveis vítimas inírmis dos excessos de uma indústria que, até pouco tempo atrás, ainda não tinha encontrado uma forma saudável de lidar com suas crianças e adolescentes — o colapso de Britney Spears, o assédio sofrido por Anthony Rapp e a recusa de Mara Wilson em voltar às telas são provas disso.

Essa pressão apareceria em outra cena de “Nasce uma Estrela”, filme que curiosamente encontra vários paralelos com a vida de sua protagonista. Nela, um grupo de maquiadores reclama do nariz, do queixo e de qualquer parte visível do corpo da atriz. A insegurança que isso gerou evoluiu para um comportamento autodestrutivo que acompanhou Garland ao longo da vida.

É curioso pensar que ela não foi a primeira escolha da MGM para “O Mágico de Oz”, filme que ela fez quando tinha 6 anos. Na Durbin indisponíveis, o estúdio teve de testar sua inclinação para o protagonismo, e o resultado foi avassalador.

O filme não recuperou seu gordo orçamento no lançamento original de 1939, mas se tornou uma das mais preciosas joias do cinema mundial, criando os moldes para uma farta e bem-sucedida leva de musicais em technicolor que dominaria aqueles anos dourados. Em boa parte, graças à versatilidade de Garland.

Nos primeiros acordes de “Over the Rainbow”, tema do filme e possivelmente a mais emblemática canção do cinema americano, ela hipnotizou o público não com beleza mas com um talento inegável. Com 17 anos e 1,51 metro de altura, a americana soltou a voz e nunca mais se calou. Seu timbre desproporcionalmente marcante, mal sabia ela, encantaria todas as gerações subsequentes de cinefílos. Com seu olhar doce e sonhador, Garland foi capaz de encapsular toda a inocência e fantasia inerentes a qualquer

criança — e da qual ela própria foi precocemente privada.

O que ela faz com o espectador nesse começo de “O Mágico de Oz” é um dos melhores exemplos do que é a tal magia do cinema. É muita gente percebeu isso na época.

Garland venceu o extinto Oscar juvenil e emendou sucesso atrás de sucesso na década de 1940 — foram 20 longas em dez anos. Em alguns deles, deu voz a outras canções que se tornariam standards, como “The Trolley Song” e “Have Yourself a Merry Little Christmas”, do musical “Agora Seremos Felizes”.

Trabalhou com Fred Astaire e Gene Kelly, se envolveu com os diretores Vincent Minnelli e Orson Welles, virou amiga de John Kennedy e foi se tornando figura indissociável da cultura americana, à medida que mergulhava no vício, na ruína financeira e na depressão, que a fez querer tirar a própria vida mais de uma vez.

Depois de gerar perdas consideráveis à MGM por causa de seus atrasos ou faltas nas filmagens, Garland foi liberada de seu contrato e, tão precoce quanto sua chegada ao estrelato, atingiu também o ostracismo, aos 28 anos.

Numa verdadeira relação tóxica com o showbiz, que ela tanto criticava, mas do qual era incapaz de se divorciar, decidiu pegar a estrada para uma série de shows e se reinventar. Garland espotou as casas de espetáculos pelas quais passou, foi soterrada por elogios e voltou a Los Angeles.

Talvez por isso tenha se tornado, ainda em vida, um ícone gay. “Homossexuais entendem o que é sofrer, assim como Garland”, publicaria a revista Esquire em 1969. “Ela é o Elvis dos homossexuais, um símbolo de liberdade emocional, uma mulher que lutou para viver e amar sem limites”, diria ainda a The Advocate.

Cantando sobre um lugar além do arco-íris, de cores vibrantes que contrastam com a realidade inossa do preto

e branco, ela compartilhava com o público LGBTQIA+ que lotava seus shows um sentimento de inadequação, uma resiliência de quem é vítima de uma sociedade impiedosamente patriarcal.

Ela também custou para achar o amor, que esteve presente de forma breve em seus cinco casamentos, alguns marcados por violência e mentiras. E seguiu um estilo inegavelmente camp, sendo irônica e teatral mesmo fora das telas. De quebra, deu luz, outra diva, Liza Minnelli, ajudou a batizar o maior dos discos de Elton John, “Goodbye Yellow Brick Road”, foi imitada no reality show RuPaul’s Drag Race e inspirou a gíria “amigo de Dorothy”, usada no mundo de língua inglesa para se referir a homens gays.

A vida de Judy Garland foi marcada por pontos altos e baixos, que se alternavam sem dar aviso prévio. Foi no período mais turbulento da carreira, aliás, que ela foi indicada a suas duas estatuetas do Oscar, por “Nasce uma Estrela” e “Julgamento em Nuremberg”, se tornou a primeira mulher a vencer o Grammy de álbum do ano, com “Judy at Carnegie Hall”, e foi indicada ao Emmy.

Eleita pelo American Film Institute a oitava maior estrela da história de Hollywood, Garland sobreviveu ao teste do tempo desbancando aquelas mesmas atrizes belas e altas que a deixaram insegura durante toda a vida. Alcançou status de diva com poucas foram capazes, em parte por sua figura trágica — ideia que destavava —, mas especialmente por sua complexidade.

Judy Garland morreu aos 47 anos, em junho de 1969, após uma overdose acidental daqueles mesmos barbitúricos. Viveu intensa e apaixonadamente e fez muito, e muito bem, para cinema, teatro, música e TV. Um século depois, a menina de vestido azul e sapatinhos de rubi, quem diria, brilha mais do que o arco-íris que queria alcançar.

ilustrada

Africanos não foram só vítimas da colonização, afirma Mia Couto

Autor na Feira do Livro em São Paulo louva a conterrânea Paulina Chiziane por ela ser um exemplo de heroísmo

Walter Porto

SÃO PAULO É preciso olhar para a África com sua complexidade, inclusive na margem de culpa que pessoas daquele continente tiveram na história da própria colonização. Quem diz isso é o moçambicano Mia Couto, escritor premiado com o Camões e con-

vidado de abertura da nova Feira do Livro, que acontece no Pacembu, em São Paulo. O autor fez uma defesa do olhar mais sofisticado para as relações humanas após ser perguntado sobre as razões de falar das agruras de um colonizador português no seu próximo romance, ainda em produção —algo similar ao que o tanzaniano Abdulrazak Gurnah, vencedor do Nobel, fez em "Sobrevivências".

"Como todos os continentes, África teve seus conflitos internos, por exemplo na cumplicidade das elites africanas com o comércio de escravos e a operação colonial", diz. "Os africanos não foram sempre só vítimas, e a aceitação dessa margem de culpa nos dignifica. Porque não nos reduz a objetos na ação de outros. Foi uma história de dominação e genocídio, sim, mas os africanos não foram sempre objetos passivos".

Simplificações sempre produzem mentiras, segundo o escritor, mas em determinados momentos históricos foi preciso lançar mão delas em nome da autoafirmação —vale lembrar que Couto teve uma participação ativa na luta pela independência de seu país da colonização portuguesa, alcançada em 1975.

"A simplificação do continente pode ter ajudado quando era preciso afirmar que África tinha cultura e história —nós próprios africanos falávamos de uma África. Mas depois construímos identidades e vozes diferenciadas, somos plurais desde sempre".

Há diferenças enormes, aliás, entre Couto e Paulina Chiziane, a mais recente vencedora do Camões e igualmente moçambicana, mas diferente em cor. A autora de "Niketche" foi a primeira mulher da África a vencer o prêmio, e a primeira negra a publicar um romance no seu país.

O repórter pergunta se Couto avalia que ser um homem branco o ajudou a se tornar um dos autores mais prestigiados da língua portuguesa. Ele responde sorrindo que "gostaria de imaginar que não", mas afirma ser fruto de uma "cota invisível pela sua condição racial".

São poucos milhares de brancos em Moçambique, diz ele, contra dezenas de milhões de negros. Mas esse privilégio está se dissolvendo,

e hoje o reconhecimento aos escritores negros é muito maior, o que se espelha na figura de Chiziane.

"Ela não ganha prêmios porque ela é mulher nem porque é preta, mas por sua obra", complementa ele, acrescentando que de quebra ela tem o mérito do pioneirismo. Em Moçambique, houve ao longo da história "um clima que impedia que mulheres fossem lidas como sujeitos de sua própria história", ainda mais ao falar sobre sua sexualidade como faz Chiziane. "Além de um exemplo como escritora, ela é um exemplo de heroísmo".

Couto conhece seu país como poucos, e seu livro "O Mapeador de Ausências" é um reflexo do quão profunda é essa relação. Ele já estava na metade de um romance de tons autobiográficos sobre um escritor famoso que volta para sua terra natal quando um ciclone levou destruição e morte a Moçambique.

A catástrofe na Beira, onde Couto cresceu, foi devastadora. Estimam que 90% da cidade ficou abaixo da água, e a tragédia acabou incorporada à trama. O que era uma história sobre "perder o chão da infância" ganhou um peso literal. "Podemos sentir como o chão é mais frágil do que pensamos".

"O Mapeador de Ausências" era um esforço de ajudar a cidade de suas lembranças a renascer —e acabou se transformando num exercício de reconstrução de uma cidade devastada, o que ele diz ter feito com todo o cuidado para evitar a sensação de que estava se aproveitando de uma tragédia enorme.

É também em tom de fatalidade que ele fala do governo Bolsonaro. Há três anos, o escritor deu uma entrevista a este jornal ao lado do angolano José Eduardo Agualusa em que ambos afirmaram sentir no Brasil um clima similar ao que prenunciou a guerra civil que culminou na emancipação de seus países.

"As guerras começam pela fabricação do outro como alguém culpado, desumanizado, e isso se acumula no Brasil", diz ele. "Há conflitos que sempre existiram, a guerra contra os povos indígenas dura séculos, e ganha outra dimensão neste governo. O reconhecimento da dignidade dos negros é outra guerra nunca resolvida. Bolsonaro potencializa esses conflitos e traz outros, contra a democracia e as instituições".

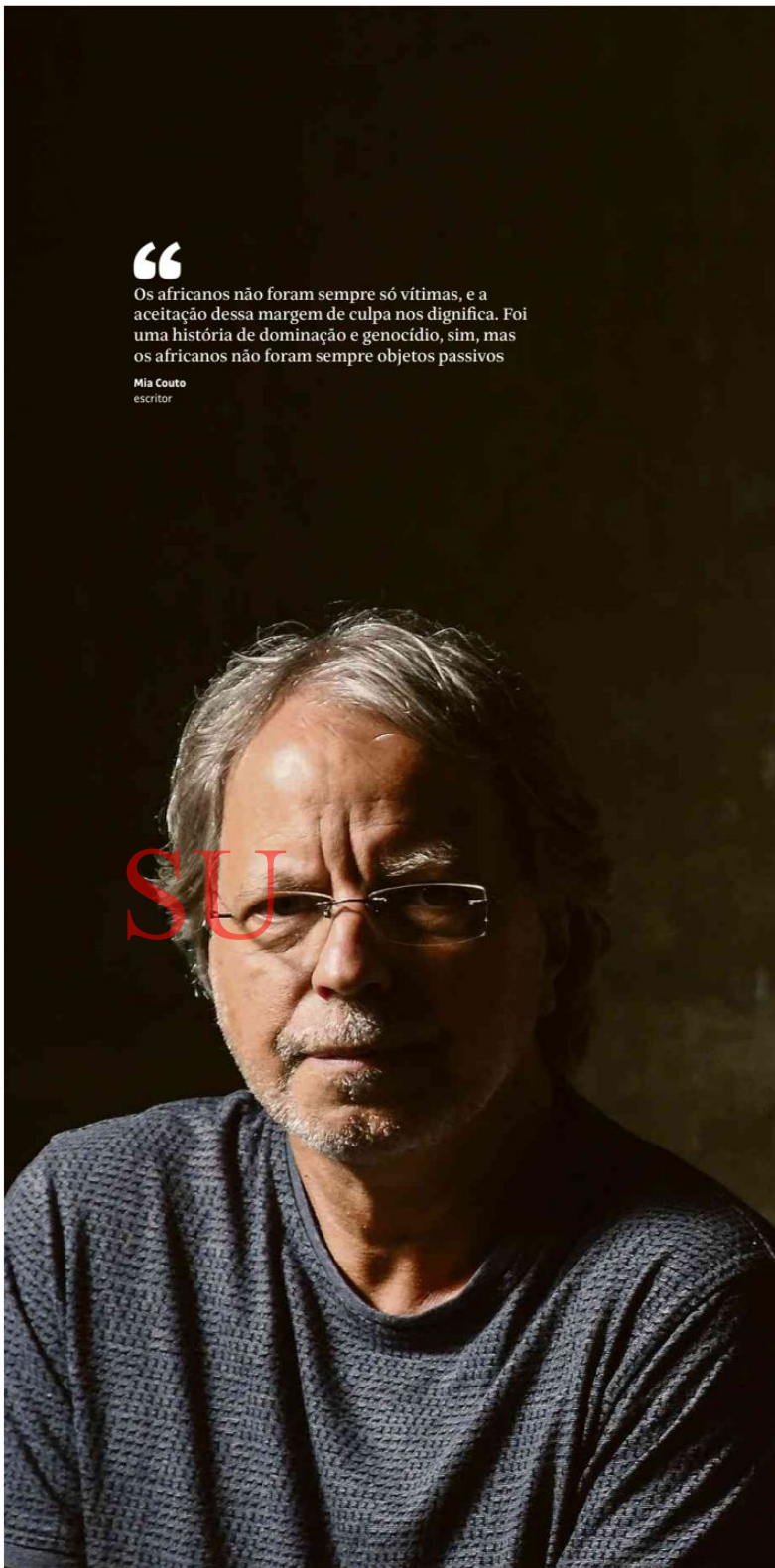
"São guerras em estado embrionário, não conflitos abertos", diz. "Mas, se estivermos do lado mais fraco, vamos sentir isso com maior drama".

Leia mais na pág. C7

“

Os africanos não foram sempre só vítimas, e a aceitação dessa margem de culpa nos dignifica. Foi uma história de dominação e genocídio, sim, mas os africanos não foram sempre objetos passivos

Mia Couto
escritor



Retrato do escritor moçambicano Mia Couto, que abre a Feira do Livro em São Paulo

Karime Xavier/Folhapress

'O Conto da Aia' à prova de fogo é leiloadado por US\$ 130 mil

SÃO PAULO A edição especial à prova de fogo do livro "O Conto da Aia", de Margaret Atwood, foi leiloadada por US\$ 130 mil —ou cerca de R\$ 634 mil—, anunciou a casa de leilões Sotheby's nesta quarta-feira. "Estou muito satisfeita que o livro tenha arrecadado tanto dinheiro para a Pen America", disse a autora canadense, se referindo à organização defensora da liberdade de ex-

pressão que lançou o projeto junto à editora americana Penguin Random House.

Anunciada no mês passado, a campanha foi uma reação aos episódios de banimento de livros em escolas e bibliotecas de 26 estados americanos no ano passado.

"As questões de liberdade de expressão estão sendo muito debatidas, e a Pen é uma voz sã em meio a todos

os gritos", afirmou a autora, que teve o livro adaptado para uma série de sucesso.

O exemplar de 384 páginas foi feito com um produto de alumínio tratado e resistente. No vídeo de divulgação do projeto, Atwood atea fogo no volume com um lança-chamas. "Esperamos que isso aumente a conscientização e leve a uma discussão fundamentada", declarou a autora.

Julia Garner é favorita para viver Madonna em biografia

SÃO PAULO Julia Garner, estrela da série "Inventando Anna", recebeu uma oferta para viver a cantora Madonna em uma cinebiografia, afirmou a revista Variety. Segundo fontes anônimas, a atriz é a favorita entre uma dúzia de candidatas. Já a direção do filme deve ser da própria rainha do pop. Os empresários de Garner estão considerando a proposta da Universal. O

longa vai retratar o início da carreira da estrela pop, a partir de um roteiro que foi disputado por vários estúdios.

Ainda não há, porém, outras informações sobre o cronograma ou o elenco principal da produção. Outras atrizes na disputa pelo papel incluem Florence Pugh, Alexa Demie, de "Euphoria", e Odessa Young, além das cantoras Bebe Rexha

e Sky Ferreira. Dizem ainda que as audições foram cansativas, já que a produção vai exigir uma cantora e dançarina habilidosa.

Sobre o filme, em nota, Madonna já declarou que espera "transmitir a incrível jornada a que a vida me levou como artista, musicista, dançarina —um ser humano, tentando seguir seu caminho neste mundo".

DESTAQUES DA PROGRAMAÇÃO

QUINTA (9)

10h
Lugares de Origem
Ailton Krenak e Youssef Campos

15h

Desigualdades
Pedro H. G. Ferreira de Souza, Laura Carvalho e Arminio Fraga

17h

Crime e Castigo
Rafael Mafei, Flora Thomson DeVeaux e Juliana Borges

19h

Tudo É Rio
Carla Madeira

19h

Otto, 100
Matinas Suzuki Jr. e Augusto Massi

SEXTA (10)

10h
Gibis na Praça
Marcelo D'Saleta e André Kitagawa

17h

Nação Angola
Janaina de Figueiredo e Wagner Gonçalves

19h

Cartas para Minha Avó
Djamila Ribeiro

SÁBADO (11)

10h
As Cidades e as Coisas
Preta Ferreira

12h

Essas Damas Batem Bué
Yara Nakahanda Monteiro e Mariana Salomão Carrara

13h45

Drauzio Varella, com mediação de Cláudia Colucci, em parceria com a Folha

17h15

Na Trilha de Darwin
Sofia Nestrovski, Leda Cartum e Pedro Paulo Pimenta

19h

Uma Noite em Porto Alegre
Jeferson Tenório e José Faleiro

DOMINGO (12)

12h
A Falta
Xico Sá

15h

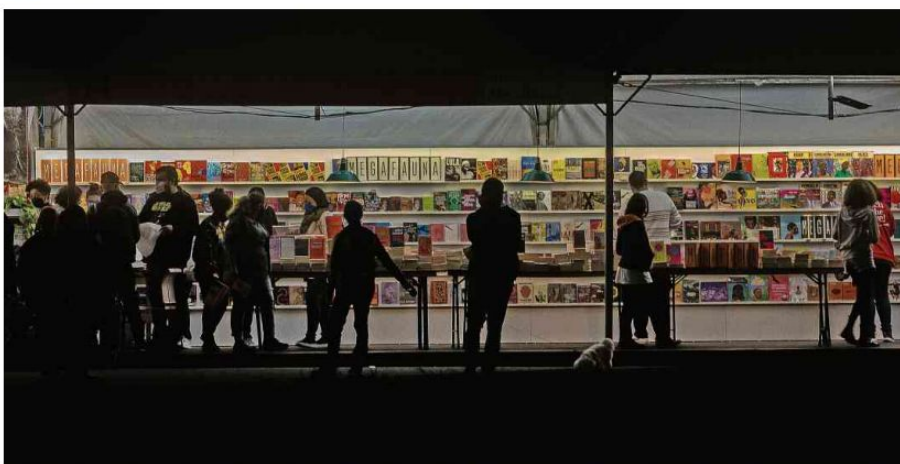
Diante do Fascismo
Paulo Roberto Pires, Rodrigo Nunes e Luciana Villas Bôas

17h

Climão de Amor
Renato Nogueira, Maria Homem e Letrux

17h

De Sonho ao Mito
Sidarta Ribeiro e Hanna Limulja



No alto, vista aérea da praça Charles Miller com estandes da Feira do Livro; acima, público no primeiro dia do evento em São Paulo

Fotos Ronny Santos/Folhapress

Veredito não impacta o MeToo, dizem advogados de Depp

SÃO PAULO Ben Chew e Camille Vasquez, os advogados que defenderam o ator Johnny Depp no processo contra Amber Heard, disseram em um talk show que a vitória dele no caso não invalida o movimento MeToo, que defende mulheres vítimas de agressões.

"Acho que nossa resposta a isso é encorajar qualquer vítima a se apresentar. Violência doméstica não tem gênero", disse Vasquez. "Acreditamos que o veredito fala por si, os fatos são o que eram, o júri tomou uma decisão unânime com base nesses fatos."

A mídia social não desempenhou nenhum papel [no caso], argumentou Chew. "Esta foi uma decisão tomada pelo júri com base nas evidências apresentadas por ambos os lados. Foi esmagadoramente a favor de Depp."

A vitória de Depp causou controvérsia entre as feministas. Um porta-voz de Heard se manifestou à Variety contra os advogados de Depp. "É impróprio e antiprofissional que a equipe de Depp tenha saído vitoriosa regressando e retardando o modo como as mulheres podem ser tratadas no tribunal", diz a nota. "O que vem depois? Um contrato de filme e merchandising?"

A vitória de Depp causou controvérsia entre as feministas. Um porta-voz de Heard se manifestou à Variety contra os advogados de Depp. "É impróprio e antiprofissional que a equipe de Depp tenha saído vitoriosa regressando e retardando o modo como as mulheres podem ser tratadas no tribunal", diz a nota. "O que vem depois? Um contrato de filme e merchandising?"

Pintora portuguesa que representou a mulher, Paula Rego morre aos 87

SÃO PAULO Pintora portuguesa conhecida por seu trabalho sobre a representação da mulher, Paula Rego morreu na madrugada de quarta, em Londres, aos 87 anos. Ela morreu depois de uma breve doença, ao lado de sua família, disse sua galerista, Victoria Miro. Nascida em 1935 em Lisboa, Paula Rego chegou ao Reino

Unido em 1952 para estudar na Slade School of Fine Art. Ela era conhecida por suas pinturas figurativas repletas de tensão e emoção. Rego usou a pintura para denunciar mazelas sociais e tratou sobre o corpo feminino, o aborto ilegal e a mutilação de mulheres muçulmanas. Sua obra está na atual Bienal de Veneza.

BOLSA DE ARTE
www.bolsadearte.com

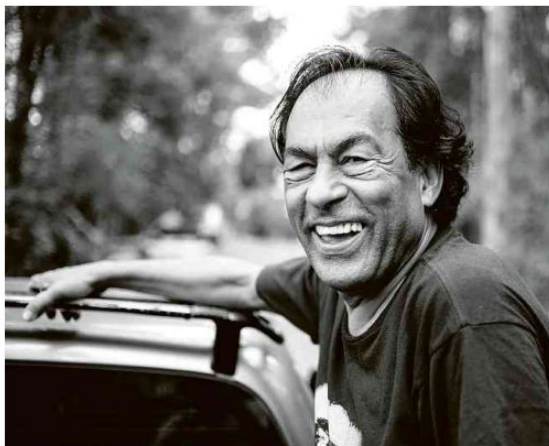
LEILÃO DE ARTE

HOJE

20:00 hs

Vivian Perez
JOCISP art. 599

Rua Rio Preto, 63 - Tel. (11) 3062-2333

O escritor e líder indígena Ailton Krenak, um dos destaques do evento Joaquim Lima/Arquivo pessoal

Saiba o que fazer nos dias da Feira do Livro no Pacaembu, em SP

Programação do novo evento literário paulistano, que é gratuito, mistura venda de obras a encontros com autores

Nathalia Durval

SÃO PAULO Geralmente local de estacionamento de carros e de passagem de torcedores de futebol, a praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, no centro da capital paulista, vai abrigar uma atração diferente: os livros.

Ao longo de cinco dias, a primeira edição da Feira do Livro ocupa o espaço a céu aberto com tendas de 120 editoras e livrarias, que vendem títulos de diferentes gêneros. O evento, que começou nesta quarta (8), vai até o domingo (12).

A feira literária não tem catracas ou muros, é gratuita e aberta ao público — basta chegar e participar da programação. Além das vendas, um palco instalado no local recebe debates com autores brasileiros e de outros países, que discutirão temas que passam por política, história e ciência.

As conversas ocorrem também no auditório Armando Nogueira, dentro do Museu do Futebol, ali no estádio.

Ao todo, estão confirmados 55 convidados, que incluem nomes como Carla Madeira, Ailton Krenak, Sidarta Ribeiro, Oswaldo de Camargo, a angolana Yara Nakahanda Monteiro e a espanhola María Dueñas, além dos colunistas da Folha Djamilia Ribeiro e Drauzio Varella, por exemplo.

No espaço ao ar livre, haverá um gramado para ler os livros comprados e uma praça de

alimentação. Além disso, autores vão assinar seus títulos.

Entre os 120 expositores, participam editoras gigantes como a Companhia das Letras, pequenas como a Ubu e livrarias como a Travessa e a Martins Fontes. A Folha também terá um estande no local.

Outro dos destaques é um convite feito a escritoras mulheres para tirar uma foto juntas no domingo, às 14h.

Para estender o passeio, há algumas novidades pela região. O estádio do Pacaembu está fechado para reforma, mas uma tenda foi construída onde era o gramado para sediar eventos enquanto durarem as obras. No domingo (12), o espaço terá show da dupla Zezé de Camargo e Luciano, às 20h. Ainda há ingressos.

Outra opção é uma visita ao Museu do Futebol. Para conhecer as exposições é preciso pagar a entrada — até domingo, todos têm direito à meia-entrada, no valor de R\$ 10.

É na mesma praça Charles Miller que também é organizada uma feira — não a de livros, mas aquelas com pastel e barracas de frutas. Às sextas e aos sábados, ela levantará suas barracas normalmente.

Se não souber o que visitar na Feira do Livro nos próximos dias, veja alguns destaques a seguir. Bom passeio.

A Feira do Livro
Praça Charles Miller, s/nº, Pacaembu, Instagram @feirafolha. Qui, a dom., das 10h às 21h. Até 12/6. Grátis

QUINTA (9)

10h

A manhã do primeiro dia de evento cheio de programação tem início com uma conversa com o escritor e líder indígena Ailton Krenak.

15h

A tarde, a professora de economia da USP Laura Cavallini e o economista e colunista da Folha Arminio Fraga conversam sobre desigualdade, no auditório Armando Nogueira.

17h

Na mesa Crime e Castigo, a tradutora americana Flora Thomson-DeVaux conversa com a escritora Juliana Borges e o professor de direito da USP Rafael Mafei.

SEXTA (10)

12h

A sexta começa com papo entre o colunista da Folha Vinicius Torres Freire e a professora da USP Marta Arretche.

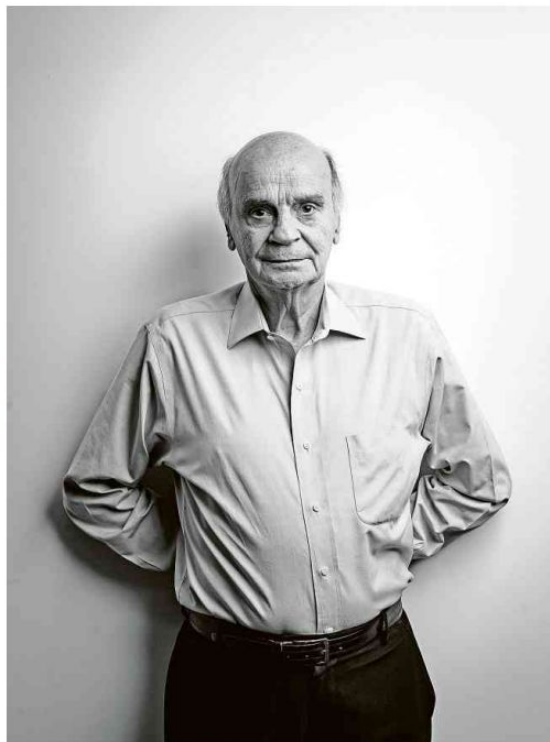
19h

A noite é encerrada com uma conversa com a escritora e também colunista da Folha Djamilia Ribeiro sobre seu livro "Cartas para Minha Avó".

SÁBADO (11)

12h

A autora angolana Yara Nakahanda Monteiro se reúne a Mariana Salomão Carrara, que escreveu o romance "Se Deus me Chamar Não Vou".

O médico e colunista da Folha Drauzio Varella, atração do sábado (11) Bruno Santos/FolhapressA também colunista Djamilia Ribeiro Flavio Tepperman/Divulgação

13h45

O médico e colunista da Folha Drauzio Varella participa de entrevista com Cláudia Colucci, repórter deste jornal.

17h

O físico e escritor francês Bill François conversa sobre seu livro "A Eloquência da Sardinha" ao lado do biólogo e professor Rodrigo Leão de Moura.

DOMINGO (12)

10h

No último dia de programação, os escritores Edson Lopes Cardoso e Oswaldo de Camargo, um dos principais nomes do movimento negro brasileiro, conversam sobre poesia e sobre política.

12h

Em seguida, o jornalista e escritor Xico Sá fala sobre seu livro "A Falta", sobre futebol, que será lançado neste ano.

15h

A escritora espanhola María Dueñas participa da mesa Leituras, Costuras, no auditório Armando Nogueira.

17h

Por fim, em pleno Dia dos Namorados, a cantora Letrux, a psicanalista Maria Honem e o pesquisador Renato Nogueira discutem o amor. No auditório Armando Nogueira, o cientista Sidarta Ribeiro se une à antropóloga Hanna Limulja na mesa Do Sonho ao Mito.

ESTREIAS DOS CINEMAS

Amado

Baseado em uma história real, a produção de ação à brasileira retrata um policial corruptível no Distrito Federal que terá de dar muitos tiros para proteger sua vida.

Brasil, 2022. Direção: Felipe de E. E. de Castro. Com: Sérgio Menezes, Alexandre Barillari, Adriana Lessa. 16 anos

Assassino sem Rastro

★★★★★

Liam Neeson, que completou 70 anos nesta semana, estrela mais um filme de ação. Desta vez, seu personagem, um matador na mira do FBI, tem uma particularidade — ele pode estar sofrendo de Alzheimer.

EUA, 2022. Direção: Martin Campbell. Com: Liam Neeson, Monica Bellucci, Guy Pearce. 16 anos

Até a Morte - Sobreviver É a Melhor Vingança

Megan Fox vive uma mulher que, depois de traição e marido, decide dar uma nova chance para ele. Mas, num retro aconchegante, o casal acaba alegando por criminosos.

EUA, 2021. Direção: S. K. Dale. Com: Megan Fox, Eoin Macken, Callan Mulvey. 16 anos

Brasileiríssima

A paixão nacional pelas novelas é investigada neste documentário, que entrevista nomes fundamentais como Lima Duarte, Glória Perez, Susana Vieira, Sílvia de Abreu e outros astros da Globo.

Brasil, 2022. Direção: André Bushatsky. 12 anos

Um Dia para Sempre!

"O Casamento do Meu Melhor Amigo" e o "Feitiço do Tempo" são mesclados nesta comédia, em que uma moça tenta impedir que um amigo se case com sua arqui-rival. Tudo dá errado — e, então, o dia passa a se repetir infinitamente.

Alemanha, 2020. Direção: Maggie Peren. Com: Edin Hasanovic, Alicia von Rittberg, Samuel Schneider. 12 anos

Enquanto Vivo

Emanuelle Bercot dirige este drama com Catherine Deneuve e Benoît Magimel, que vivem mãe e filho — ele com uma doença irreversível, ela aflita com o sofrimento.

Bélgica/França, 2021. Dir. Emmanuel Bercot. Com: Benoît Magimel, Catherine Deneuve, Gabriel Sara. 14 anos

Escrita Íntima

Pelo rastro de cartas, pinturas e fotografias, o filme cria a história real do casal de artistas Maria Helena Vieira da Silva e Árpád Szenes, que se exilaram no Rio de Janeiro, fugidos da Segunda Guerra.

Brasil/Portugal, 2017. Direção: João Mário Grilo. 12 anos

Espero que Esta Te Encontre e que Estejas Bem

★★★★★

O documentário parte de uma premissa curiosa: a partir de 180 cartas de amor encontradas numa feira de antiguidades, tenta recuperar a memória e a existência de dois amantes que se correspondiam entre 1952 e 1953.

Brasil, 2020. Direção: Natara Ney. Livre

A Hora do Desespero

Uma mãe estressada com o filho decide tirar um dia de descanso. Mas descobre que um atirador entrou numa escola e está fazendo cinco pessoas de refém — seu filho entre elas.

Canadá/EUA, 2021. Direção: Phillip Noyce. Com: Naomi Watts, Colton Gobbio, Michelle Johnston. 14 anos

Ilusões Perdidas

★★★★★

A nova adaptação do romance de Balzac segue Lucien, um poeta que deixa o campo para tentar a sorte em Paris. É claro que não faltam referências à política da França contemporânea nesta trama clássica.

França, 2021. Direção: Xavier Giannoli. Com: Benjamin Voisin, Cécile de France, Vicent Lacoste. 12 anos

Jesus Kid

★★★★★

Baseado em um romance do escritor e cartunista Lourenço Mutarelli, o filme retrata o ator Paulo Miklos no papel de um autor decadente de faixas de leitura rápida que precisa ficar preso em um hotel enquanto escreve o roteiro de um filme. Mas, aos poucos, seu ódio por aquele ambiente vai se misturando a uma crise criativa e ao seu próprio personagem, que ganha contornos de carne e osso, o pistoleiro Jesus Kid — interpretado aqui por Sérgio Marone, mais conhecido por "Malhadação" e "Os Dez Mandamentos".

Brasil, 2019. Direção: Aly Muritiba. Com: Paulo Miklos, Sérgio Marone, Maureen Miranda. 14 anos

turismo

Madeira propõe descanso à base de vinho, peixe e visita a canais

Ideal para quem quer desacelerar, ilha portuguesa tem trilhas, golfinhos e até praias para os que fazem questão

Fernanda Perrin

ILHA DA MADEIRA Para quem já sentiu que precisa de férias das férias, tamanha a correria do roteiro, a Ilha da Madeira é uma boa opção para encerrar um tour pela Europa.

O arquipélago, a 1h30 de voo de Lisboa, descobriu sua vocação turística no século 18, firmando-se como destino terapêutico da nobreza. O principal atrativo era o bom clima local, que oscila entre os 17º C e os 25º C ao longo do ano.

Bem consolidada entre viajantes vindos do velho continente, a Madeira busca agora atrair turistas do outro lado do Atlântico —americanos, canadenses e brasileiros (ambição que seu nativo mais ilustre, o jogador Cristiano Ronaldo, abraçou).

O diferencial do arquipélago em relação às capitais europeias é a proposta: desacelerar. Trilhas, observação de golfinhos e baleias, gastronomia e degustação de vinhos — com destaque para a invenção local, o Madeira — estão entre os principais passeios.

São quatro ilhas: Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens, mas apenas as duas primeiras são habitadas.

A capital, Funchal, concentra a maior zona hoteleira do arquipélago. As opções de hospedagem vão de Airbnbs (há quartos a partir de R\$ 48 a diária) a resorts de luxo, como os da rede Savoy.

Nas charmosas ruas estreitas do centro da cidade, há cafés, bares e restaurantes. Um destaque é a Fábrica de Santo António, onde é possível encontrar bolachas e biscoitos artesanais, além do típico bolo de mel, feito com melado de cana, nozes e especiarias. Andando mais um pouco, chega-se ao Mercado dos Lavradores, onde a Madeira exibe sua grande diversidade de frutas e legumes frescos para os turistas britânicos, alemães e nórdicos, que dominam a ilha.

Embora o brasileiro possa não encontrar ali muita novidade —além de ter que fi-

car atento ao golpe da fruta, que se replica nessas bandas—, a visita ao mercado de peixes vale. Lá se vê o feio, mas saboroso, peixe-espada-preto, típico da região.

Peixes e frutos do mar, aliás, dominam a gastronomia, mas não sem competição. As espetadas madeirenses —literalmente carne espetada em galhos de loureiro— são uma excelente pedida para variar o cardápio.

Os loureiros fazem parte da floresta laurissilva, considerada pela Unesco patrimônio natural mundial em 1999. Madeira, Canárias, Açores e Cabo Verde são os únicos locais em que essa vegetação sobrevive.

Para beber: o doce vinho da Madeira é incontornável —em pequenos cautelosos goles, no entanto, dado seu alto teor alcoólico. Há também muitos vinhos de mesa produzidos localmente, nas videiras plantadas em terraços (o terreno da ilha é acidentado), que ocupam a paisagem. Uma degustação sai por 15 euros por pessoa na Quinta do Barbusano.

A Festa do Vinho, um dos muitos eventos do calendário local, ocorre em agosto, quando começa a colheita. A atividade pode ser aberta a turistas.

Saindo de Funchal, na Câmara de Lobos (em referência à foca-monge do Mediterrâneo, uma das espécies mais raras do mundo, hoje encontrada apenas na ilha Desertas), deve-se provar a poncha, espécie de prima da cachaça que leva originalmente aguardente, mel e limão.

Os pescadores da localidade foram os responsáveis pela criação do dringue e pelas xavelhas, como são chamados os barcos coloridos atracados nos cais. A paisagem pitoresca foi pintada por Winston Churchill, durante sua estadia na ilha em 1950, o que explica a estátua em homenagem ao primeiro-ministro britânico por ali.

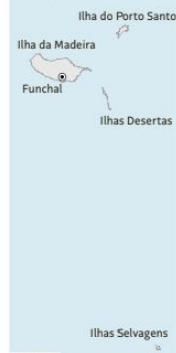
As paisagens são ponto alto do arquipélago, aliás. Ainda



Os pescadores da Câmara de Lobos batizaram os barcos de 'xavelhas' Fotos Fernanda Perrin/Folhapress



Rua no centro de Câmara de Lobos, onde é servida a poncha



em Câmara dos Lobos, é possível visitar o Cabo Girão, um mirante situado a 580 metros de altura. Sua plataforma de vidro suspensa oferece uma vista completa da falésia.

Também dá para vê-lo de baixo, em um dos catamarãs que percorrem a ilha em busca de golfinhos e baleias. Quem tiver pique, vale fazer o passeio já com roupa de banho, uma vez que os barcos costumam parar por ali para um mergulho.

Tanta comida e bebida pedem um passeio pelas levadas, sistema de irrigação implantado nos primórdios da ilha e que funciona até hoje para escoar a água dos pontos mais altos da região. Nesse sistema, moradores têm direito a desviar a água da levada para a sua propriedade por uma certa quantidade de horas, proporcional ao tamanho da terra. Um slot de uma hora a cada 15 dias, por exemplo, custa 16 euros por ano.

Os canais estreitos são acompanhados por caminhos, originalmente pensados para sua manutenção, e que hoje também fazem as vezes de trilhas pela floresta laurissilva. São cerca de 3.000 km de percursos disponíveis.

Das 25 fontes tem 7 km de extensão (sem subidas, para a alegria dos sem fôlego) e um túnel no meio (com água suficiente para molhar o tênis, para a tristeza dos friorentos).

Vale chegar cedo, porque logo os caminhos se enchem de turistas. Segundo os guias, o melhor mês do ano para as trilhas é setembro, e os piores, janeiro e fevereiro, em razão das chuvas. No caminho, aviste muitos passarinhos e trutas, inseridas nos canais como método para verificar a qualidade da água.

Os mais aventureiros podem se interessar também pela caminhada "acima das nuvens" do Pico do Areeiro para o Pico Ruivo, que liga as três montanhas mais altas da Madeira. O trajeto tem cerca de 4 km de extensão e é feito em seis horas, acompanhados por um guia (a partir de 37 euros por pessoa na Adventure Kingdom).

Trekking, canyoning, escalada e asfalto também acontecem por ali.

Embora seja uma ilha, praias não são o forte da Madeira. Algumas opções são a da Calheta e Machico (com areia importada do Marrocos), a do Seixal (de areia negra) e Formosa. Em contrapartida, há muitas piscinas naturais, como as de Porto Moniz.

Quem procura um destino praiano mais próximo do que conhecemos no Brasil, deve visitar Porto Santo. A ilha é acessível por avião ou ferry, partindo de Madeira.

A jornalista viajou a convite do Visit Madeira

Mais um ponto para a natureza

Em Capitólio, a tristeza do acidente e a beleza natural ressoam nos cânions

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo".

Vamos de mais um capítulo na disputa ferrenha entre destinos urbanos e de natureza? Você que me acompanha aqui já sabe onde está minha preferência: descaradamente em favor das cidades. Mas aí você passa um fim de semana em Capitólio e...

Há algum tempo a cidade mineira não me ouvia. Aliás, não só no meu. Capitólio cresceu rapidamente na lista de prioridades de destinos turísticos. Uma década atrás, era um tesouro secreto, para poucos.

Mas, de uns anos para cá,

as visitas começaram a crescer. Driblando a dificuldade de acesso (quase seis horas de carro de São Paulo e, de Belo Horizonte, pode por umas cinco horas de estrada) o lugar foi ganhando destaque só no boca a boca.

Não é para menos. O lago artificial criado na construção da usina de Furnas transformou a paisagem, que já era dramática, em um cenário estupendo. Cânions, que já seriam impressionantes, com as águas que preencheram aquele espaço se tornaram cinematográficos.

A ocupação por turistas como nós era questão de tempo. Ela chegou então nos anos 2010. Como em todo crescimento rápido, veio de uma maneira meio desordenada. Gente do Brasil todo queria conhecer aquela maravilha, e a pequena Capitólio, o polo turístico mais ativo da região, correu para receber todo mundo.

Surgiram várias pousadas com aquela vista privilegiada do lago. E mesmo as acomodações mais simples na cidade passaram a receber os hóspedes com atenção máxima —afin-

al, estamos em Minas Gerais, né? Sim, eu sou mineiro também, de Uberaba, mas escrevo isso imparcialmente. Juro! A mistura dessa hospitalidade com as belezas naturais ajudou a alavancar ainda mais o turismo e tudo indicava que, em 2022, Capitólio estava pronta para um boom de visitantes. Ai veio o acidente.

No dia 8 de janeiro deste ano, uma rocha desabou de um dos cânions mais visitados no lago, e a notícia fez com que aquela atração tão bonita se tornasse ainda mais conhecida —não exatamente por um bom motivo. Dez pessoas morreram.

Dez pessoas morreram.

O entusiasmo em conhecer a região naturalmente esfriou. Especialistas convocados pelos noticiários prontamente disseram que o deslizamento era inevitável, por conta das chuvas, mas os cuidados com os turistas precisavam de mais atenção.

Convidado pela própria cidade a conhecer a região, estive lá na semana passada, e parece que as lições foram aprendidas. A tristeza do incidente está presente como um eco surdo na parte do lago onde tudo aconteceu. Mas a beleza solene também.

A visita agora é quase solitária. Apenas um barco entra por vez no espaço e percorre aquelas águas praticamente em silêncio. A solidão do passeio reverencia não apenas as vítimas fatais, mas também a natureza maravilhosa. E, como ela já mostrou, poderosa. Foi um exercício de contem-

plação. Em especial porque, como estamos no final do outono, as temperaturas já estão mais baixas e não somos distraídos pelas tentações fáceis do verão.

A água mais fria talvez não convide para o mergulho. Menos ainda para um banho de cachoeira, que eu teimosamente tomei na Canela de Ema — algo que, confesso, só encarei por causa da promessa, cumprida, de degustar na sequência a melhor carne na lata de todas as Minas Gerais.

Mas há encantos que só essa época do ano oferece, como a luz de um amanhecer em cima de um balão abraçando o que todo mundo chama carinhosamente de Mar de Minas. Ou um pôr do sol no Morro do Chapéu.

E foi assim que, mais uma vez, eu me vi obrigado a pensar se a natureza, como atração, não ganha da cidade. O placar final ainda está em aberto.